

INFORMS

INFORMATIVO
MERCOSHIPING

RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 081/2026
Data: 19/05/2026



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	4
PETROBRAS FECHA CONTRATOS DE R\$ 11 BILHÕES PARA AMPLIAR FROTA SUBMARINA	4
CORTE EM BENEFÍCIOS FISCAIS PREOCUPA SETOR PORTUÁRIO E AMEAÇA INVESTIMENTOS NO BRASIL	5
STF PAUTA JULGAMENTO DE FERROGRÃO PARA ESTA QUARTA-FEIRA	6
MEGAOPERAÇÃO LEVA TRANSFORMADOR DE 342 TONELADAS AO LITORAL DE SÃO PAULO PARA EXPORTAÇÃO RUMO À ARÁBIA SAUDITA	6
ME – MOVIMENTO ECONÔMICO	7
JUSTIÇA MANDA BRASKEM CUSTEAR NOVA FERROVIA PARA A CBTU EM MACEIÓ	7
CONTRATO DA TRANSNORDESTINA EM PE É ADIADO PARA TER PARTICIPAÇÃO DE LULA	9
LEILÃO DE ENERGIA PODE ELEVAR EM 12% A CONTA DE LUZ DA INDÚSTRIA	10
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF	11
BELÉM SEDIA 4ª REUNIÃO DO FÓRUM PERMANENTE DOS TRABALHADORES AQUAVIÁRIOS.....	11
AVIAÇÃO CIVIL REGISTRA CRESCIMENTO DE 20% NO NÚMERO DE PROFISSIONAIS HABILITADOS EM 2025	12
HIDROVIAS CONECTAM COMUNIDADES E SUSTENTAM A LOGÍSTICA DA REGIÃO NORTE.....	13
GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF	15
MINISTRO DOS TRANSPORTES PARTICIPA DO LANÇAMENTO DO MOVE APLICATIVOS	15
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES AMPLIA INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA NO RIO GRANDE DO NORTE ...	15
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES LANÇA CENTRO NACIONAL DE ESTUDOS DE SINISTROS DE TRÂNSITO	17
BE NEWS – BRASIL EXPORT	17
EDITORIAL – O IMPACTO DOS R\$ 700 MILHÕES NA INFRAESTRUTURA POTIGUAR	17
OPINIÃO – ARTIGOS - A AÇÃO DA FIESP E O DESAFIO DE UMA POLÍTICA INDUSTRIAL MENOS CONCENTRADA.....	18
POLÍTICA - CONGRESSO DEFENDE DOSIMETRIA NO STF	19
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	20
<i>O manifesto</i>	20
<i>Às nove entidades</i>	20
<i>Apoio à Casa Civil</i>	20
<i>Em defesa da celeridade</i>	21
POLÍTICA - PL CONVIDA DIRETOR DA PF PARA EXPLICAR TROCA DE DELEGADO	21
POLÍTICA - BOLSONAROS APOIAM GASPAR E LIRA AO SENADO	22
POLÍTICA - LULA LANÇA PROGRAMA PARA MOTORISTAS DE APP	22
POLÍTICA - PREFEITO DE SANTOS ANUNCIA QUE ESTÁ COM CÂNCER.....	24
TRANSPORTES - PORTOS - PORTO DE IMBITUBA CRESCE 12,7% NO QUADRIMESTRE	24
TRANSPORTES - PORTOS - PORTO DE SÃO SEBASTIÃO RECEBE MEGA TRANSFORMADOR COM DESTINO À ARÁBIA SAUDITA	25
TRANSPORTES – RODOVIAS - RN RECEBE QUASE R\$ 700 MILHÕES PARA OBRAS EM RODOVIAS FEDERAIS	26
TRANSPORTES - AVIAÇÃO - EMISSÃO DE LICENÇAS PARA PROFISSIONAIS AVIAÇÃO CRESCEM 20% EM 2025.....	27
TRANSPORTES - AVIAÇÃO - ANAC FISCALIZA 72 AERONAVES EM NOVA ETAPA DA OPERAÇÃO VOE SEGURO	28
TRANSPORTES - FERROVIAS - OBRAS DA FICO ENTRAM EM FASE DE INSTALAÇÃO DE TRILHOS NO CENTRO-OESTE	29
BRASIL EXPORT - SANTOS EXPORT DISCUTIRÁ IMPACTOS DO TECON SANTOS 10.....	29
BRASIL EXPORT - PROGRAMAÇÃO SANTOS EXPORT 2026.....	31
PETRÓLEO E GÁS - PETROBRAS FOI A MAIS RENTÁVEL DO MUNDO NO 1º TRIMESTRE, DIZ LULA	31
PETRÓLEO E GÁS - ESTATAL BUSCA QAV COM 5% DE RENOVÁVEIS	32
ENERGIA - TCU NÃO VÊ MOTIVOS PARA SUSPENDER LEILÃO DE RESERVA	33
ENERGIA - NÃO HÁ PROVAS DE IRREGULARIDADES, DIZ ABRAGET	34
INDÚSTRIA - POLO INDUSTRIAL DE MANAUS CRESCE NO PRIMEIRO TRIMESTRE	34
INDÚSTRIA - FINANCIAMENTO DE VEÍCULOS CRESCE 11,8% EM ABRIL E SUPERA 634 MIL UNIDADES	35
INOVAÇÃO E TECNOLOGIA - SIRIUS AMPLIA ESTRUTURA CIENTÍFICA COM NOVOS INVESTIMENTOS EM CAMPINAS.....	36
AGRONEGÓCIO - MATO GROSSO DO SUL PROJETA R\$ 84 BILHÕES NO AGRO EM 2026	37
ESG - INSTITUTO RUMO ABRE INSCRIÇÕES PARA PROGRAMA DE APOIO A PROJETOS SOCIOAMBIENTAIS	38
FINANÇAS - DÓLAR CAI E VOLTA A FECHAR ABAIXO DE R\$ 5,00	39
FINANÇAS - IBOVESPA MELHORA, MAS NÃO EVITA PERDA	40
COMUNICAÇÃO & MARKETING - AUTENTICIDADE: A CORAGEM DE SER VOCÊ MESMO COM MATURIDADE E RESPONSABILIDADE.....	41
JUSTIÇA - PF ALTERA PROTOCOLOS PARA PROTEGER VORCARO NA PRISÃO	42



JUSTIÇA - PRISÃO DE FELIPE É CONVERTIDA EM PREVENTIVA	43
JUSTIÇA - DINO RELATA AMEAÇA DE MORTE	44
JUSTIÇA - PRESIDENTE DO STJ CRITICA LOBBY EM VOTAÇÕES	44
INTERNACIONAL - PROTESTOS AUMENTAM TENSÃO NA BOLÍVIA; HÁ 4 MORTOS	45
INTERNACIONAL - PRESIDENTE DE CUBA NEGA PLANO CONTRA EUA	46
INTERNACIONAL - NOVAS REGRAS PARA OBTER CIDADANIA PORTUGUESA JÁ ESTÃO EM VIGOR	47
INTERNACIONAL - TRUMP SUSPENDE ATAQUES CONTRA O IRÃ	48
JORNAL O GLOBO – RJ.....	48
TARIFA DIFERENCIADA DE ENERGIA E DIGITALIZAÇÃO SÃO CAMINHOS PARA BRASIL ATRAIR NOVOS INVESTIMENTOS, DIZEM ESPECIALISTAS	48
BNDES QUER DESTRAVAR PROJETOS EM MINERAIS CRÍTICOS, DIZ DIRETOR.....	50
'ROBÔ NÃO VAI FAZER GREVE, NÃO VAI PEDIR AUMENTO, MAS ENQUANTO TIVER TRABALHADOR TEM QUE RESPEITAR', DIZ LULA SOBRE FIM DA ESCALA 6X1	52
ACORDO MERCOSUL-UE PODE AJUDAR A RESOLVER IMPASSE DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS, DIZ DIRIGENTE DA FIESP....	53
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP.....	54
'A COSAN NÃO VAI ACABAR, ABSOLUTAMENTE', DIZ RUBENS OMETTO.....	54
ÁREA TÉCNICA DO TCU INDICA SOBREPREGO EM LEILÃO DE TERMELÉTRICAS; MINISTRO PEDE EXPLICAÇÕES À ANEEL	57
RELATOR DA PEC DA ESCALA 6X1 DISCUTE COM MOTTA E GOVERNO TRANSIÇÃO ENTRE 2 E 5 ANOS.....	59
VALOR ECONÔMICO (SP).....	60
NÃO TEMOS ACORDO COM PETROBRAS PARA PERMITIR LEILÃO DE GÁS DA UNIÃO, DIZ DIRETOR DA PPSA	60
PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NÃO É APENAS OBRA: É POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO	61
CHINA QUER REDUZIR DEPENDÊNCIA DE IMPORTAÇÃO E TRAZ RISCOS AO AGRO BRASILEIRO	63
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	66
SOJA EXPORTADA POR SÃO FRANCISCO DO SUL AUMENTA 44% EM ABRIL.....	66
COSCO ATUALIZA SEUS SERVIÇOS TRANSPACÍFICOS PARA EUA	66
TECON 10: GRUPO DE ASSOCIAÇÕES COBRA URGÊNCIA NA REALIZAÇÃO DO LEILÃO	67
EXPORTADORES DE CARNE BOVINA TEMEM QUE TARIFAS CHINESAS FREIEM CRESCIMENTO DO PRODUTO BRASILEIRO	68
ALIENAÇÃO DO 'LOG-IN PANTANAL' OCORRE EM MOMENTO FAVORÁVEL, AVALIA PASCOAL.....	69
WINGD FORNECERÁ MOTORES A ETANOL PARA VL0CS AFRETADOS PELA VALE	70
ITAJAÍ RECEBE NOVA ESCALA PARA DESEMBARQUE DE VEÍCULOS	71
ATUALIZAÇÃO DE GARANTIAS FINANCEIRAS PARA DESCOMISSIONAMENTO ENTRARÁ EM CONSULTA	71
DRAGAGEM DE MANUTENÇÃO DO CANAL DE PARANAGUÁ VAI ATÉ FINAL DE JUNHO	72
ARTIGO - NR-1 IMPÕE NOVO MAPA DE RISCOS PARA EMPRESAS QUE OPERAM EM CADEIAS GLOBAIS.....	73
PRESSÃO SOBRE FRETES E ALTAS VARIAÇÕES NO CUSTO DO BUNKER DESAFIAM MERCADO DE CABOTAGEM	74
WILSON SONS INVESTIRÁ R\$ 1,1 BILHÃO NA EXPANSÃO DO TECON RIO GRANDE	76
BRASKEM INCORPORA 2 NAVIOS-TANQUE E PREVÊ OUTROS 2 NO INÍCIO DE 2027	77
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA.....	78
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	78



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

PETROBRAS FECHA CONTRATOS DE R\$ 11 BILHÕES PARA AMPLIAR FROTA SUBMARINA

Projeto prevê construção de quatro embarcações e geração de até 7 mil empregos
Do Estadão Conteúdo 19 de maio de 2026 às 07:38



Embarcação da Petrobras: renovação e ampliação da frota são dois objetivos da estatal, que vem ampliando investimentos no segmento (Petrobras/Divulgação)

A Petrobras assinou oito contratos, que somam R\$ 11 bilhões, para a construção, afretamento e prestação de serviços de quatro embarcações de apoio submarino que serão usadas em operações em águas profundas e ultraprofundas. Os acordos fazem parte do Programa Mar Aberto, voltado à renovação e ampliação da frota do Sistema

Petrobras, e foram firmados com a DOF Subsea Serviços, na semana passada.

A construção das embarcações se dará no estaleiro Navship, em Navegantes (SC). Elas serão do tipo RSV (ROV Support Vessel), embarcações destinadas a atividades de inspeção, manutenção e reparo submarino, consideradas estratégicas para a continuidade das operações offshore da companhia.

A expectativa da Petrobras é que o projeto gere cerca de 7 mil empregos diretos e indiretos nas etapas de construção e operação, sendo aproximadamente 1,5 mil diretos e 5,5 mil indiretos.

A estatal também destacou o reforço à política de fortalecimento da indústria naval brasileira. A previsão é atingir até 80% de conteúdo local na fase de construção das embarcações e cerca de 90% durante a operação dos navios, segundo a companhia.

Competitividade elevada

O gerente executivo de Sistemas Submarinos da Petrobras, Flavio Bretanha, afirmou que a gestão atual ampliou o número de fornecedores ao simplificar especificações, elevando a competitividade e o volume de propostas qualificadas.

As embarcações serão equipadas com sistemas de propulsão híbrida, que combinam baterias, motores elétricos e combustíveis de menor impacto ambiental. A Petrobras diz que a tecnologia deve trazer maior eficiência energética, reduzir consumo de combustível e diminuir emissões de gases de efeito estufa, em linha com as metas de descarbonização da empresa.

O CEO da DOF, Mario Fuzetti, afirmou que a parceria envolve embarcações tecnológicas, com redução de emissões, e reforça a geração de empregos e o aquecimento da indústria naval no País.

Já o gerente executivo de Suprimentos da Petrobras, Alexandre Gomes Alves, destacou o foco no conteúdo local. “Essa parceria demonstra mais uma vez a união com o mercado fornecedor local. A Petrobras acredita e fortalece o mercado local. A construção de quatro embarcações no Brasil se traduz em geração de emprego e menor dependência do mercado internacional”.

Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 19/05/2026

CORTE EM BENEFÍCIOS FISCAIS PREOCUPA SETOR PORTUÁRIO E AMEAÇA INVESTIMENTOS NO BRASIL

Entidades afirmam que mudanças no Reporto podem elevar custos e gerar insegurança jurídica
Por Bárbara Farias 19 de maio de 2026 às 10:19



Importação ou aquisição no mercado interno de máquinas e equipamentos pode ser prejudicada por lei (Foto: Silvio Luiz/AT)

A Lei Complementar 224/2025, em vigor desde o final do ano passado e que determina corte linear de 10% em benefícios e incentivos fiscais federais, pode gerar insegurança jurídica e até desacelerar investimentos em infraestrutura nos terminais portuários no País. A preocupação é de representantes de entidades de operadores portuários.

O texto impõe redução mínima de 10% nos benefícios federais entre 2026 e 2027, sendo 5% em cada ano, eliminando isenção ou alíquota zero. Também pode afetar o Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto), voltado aos setores portuário e ferroviário e que permite a suspensão de tributos federais (Imposto de Importação, IPI, PIS e Cofins) na importação ou aquisição no mercado interno de máquinas, equipamentos e peças de reposição até 2028.

Pelo novo texto, operadores portuários e empresas ligadas à logística passam a pagar parte dos tributos em operações hoje contempladas pelo benefício integral. Isso aumentará custos de investimentos em modernização, automação e renovação de equipamentos.

O presidente da Federação Nacional das Operações Portuárias (Fenop), Sérgio Aquino, afirmou a medida pode comprometer investimentos do setor.

“Propostas como essa prejudicam a imagem do País por representar falta de segurança jurídica e institucional. Como se pode pensar em alterar programas de investimentos no próprio ano em curso e achar que isso seria normal? Provavelmente, as arrendatárias precisarão buscar reequilíbrio de seus contratos junto ao Governo Federal. Porém, os TUPs (terminais de uso privado) não têm essa possibilidade”, comentou.

Insegurança jurídica

Na avaliação do diretor-presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP), Jesualdo Silva, o principal impacto é na insegurança jurídica. “O efeito disso é desastroso. O investidor já estruturou o projeto contando com a condição tributária do Reporto. Da noite para o dia, muda-se a regra prevista. Há compromissos assumidos, propostas de aquisição fechadas e investimentos planejados com base nesse benefício”.

Assim como Aquino, Silva frisa que uma mudança repentina gera aumento de custos e pode provocar pedidos de reequilíbrio contratual. “Estamos falando de milhões de reais em equipamentos que sustentam a infraestrutura básica do setor portuário e ferroviário, como guindastes, sistemas operacionais e máquinas de movimentação de cargas”, alertou.

A ABTP já está tomando providências. “Estamos dialogando com a Receita Federal para que ela entenda que o Reporto não está contemplado nessa redução”. Silva ressaltou que, caso não haja entendimento, a ABTP recorrerá ao Congresso Nacional. “Teremos que trabalhar um projeto de lei para excluir o Reporto dessa redução”.

Impactos

O presidente da Associação de Terminais Portuários Privados (ATP), Murillo Barbosa, afirmou que poderá haver impactos diretos sobre os TUPs. “Na prática, a medida aumentará o custo de aquisição de equipamentos portuários, muitos deles importados, tornando mais caros os projetos de implantação, ampliação e modernização dos terminais. Isso reduz a atratividade dos investimentos e afeta a previsibilidade tributária necessária para projetos de longo prazo”.

Barbosa pontuou que “diversos terminais já estruturaram projetos de autorização, ampliação e renovação de equipamentos considerando a manutenção integral do Reporto. A mudança das regras durante a execução desses investimentos pode elevar custos e comprometer a viabilidade econômica dos empreendimentos. Segundo dados do Governo Federal, os projetos incentivados entre 2023 e 2025 somaram aproximadamente R\$ 28 bilhões, cerca do dobro do registrado entre 2019 e 2023”.

“Assim, a redução poderá afetar diretamente a expansão e a modernização da infraestrutura portuária brasileira, em um setor que depende de investimentos elevados e planejamento de longo prazo”, afirmou Barbosa.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 19/05/2026

STF PAUTA JULGAMENTO DE FERROGRÃO PARA ESTA QUARTA-FEIRA

Supremo Tribunal Federal pode retomar análise sobre mudanças em parque nacional para viabilizar ferrovia

Do Estadão Conteúdo 19 de maio de 2026 às 10:20



O julgamento começou em outubro do ano passado, mas foi suspenso por um pedido de vista do ministro Flávio Dino (Divulgação)

O Supremo Tribunal Federal (STF) pode retomar nesta quarta-feira (20) o julgamento da constitucionalidade da lei que alterou os limites do Parque Nacional do Jamanxim (PA) para comportar os trilhos da Ferrogrão. O caso está em quarto lugar na pauta. Até o momento, o placar está em 2 a 0 para liberar o projeto.

O julgamento começou em outubro do ano passado, mas foi suspenso por um pedido de vista do ministro Flávio Dino. Ele liberou o caso para análise no final de fevereiro.

O relator, Alexandre de Moraes, votou para declarar a constitucionalidade da lei que abre espaço para a ferrovia. Ele foi acompanhado pelo ministro Luís Roberto Barroso, hoje aposentado.

Moraes entendeu que “não há nenhum perigo de dano ambiental iminente” em liberar o projeto, que ainda está condicionado ao licenciamento ambiental.

“Não está em julgamento a implementação da ferrovia, mas sim a desafetação (da área protegida) para estudos. Para a implementação, obrigatoriamente há necessidade dos estudos de impacto ambiental e das licenças necessárias”, ponderou.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 19/05/2026

MEGAOPERAÇÃO LEVA TRANSFORMADOR DE 342 TONELADAS AO LITORAL DE SÃO PAULO PARA EXPORTAÇÃO RUMO À ARÁBIA SAUDITA

Equipamento fabricado em Guarulhos será exportado pelo Porto de São Sebastião

Da A Tribuna.com.br 19 de maio de 2026 às 11:40



Transformador fabricado em Guarulhos será enviado em junho à Arábia Saudita; Porto de São Sebastião quer atender projetos industriais (Divulgação)

O transporte de um transformador de 342 toneladas exigiu uma mega-operação logística para chegar ao Porto de São Sebastião, no litoral norte de São Paulo, de onde será exportado para a Arábia Saudita. Fabricado em Guarulhos, na Grande São Paulo, ele foi levado em um comboio que percorreu as rodovias Ayrton Senna e Tamoios na semana passada. A expectativa é que o navio com o equipamento deixe o Brasil em 13 de junho.

Segundo o Governo do Estado, a operação demandou velocidade controlada, sistemas especiais de transporte e coordenação entre diversos veículos de tração. O deslocamento também mobilizou concessionárias rodoviárias, equipes técnicas e órgãos públicos ao longo do trajeto, sobretudo nos pontos considerados mais sensíveis, como a região de Guararema, onde a passagem ocorreu durante a madrugada para reduzir impactos no tráfego.

O cronograma inicial previa aproximadamente um mês de deslocamento, mas a operação foi concluída em oito dias.

O transformador integra um empreendimento internacional voltado a sistemas de transmissão de energia em corrente contínua (HVDC), tecnologia aplicada em redes de longa distância e elevada capacidade energética.

Com potência de 580 MVA e tensão de 380 kV, o volume poderá superar 512 toneladas após sua instalação definitiva. O projeto prevê ainda a fabricação de outros 13 transformadores, somando capacidade de até 9 GW.

Para o presidente do Porto de São Sebastião, Ernesto Sampaio, a operação confirma a capacidade do terminal de atender projetos industriais de elevada complexidade e amplia o papel estratégico do complexo no cenário logístico paulista.

“Nosso porto tem demonstrado que reúne condições técnicas e operacionais para receber cargas de grande porte e alta complexidade, atendendo setores estratégicos da economia. Operações como esta reforçam nossa capacidade de oferecer soluções logísticas diferenciadas e consolidam o porto como um ativo importante para a infraestrutura e para o desenvolvimento do Estado”.

Fonte: *A Tribuna Digital - SP*

Data: 19/05/2026



ME – MOVIMENTO ECONÔMICO

JUSTIÇA MANDA BRASKEM CUSTEAR NOVA FERROVIA PARA A CBTU EM MACEIÓ

Decisão reconhece responsabilidade da mineradora por danos à malha ferroviária afetada pelo afundamento do solo; Braskem terá que arcar com nova linha de trem e indenização por danos morais
Por Vanessa Siqueira - De Alagoas vanessa.siqueira@movimentoeconomico.com.br

A Justiça Federal em Alagoas decidiu que a Braskem terá que arcar com os custos para construção de uma nova linha férrea em local seguro e adequado em Maceió. A decisão julgou procedente uma ação movida pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) que cobrava ressarcimento frente aos investimentos feitos pela companhia na cidade. A decisão ainda cabe recurso.



Decisão da Justiça Federal a favor da CBTU decide que Braskem terá que arcar com obras e pagar por prejuízos por conta de afundamento de solo que comprometeu operações de trem na cidade. Foto: Mobilize Brasil

A CBTU informou nesta terça-feira (19) que a decisão proferida pela Justiça Federal determina que a Braskem ressarça os investimentos feitos pela CBTU no trecho inutilizado entre os bairros de Mutange e Bebedouro, além de custear integralmente o projeto e a construção de uma nova linha férrea em local seguro e adequado. A

sentença também estabelece indenização de R\$ 300 mil por danos morais, em razão do abalo à imagem institucional da companhia, e o custeio de campanhas publicitárias para informar a população sobre medidas de segurança.

O trecho da ferrovia entre os bairros do Mutange e Bebedouro está interrompido desde 1º de abril de 2020, por orientação da Defesa Civil de Maceió. A paralisação afetou diretamente a operação da CBTU na capital alagoana e interrompeu projetos de expansão da malha ferroviária.

Segundo informou a CBTU, entre os projetos impactados estavam a ampliação da via férrea até o bairro da Mangabeiras, com previsão de 3,7 km de nova linha. A interrupção também provocou uma queda expressiva no número de passageiros transportados diariamente. Antes da paralisação, o sistema atendia cerca de 13 mil usuários por dia. Atualmente, o volume é inferior a 2 mil passageiros diários.

A redução no fluxo de usuários, somada à perda operacional do trecho e à inviabilização de projetos de ampliação, gerou prejuízos considerados incalculáveis pela companhia.

Passageiros da CBTU enfrentam baldeação obrigatória

Além dos impactos financeiros e operacionais, a CBTU aponta prejuízos diretos à população que dependia do trem como principal meio de transporte. Com a interrupção da linha, usuários passaram a enfrentar baldeação obrigatória, aumento no tempo de deslocamento e perda de qualidade no serviço.

A paralisação também afetou projetos de caráter turístico da CBTU, como o da Maria Fumaça, locomotiva centenária prevista para operar como trem turístico. A proposta foi adiada diversas vezes porque a interrupção impede a passagem do trem a vapor até a Usina Utinga.

Para o superintendente de Trens Urbanos de Maceió, Max Ferreira, a decisão da Justiça Federal representa um marco para a CBTU e para os usuários do sistema ferroviário.

“Vamos seguir pressionando para que a decisão judicial seja cumprida o mais breve possível e focar na execução desse projeto, que trará um novo traçado, junto aos órgãos competentes, garantindo que o passageiro tenha o serviço de volta com a qualidade que merece”, destacou o superintendente.



Prefeitura quer utilizar tecnologia japonesa para reativar linha férrea para que trens voltem a circular pelos bairros do Mutange e Bebedouro. Foto: Secom Maceió

Prefeitura quer reativar trem em área afetada pela mineração

Apesar da decisão da Justiça Federal, a prefeitura de Maceió iniciou obras para reconstrução da linha férrea nos bairros de Bebedouro e Mutange, com previsão de retorno das operações em 2027.

Até junho, a previsão é realizar a aposição dos trilhos, que vai contar com uma tecnologia usada no Japão em locais que sofreram com desastres ambientais e abalos sísmicos.

A prefeitura explicou que os trilhos que ficarão situados na Avenida Major Cícero de Góes, em Bebedouro, serão equipados com tecnologias de mitigação de riscos operacionais e monitoramento em tempo real, permitindo a detecção de alterações em sua geometria e deformações na região dos dormentes, a fim de garantir uma operação segura para os usuários do Veículo Leve sobre Trilho (VLT).

Além dos equipamentos nos trilhos, dados de monitoramento e os estudos realizados, indicam a correlação positiva entre a redução da velocidade de deslocamento e as atividades de preenchimento das cavidades com areia (backfilling), o que torna evidente a necessidade de continuidade no enchimento das cavidades 20/21, 27, 15 e demais cavidades necessárias para dar segurança à passagem do trem.

Apesar do retorno da circulação, o um trecho localizado na Av. Major Cícero de Góes Monteiro, entre o antigo Colégio Bom Conselho e a ladeira da Gruta do Padre Cícero Romão Batista deverá permanecer sob monitoramento contínuo realizado pela Defesa Civil de Maceió e demais órgãos competentes.

Fonte: ME – Movimento Econômico
Data: 19/05/2026

CONTRATO DA TRANSNORDESTINA EM PE É ADIADO PARA TER PARTICIPAÇÃO DE LULA

Presidente pediu para estar presente no ato, que aconteceria nesta terça-feira (19) em Brasília. AGU já trata com o TCU para destravar pendências do projeto de R\$ 312 mi no trecho Salgueiro–Suape da Transnordestina

Da Redação ME - redacao@movimentoeconomico.com.br



Em novembro de 2024, presidente Lula participou de cerimônia de assinatura para aditivo para a ferrovia Transnordestina. Foto: Wilson Dias/Agência Brasil

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pediu para participar pessoalmente da cerimônia de assinatura do contrato de retomada da Ferrovia Transnordestina no trecho pernambucano Salgueiro–Suape, adiando o ato que estava previsto para esta terça-feira (19). Lula chegou a ligar diretamente para manifestar o desejo de estar presente. A governadora Raquel Lyra (PSD), que cumpria agenda em Brasília, foi informada da mudança. Até o momento, não há

definição oficial de nova data, embora não esteja descartado que a assinatura ocorra ainda nesta terça.

Na mesma ocasião, Lyra foi informada de que a Advocacia-Geral da União (AGU) iniciou tratativas junto ao Tribunal de Contas da União (TCU) para destravar questões relacionadas ao processo da ferrovia. O entendimento dentro do Ministério dos Transportes é de que a assinatura do contrato pode ocorrer independentemente das pendências no tribunal. Ainda assim, o governo federal decidiu intensificar a articulação institucional para acelerar a liberação do processo.

O contrato abrange 73 quilômetros entre Custódia e Arcoverde (Lote SPS-04), com investimento de R\$ 312 milhões e prazo de execução de quatro anos. O trecho integra o ramal de 540 quilômetros que liga Salgueiro ao Complexo Portuário de Suape, paralisado há mais de dez anos, com 179 quilômetros já executados.

Transnordestina em Pernambuco

O ramal pernambucano havia sido excluído do contrato de concessão em dezembro de 2022 e reincorporado ao Novo PAC pelo presidente Lula em 2023. A ferrovia, em seu projeto completo, soma 1.757 quilômetros, dos quais 1.209 quilômetros integram a Fase 1, ligando Eliseu Martins (PI) ao Porto de Pecém (CE).

O pano de fundo é a decisão do TCU de 13 de maio, que proibiu novos repasses federais ao trecho Salgueiro–Suape por ausência de estudos técnicos, econômicos e ambientais que comprovem a viabilidade socioeconômica do empreendimento. O tribunal determinou que a Infra S.A. apresente, em 30 dias, um plano de ação para a conclusão do Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) da futura concessão, com cronograma, responsáveis e marcos temporais definidos. O senador Humberto Costa (PT-PE) classificou a decisão como equivocada e alertou que havia previsão de R\$ 200 milhões em aportes federais para o trecho neste ano, cujo cancelamento teria efeito devastador para o Nordeste.

O prefeito de Salgueiro, Fabinho Lisandro (PSD), acompanhou os desdobramentos em Brasília, durante a XXVII Marcha dos Prefeitos, e comemorou a garantia da retomada. “Eu estava preocupado, mas eu tinha certeza, convicção, de que a governadora estava trabalhando muito.”, afirmou. Para o município, a conclusão do ramal abre perspectiva de obras derivadas: um entreposto de cargas e um terminal de combustíveis da Petrobras, este último em fase de estudos, com estimativa de aumento considerável no PIB local.

Viaduto da Vitarella e BR em Noronha

A governadora também aproveitou a agenda em Brasília para avançar em outros projetos de infraestrutura para Pernambuco, entre eles a requalificação da BR de Fernando de Noronha e o viaduto da Vitarella, além de obras previamente pactuadas que integravam o pacote de anúncios previsto para esta semana.

Raquel Lyra reforçou a dimensão estratégica da ferrovia. “Não dá para fazer desenvolvimento sem infraestrutura logística. A ferrovia fala sobre isso, tanto que fizemos investimentos no Porto de Suape, na dragagem do terminal, investimos no Porto do Recife, andamos com o Arco Metropolitano e avançamos para a duplicação da BR-232”, disse. A Fiepe e a Sudene também contestaram a restrição do TCU, defendendo que o ramal Salgueiro–Suape é estruturante para setores como o polo gesso do Araripe, a avicultura e o polo de confecções do Agreste.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 19/05/2026

LEILÃO DE ENERGIA PODE ELEVAR EM 12% A CONTA DE LUZ DA INDÚSTRIA

União Pela Energia e Fiesp questionam impactos tarifários que o Leilão de Reserva de Capacidade pode trazer às indústrias

Por Ângela Fernanda Belfort - De Recife angela.belfort@movimentoeconomico.com.br



A energia é um insumo muito usado pela indústria. A alta da energia altera toda a cadeia produtiva. Foto: Sistema Fiepe

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e o movimento União Pela Energia, que reúne 70 setores da indústria brasileira, defendem que não sejam contratadas as empresas que venceram o Leilão de Reserva de Capacidade (LRCAP) realizado em março último. Ambas alegam que essa contratação vai encarecer os custos da energia para a indústria. A contratação pode elevar em 12% a tarifa da indústria e gerar custo anual de R\$ 48 bilhões na conta de luz, segundo a União Pela Energia.

A União Pela Energia defende a suspensão da homologação do LRCAP até que os questionamentos sejam esclarecidos, mas sem anulação integral do leilão. O movimento afirma que os resultados podem comprometer a competitividade da indústria nacional, elevar a inflação, aumentar o custo de vida da população e afetar a atividade industrial e a geração de empregos. O aumento do preço da energia tem impacto em toda a cadeia produtiva.

O Leilão de Capacidade de Reserva contrata empreendimentos que podem entrar imediatamente gerando energia, caso seja necessário. É uma energia para dar mais segurança ao sistema elétrico que tem muita energia intermitente, como a gerada pelas usinas solares e eólicas.

A Fiesp entrou com uma ação civil pública para impedir a contratação das empresas que ganharam o leilão, questionando a modelagem econômica, os impostos tarifários da contratação. A argumentação também inclui o fato de que a energia vai ficar mais cara para a indústria.

O prazo para homologação das empresas que venceram o leilão vai até a quinta-feira (21). O diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Fernando Mosna, relator do processo, já sinalizou que não incluirá o tema na pauta da diretoria nesta semana devido às incertezas provocadas pelas ações judiciais e pelos questionamentos em andamento.

Além da ação da Fiesp, há processos judiciais em curso e um inquérito administrativo no Cade. O Instituto Arayara protocolou pedido no Tribunal de Contas da União (TCU) para excluir as térmicas a carvão dos resultados do leilão. O Ministério Público Federal (MPF) também solicitou a suspensão da homologação a partir de processo movido pela Associação Brasileira dos Sindicatos e Associações Representantes das Indústrias de Energias (Abraenergias), mas o pedido foi negado. Já a Abraget afirmou que as incertezas dificultam os investimentos nos projetos.

Considerado caro e abrangente, o LRCAP contratou 19 gigawatts (GW) de potência por meio de 100 projetos. As termelétricas responderam por 86% da potência total contratada, sendo a maioria formada por usinas novas. Segundo cálculos da Consultoria TR Soluções, os consumidores industriais terão o maior aumento porque passarão a participar do rateio dos encargos da contratação de potência.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 19/05/2026

Segurança da navegação, qualificação profissional e fortalecimento do transporte hidroviário na Região Amazônica foram os principais temas do encontro



Segurança da navegação, qualificação profissional e fortalecimento do transporte hidroviário na Região Amazônica foram os principais temas do encontro.
Foto: Divulgação/Abani

Belém (PA) sediou, nos dias 18 e 19 de maio, a 4ª reunião do Fórum Permanente dos Trabalhadores Aquaviários (FPTA), promovida pela Secretaria Nacional de Hidrovias e Navegação (SNHN), do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor). O encontro reuniu representantes do poder público, do setor produtivo e de trabalhadores para discutir segurança da navegação,



qualificação profissional e os desafios da navegação interior na Amazônia.

Entre os principais assuntos discutidos estiveram o combate à violência contra aquaviários, a modernização da formação profissional da categoria e os avanços da iniciativa BR dos Rios, voltada ao fortalecimento do transporte hidroviário no país.

Durante o encontro, foram apresentados dados sobre os desafios da segurança fluvial na Amazônia, incluindo o registro de 128 ataques a embarcações no Rio Solimões entre 2020 e 2022, além da vulnerabilidade operacional dos cerca de 22 mil quilômetros de hidrovias navegáveis da Bacia Amazônica.

Os debates técnicos também abordaram a revisão da grade curricular e a criação de novas funções na formação de fluviários, propostas apresentadas pela Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Navegação Interior (Abani). A programação contou ainda com o “Papo de Bordo”, espaço voltado à troca de experiências sobre os desafios e oportunidades da navegação na região.

Para o secretário nacional de Hidrovias e Navegação, Otto Luiz Burlier, o Fórum é fundamental para fortalecer o diálogo entre os diferentes segmentos ligados à navegação interior. “Esse tipo de espaço aproxima as instituições do setor, permite o alinhamento de estratégias e contribui para a construção de soluções conjuntas, voltadas ao desenvolvimento da infraestrutura hidroviária brasileira”, afirmou.

Visitas técnicas

No segundo dia da programação, os participantes realizaram visitas ao Estaleiro Rio Maguari e ao Centro de Instrução Almirante Brás de Aguiar (Ciaba), referência nacional na formação de profissionais aquaviários.

As atividades permitiram o acompanhamento da realidade operacional do setor e dos processos de formação da mão de obra especializada, voltada à navegação interior.

Sobre o Fórum

Instituído pela Portaria 185, de 11 de março de 2025, o Fórum Permanente dos Trabalhadores Aquaviários busca fortalecer o diálogo entre poder público, setor produtivo e trabalhadores do transporte aquaviário, além de promover a organização, a qualificação profissional e a valorização da categoria.

Durante os dois dias do encontro, participaram representantes da Marinha do Brasil, da Casa Civil da Presidência da República, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), da Petrobras, da Transpetro, da Associação Brasileira de Armadores de Cabotagem (Abac), da Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Navegação Interior (Abani) e de entidades representativas dos trabalhadores do setor aquaviário.

As próximas reuniões estão previstas para agosto e novembro deste ano, garantindo a continuidade dos debates e o acompanhamento das ações voltadas ao desenvolvimento do setor.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 19/05/2026

AVIAÇÃO CIVIL REGISTRA CRESCIMENTO DE 20% NO NÚMERO DE PROFISSIONAIS HABILITADOS EM 2025

Mais de 2,2 mil profissionais foram habilitados nos quatro primeiros meses de 2026; governo amplia ações de formação e inclusão na aviação

A aviação civil brasileira segue em trajetória de crescimento e fortalecimento da mão de obra especializada. Dados compilados pelo Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) mostram que o número de licenças e habilitações expedidas para profissionais da aviação civil cresceu 20% em 2025,

na comparação com o ano anterior. Foram 6.562 emissões em 2025, contra 5.461 registradas em 2024.



Mais de 2,2 mil profissionais foram habilitados nos quatro primeiros meses de 2026. - Foto: Divulgação

O avanço continua em 2026. Apenas nos quatro primeiros meses do ano, o país contabilizou 2.213 novos profissionais habilitados para atuar na aviação civil brasileira. No período, foram registrados 1.288 novos pilotos, 458 comissários de voo e 467 mecânicos de manutenção aeronáutica, segundo dados da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), responsável por emitir a licença dos profissionais.

“O crescimento da aviação brasileira exige profissionais cada vez mais qualificados. Estamos ampliando oportunidades de capacitação e trabalhando para tornar as carreiras da aviação mais acessíveis, inclusivas e alinhadas às necessidades do setor”, afirmou o ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca.

Para atender esse cenário, o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) vem fortalecendo políticas públicas voltadas à formação técnica e qualificação profissional. Entre as principais iniciativas está o Asas para Todos, programa coordenado pela Anac, com apoio do MPor e de outros órgãos federais para ampliar o acesso às profissões da aviação civil. A iniciativa reúne ações como a concessão de bolsas de estudo, formação técnica e incentivo à participação de mulheres, jovens e pessoas de baixa renda no setor aeronáutico.

Neste ano, o MPor também lançou programas específicos de capacitação profissional. Em fevereiro, foram abertas 74 bolsas gratuitas para formação de mecânicos de manutenção aeronáutica, em parceria com o Sest/Senat. O edital recebeu quase duas mil inscrições, o que mostra o interesse nas carreiras do setor.

Outra iniciativa em andamento é o curso online e gratuito de Introdução à Aviação, promovido pela Secretaria Nacional de Aviação Civil, por meio do Programa de Treinamento para Profissionais de Aeroportos (Treinar).

O curso oferece formação básica sobre o funcionamento da indústria aeronáutica brasileira para profissionais do setor e interessados em ingressar na área.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 18/05/2026

HIDROVIAS CONECTAM COMUNIDADES E SUSTENTAM A LOGÍSTICA DA REGIÃO NORTE



Rios como Amazonas, Madeira, Solimões e Tapajós exercem papel estratégico na logística, no agronegócio e na integração regional

Além de cargas e passageiros, embarcações levam atendimento bancário, serviços previdenciários e assistência social às populações ribeirinhas - Foto: Divulgação

Fundamentais para a integração logística brasileira, para o abastecimento de produtos e serviços a populações ribeirinhas e para o agronegócio, as hidroviárias são



alternativas mais eficientes, econômicas e sustentáveis de transporte, especialmente em regiões onde esse meio é uma das poucas opções de transporte (em alguns casos, a única opção). No Norte do Brasil, os rios também representam a principal via de deslocamento de pessoas e abastecimento de comunidades.

Atualmente, essa região do Brasil conta com quatro hidrovias, que são administradas pela Diretoria de Infraestrutura Aquaviária (DAQ), do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit): a HN-100 Rio Amazonas, a HN-117 Rio Madeira, a HN-132 Rio Solimões e a Hidrovia do Tapajós/Teles Pires (HN-106 Rio Tapajós/HN-110 Rio Teles Pires). Todas elas são responsáveis por conectar municípios, impulsionar o comércio e garantir o escoamento da produção agrícola e mineral.

Segundo o secretário Nacional de Hidrovias e Navegação, Otto Burlier, a navegação interior ocupa papel central na estratégia logística e ambiental do país. “Ao modernizar as hidrovias, fortalecemos a logística nacional, reduzimos impactos ambientais e ampliamos oportunidades nos territórios ribeirinhos. Os rios aproximam pessoas, serviços e mercados, promovendo inclusão e qualidade de vida”, destaca.

Principais hidrovias

A HN-100 Rio Amazonas é a principal via de transporte do Norte. Com 1.646 km de extensão, responde por 65% de toda a carga movimentada na região e transporta, anualmente, cerca de 50 milhões de toneladas. Navegável durante o ano todo, inclusive em períodos de estiagem, conecta cerca de 70 terminais e atende 9,2 milhões de pessoas, nos estados do Amazonas, Amapá e Pará. Pela via circulam combustíveis, produtos regionais, grãos, minérios, celulose, bauxita e caulim, além de ser fundamental para o comércio externo do Norte do país.

Já a HN-117 Rio Madeira é estratégica para o escoamento de soja, milho e açúcar produzidos no Centro-Oeste. Com 1.060 km navegáveis entre Porto Velho (RO) e Itacoatiara (AM), a hidrovia atende cerca de 781 mil pessoas e mantém operação durante todo o ano. Além da produção agrícola, a via garante o abastecimento de combustíveis e mercadorias essenciais aos municípios ribeirinhos.

A HN-132 Rio Solimões também exerce papel decisivo na integração regional. Com 1.630 km de extensão, ele atravessa 87 municípios e conecta áreas dos estados do Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima. A hidrovia permite o deslocamento de passageiros e cargas, além de ampliar o acesso da população a produtos e serviços.

Outro corredor estratégico é a Hidrovia Tapajós/Teles Pires, que liga os grandes centros produtores do Centro-Oeste ao Rio Amazonas e ao Oceano Atlântico. Com 843 km de extensão, a via fortalece o escoamento da produção agrícola, reduz a pressão sobre outros modais e amplia a competitividade logística do país.

Inclusão social

O trabalho do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) e do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) nas hidrovias assegura não só o transporte de cargas e passageiros, mas também a operação de embarcações que levam atendimento bancário, serviços previdenciários e assistência social às populações ribeirinhas.

Barcos da Caixa e do INSS, por exemplo, percorrem rotas de até 28 dias para oferecer serviços como abertura de contas, pagamento de benefícios, perícias e orientações sociais em comunidades afastadas. Entre janeiro de 2022 e outubro de 2025, mais de 645 mil pessoas foram atendidas por essas embarcações nos estados do Amazonas e Pará.

A navegação também permite a busca ativa do CadÚnico, o atendimento móvel do Sistema Único de Assistência Social e o acompanhamento de povos e comunidades tradicionais por equipes que percorrem longas distâncias em embarcações da assistência social.

As hidrovias também têm papel importante no abastecimento alimentar e no atendimento emergencial das populações ribeirinhas. Pelos rios chegam alimentos, combustíveis, medicamentos, ações de

assistência social e iniciativas voltadas à segurança alimentar, especialmente durante períodos de estiagem ou cheia severa.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF
Data: 18/05/2026

GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF

MINISTRO DOS TRANSPORTES PARTICIPA DO LANÇAMENTO DO MOVE APLICATIVOS

Nova linha de crédito voltada a motoristas de aplicativo e taxistas traz condições especiais para financiamento de veículos, manutenção e capital de giro

O ministro dos Transportes, George Santoro, participa nesta terça-feira (19) do lançamento do Move Aplicativos, em São Paulo. A nova linha de crédito é voltada a motoristas de aplicativo e taxistas e traz condições especiais para financiamento de veículos, manutenção e capital de giro.

O evento de assinatura da MP contará com a participação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Cobertura de imprensa

É necessário o credenciamento prévio para jornalistas interessados na cobertura do evento.

Serviço

Lançamento do Move Aplicativos

Data: 19 de maio de 2026, terça-feira

Horário: 14h30

Local: Casa de Portugal – Avenida da Liberdade, 602, Liberdade, São Paulo (SP).

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 18/05/2026

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES AMPLIA INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA NO RIO GRANDE DO NORTE

Recursos contemplam trechos da BR-304/RN, travessia urbana de Macaíba e obras em corredores usados no escoamento da produção potiguar



Trecho da BR-304/RN recebe intervenções para ampliar a capacidade da via e melhorar as condições de tráfego no Rio Grande do Norte. Foto: Michel Corvello/MT

O ministro dos Transportes, George Santoro, esteve no Rio Grande do Norte nesta segunda-feira (18) para anunciar investimentos e visitar obras que somam quase R\$ 700 milhões em recursos viabilizados pelo Governo do Brasil. As intervenções reforçam a infraestrutura rodoviária em um estado estratégico para o escoamento do sal marinho e do melão, produtos que dependem de

corredores seguros e eficientes para chegar aos mercados consumidores e ao exterior.

No primeiro compromisso da agenda, o chefe da pasta vistoriou a duplicação da BR-304/RN, entre Mossoró e Assú, municípios que fazem parte da rota do sal. Ao todo, serão investidos R\$ 375,5 milhões para ampliar a capacidade de 57,6 quilômetros da via, que recebe diariamente centenas de

caminhoneiros responsáveis pelo transporte de um dos insumos mais consumidos do mundo, além de moradores do interior que utilizam a rodovia para se deslocar. As melhorias devem proporcionar mais segurança aos motoristas de veículos pesados e de passeio que dividem a estrada.

“Com os investimentos do Governo do Brasil, vamos concluir essa duplicação tão esperada pelo Rio Grande do Norte, fortalecendo a região e todo o Nordeste. A melhoria da infraestrutura vai intensificar a logística e impulsionar os setores produtivos, como o salineiro e o agrícola”, afirmou George Santoro.

Nordeste que cresce

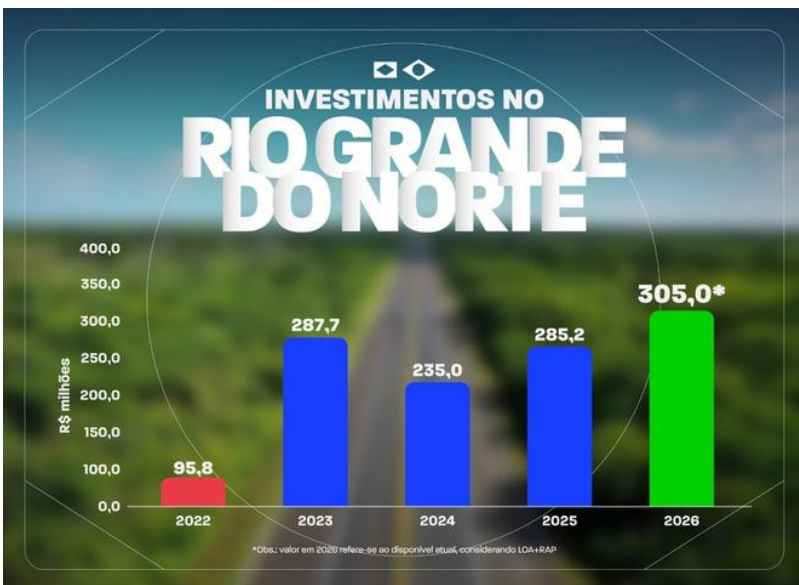
A BR-304 possui 418 quilômetros de extensão, começa em Natal (RN) e segue até Beberibe (CE). A via é estratégica para o desenvolvimento econômico e turístico do Rio Grande do Norte, além de representar a principal ligação entre a capital e importantes cidades do interior, como Mossoró.

“Quando falamos que o estado está no rumo certo, estamos falando de um futuro que já começou. E essa obra representa muito mais do que infraestrutura, por ela passam vidas. Graças ao Governo do Brasil, por meio do Novo PAC, essa intervenção deixou de ser apenas um sonho e se tornou realidade”, destacou a governadora do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra.

Obra a caminho

Ainda no estado, o ministro dos Transportes assinou o contrato para a duplicação de 38,1 quilômetros da BR-304/RN entre Macaíba e Riachuelo, com previsão de início das obras em 30 dias. As intervenções receberão R\$ 204,4 milhões para a modernização do corredor logístico e incluem adequação de capacidade, melhorias de segurança viária e eliminação de segmentos críticos.

“O nosso compromisso é garantir mais segurança para a população. Para que o cidadão tenha certeza de que seu familiar vai pegar a estrada e chegar ao destino com segurança. Com a duplicação e sinalização adequada, temos a convicção de que estamos fazendo uma obra que vai melhorar a vida das pessoas”, destacou Santoro.



Avanço da travessia urbana

O ministro também assinou a ordem de serviço para a construção da travessia urbana de Macaíba. O projeto faz parte da conclusão da duplicação da Reta Tabajara e do viaduto de acesso ao Aeroporto de São Gonçalo do Amarante, principal porta de entrada e saída para a capital do estado.

A Reta Tabajara, segmento da BR-304 localizado entre Parnamirim e Macaíba, é um dos trechos mais movimentados do estado, com circulação superior a 50 mil veículos por dia, além de ser a principal ligação entre a Região Metropolitana de Natal e o interior potiguar.

Aumento de investimentos

A soma dos três serviços no estado totaliza R\$ 657,9 milhões em investimentos do Governo do Brasil no Rio Grande do Norte. Em 2026, os recursos destinados pelo Ministério dos Transportes ao estado somam R\$ 305 milhões, valor 218% maior que o registrado em 2022, quando foram aportados R\$ 95,8 milhões.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 18/05/2026



MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES LANÇA CENTRO NACIONAL DE ESTUDOS DE SINISTROS DE TRÂNSITO

Evento acontece nesta terça-feira (19), em Brasília; iniciativa vai reunir especialistas para analisar fatores relacionados a sinistros graves e apoiar medidas de prevenção no trânsito

O ministro dos Transportes, George Santoro, lança, nesta terça-feira (19), o Centro Nacional de Estudos de Sinistros de Trânsito (Cnest). Coordenada pela Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran), a iniciativa vai analisar sinistros de trânsito graves de relevância nacional para apoiar medidas de prevenção e redução de mortes nas vias brasileiras.

Integrado às ações do Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (Pnatrans), o Cnest seguirá os princípios de Visão Zero e Sistemas Seguros. O centro poderá reunir especialistas, representantes de órgãos, entidades da sociedade civil organizada e entidades governamentais para produzir estudos, diagnósticos e relatórios técnicos sobre causas, circunstâncias e fatores contribuintes associados aos sinistros.

O Cnest terá caráter técnico-científico e preventivo, sem finalidade de identificar responsabilidades pela ocorrência dos sinistros de trânsito. Os estudos também servirão de base para orientar políticas públicas e ampliar a capacidade de identificação de riscos no trânsito.

Cobertura de imprensa

Não há necessidade de credenciamento prévio para jornalistas interessados na cobertura do evento.

Serviço

Lançamento do Centro Nacional de Estudos de Sinistros de Trânsito (Cnest)

Data: terça-feira, 19 de maio

Horário: 10h30

Local: Sala Interativa do Ministério dos Transportes, Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 6º andar

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 18/05/2026



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – O IMPACTO DOS R\$ 700 MILHÕES NA INFRAESTRUTURA POTIGUAR

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

A agenda do ministro dos Transportes, George Santoro, no Rio Grande do Norte consolida um ciclo de expansão logística importante para o Nordeste, injetando quase R\$ 700 milhões na malha rodoviária estadual nos próximos anos. Os investimentos federais focam na duplicação e na modernização da BR-304, um corredor por onde circula a riqueza da economia potiguar, com destaque para a produção de melão e o escoamento do sal marinho. O expressivo salto no orçamento destinado ao estado, que atingirá R\$ 305 milhões neste ano, com esses novos recursos, demonstra uma mudança de patamar no planejamento de infraestrutura, trocando ações paliativas por intervenções estruturantes de longo prazo.

A duplicação do trecho de 57,6 quilômetros entre Mossoró e Assu ataca diretamente um dos principais gargalos da chamada rota do sal. Com um aporte de R\$ 375,5 milhões, a ampliação da capacidade da pista irá melhorar o fluxo de caminhões pesados e reduzir os riscos de acidentes graves em uma via que historicamente sofria com a saturação do tráfego. Essa obra garantirá previsibilidade para as transportadoras que abastecem as indústrias nacionais com o insumo salineiro e para os produtores agrícolas que dependem de agilidade para enviar frutas frescas ao exterior, transformando a rodovia em um indutor de competitividade para o interior do estado.

A assinatura do contrato para duplicar mais 38,1 quilômetros da BR-304, entre Macaíba e Riachuelo, assegura a continuidade desse cinturão logístico. O investimento de R\$ 204,4 milhões foca na eliminação de pontos críticos e no reforço da sinalização, garantindo que o ganho de eficiência venha acompanhado de segurança viária. A integração desse projeto com a nova ordem de serviço para a travessia urbana de Macaíba e a conclusão do viaduto de acesso ao Aeroporto de São Gonçalo do Amarante criará uma conexão fluida entre as zonas produtoras do interior e os principais pontos de escoamento e distribuição da Região Metropolitana de Natal.

O impacto combinado dessas intervenções irá redesenhar o tráfego na Reta Tabajara, que suporta uma pressão diária de mais de 50 mil veículos. Ao destravar esses investimentos por meio do Novo PAC, o Governo Federal responde a uma demanda histórica de mobilidade urbana e desenvolvimento regional. O Rio Grande do Norte pavimenta o caminho para um ambiente de negócios mais atraente, onde o custo do frete é reduzido e a segurança do usuário é preservada. O fortalecimento desse eixo rodoviário comprova que a eficiência na entrega de mercadorias e a preservação de vidas nas estradas caminham lado a lado quando há continuidade no investimento público.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/05/2026

OPINIÃO – ARTIGOS - A AÇÃO DA FIESP E O DESAFIO DE UMA POLÍTICA INDUSTRIAL MENOS CONCENTRADA



AUGUSTO CESAR BARRETO ROCHA

Augusto Cesar Barreto Rocha. Professor da Universidade Federal do Amazonas e consultor

opinio@portalbenews.com.br

A indústria nacional já foi 48% do PIB do país, em 1985. Hoje representa apenas 23,4%, segundo dados da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Com a reforma tributária e a nova política industrial, governos e legisladores trabalharam num caminho para ajustar a condição. Afinal, é como se pudéssemos dobrar a indústria nacional para voltar aos níveis que já tivemos. Com a nova política industrial e a reforma tributária combinadas, há um esforço nesta direção, pois o diferencial fiscal foi reduzido e a guerra fiscal combatida.

Antes da reforma tributária aprovada, havia um espaço para a diferenciação tributária entre as unidades da federação, gerando diferenciais entre regiões e alguma insegurança. Na construção da mudança, o tributo passa primariamente para os estados consumidores. Ou seja, os ricos receberão mais tributos do que os pobres. Por aqui pode estar um problema e a criação de compensações foi um dos caminhos encontrados para ajustar a condição.

Neste contexto, São Paulo possui 70 deputados federais, enquanto o Amazonas possui apenas 8. Mesmo com esta disparidade de forças políticas, a reforma foi feliz em manter os diferenciais tributários favorecendo a Zona Franca de Manaus (ZFM). Afinal, no Amazonas fica apenas 2,3% da indústria brasileira, enquanto São Paulo agrega 28,8% desta indústria, segundo o Perfil da Indústria da CNI.

Mesmo com tudo isso, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), ingressou com uma Ação Civil Pública contra os Benefícios Fiscais da ZFM no âmbito da reforma tributária. Se a indústria amazonense dobrasse de tamanho ela ainda seria pequena. Precisamos crescer em muito a indústria nacional, que só perde relevância ao longo de décadas. Enquanto se esperaria uma união empresarial dos Estados brasileiros pelo desenvolvimento industrial, o que se verifica é o oposto. Quando há uma vitória para um potencial crescimento, com conseqüente redução das desigualdades, o que se percebe nesta ação é um combate contra uma oportunidade de crescimento industrial.

Mais do que uma disputa jurídica ou tributária, o que está em jogo é o tipo de país que se pretende construir: um Brasil concentrado, em que os mais fortes acumulam ainda mais vantagens, ou uma nação capaz de usar sua política fiscal para estimular o desenvolvimento regional e reduzir desigualdades históricas. Atacar a ZFM, nesse contexto, é atacar não apenas um modelo de incentivo

que permaneceu na reforma tributária, mas a própria ideia de um país mais equilibrado e menos desigual.

Atacar a reduzida participação relativa de Manaus no conjunto da indústria brasileira, justamente em um contexto de declínio industrial no país, significa enfraquecer uma oportunidade concreta de expansão produtiva. A iniciativa da Fiesp contraria a necessidade de uma articulação nacional em favor da reindustrialização e da redução das desigualdades regionais.

Em vez de somar esforços para fortalecer a indústria brasileira como um todo, a contestação à Zona Franca de Manaus atinge uma das poucas políticas industriais que produziram resultados consistentes ao longo do tempo. Esse tipo de postura dificulta a construção de uma estratégia nacional de desenvolvimento mais equilibrada e integrada, além de afrontar toda a concertação política que viabilizou a reforma tributária, com toda a força que o Estado de São Paulo já possui, usando-a muito além do razoável.

*Augusto Cesar Barreto Rocha é professor da Universidade Federal do Amazonas.
Ele escreve semanalmente para o BE News, com seus textos publicados às terças-feiras.*

ATACAR A REDUZIDA PARTICIPAÇÃO RELATIVA DE MANAUS NO CONJUNTO DA INDÚSTRIA BRASILEIRA, JUSTAMENTE EM UM CONTEXTO DE DECLÍNIO INDUSTRIAL NO PAÍS, SIGNIFICA ENFRAQUECER UMA OPORTUNIDADE CONCRETA DE EXPANSÃO PRODUTIVA.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/05/2026

POLÍTICA - CONGRESSO DEFENDE DOSIMETRIA NO STF

Câmara dos Deputados e Senado Federal apresentam suas manifestações contra a suspensão da aplicação da lei

Da Agência Brasil - Estádio Conteúdo



Três ações contestam no STF a deliberação do Congresso Nacional que derrubou o veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao PL da Dosimetria

A Câmara dos Deputados e o Senado defenderam, nesta segunda-feira (18), a validade da Lei da Dosimetria, norma que permite a redução das penas dos réus que foram condenados pelos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023, entre

eles, o ex-presidente Jair Bolsonaro.

As manifestações foram enviadas ao Supremo Tribunal Federal (STF) após solicitação do relator do caso, ministro Alexandre de Moraes, que suspendeu a aplicação da lei até decisão final sobre a constitucionalidade da lei.

O Senado defendeu que o plenário derrube a decisão individual de Moraes. Segundo a advocacia da Casa, a suspensão produz efeitos “graves e potencialmente irreversíveis”.

“Ao sustar a aplicação da Lei nº 15.402/2026, priva-se o condenado de lei mais benéfica em vigor, impondo-lhe, por decisão judicial provisória, regime de progressão mais gravoso do que aquele previsto pelo legislador”, afirmou o Senado.

A Câmara acrescentou que o Congresso tem a prerrogativa política de dar a “palavra final” sobre o veto presidencial da matéria.



“O Congresso é o principal ator na sistematização do processo legislativo e possui a palavra final sobre o veto. Portanto, cabe ao Parlamento decidir como derrubar o veto”, completou a Casa.

Pelo menos três ações contestam no Supremo a deliberação do Congresso que derrubou o veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao projeto de lei da dosimetria.

As ações foram protocoladas pela Federação PSOL-Rede, Federação PT, PCdoB e PV e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI).

A expectativa é que as ações sejam julgadas neste mês pela Corte.

Jorge Messias

O regimento interno do Senado Federal proíbe a apreciação da indicação de uma autoridade já rejeitada pela Casa naquele mesmo ano. A vedação pode ser um obstáculo para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que deve reenviar o nome do advogado-geral da União, Jorge Messias, para uma vaga no Supremo Tribunal Federal (STF).

Um ato de 2010, publicado pela Secretaria de Gestão de Informação e Documentação, regulamentou a apreciação pelo plenário e a comunicação do resultado sobre a escolha de uma autoridade.

O quinto artigo diz que “É vedada a apreciação, na mesma sessão legislativa, de indicação de autoridade rejeitada pelo Senado Federal”. Sessão legislativa é o período anual em que o parlamento se reúne para trabalhar.

Lula disse a aliados que vai reenviar ao Senado a indicação de Messias ao STF antes das eleições, mas o ministro ainda adota cautela sobre a possibilidade. No dia 29 de abril, o Senado impôs uma derrota histórica ao governo, rejeitando Messias por 42 votos a 34.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/05/2026

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES** leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

O MANIFESTO

Um grupo de nove entidades do setor produtivo se mobiliza para lançar, nos próximos dias, um manifesto conjunto com o objetivo de pressionar o Governo Federal a realizar, ainda neste ano, o leilão do Tecon Santos 10 - o megaterminal de contêineres e carga geral a ser implantado no Porto de Santos (SP). A intenção das organizações é defender que o certame ocorra sem as restrições concorrenciais planejadas inicialmente pelo Ministério de Portos e Aeroportos e pela Agência Nacional de Transportes Aquaviário (Antaq).

ÀS NOVE ENTIDADES

O manifesto é assinado pela Associação Brasileira dos Armadores de Cabotagem (Abac), pela Associação de Terminais Portuários Privados (ATP), pela Associação Nacional dos Exportadores de Algodão (Anea), pela Câmara de Comércio BrasilÁsia (CBA), pelo Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé), pelo Centro Nacional de Navegação Transatlântica (Centronave), pelo Instituto Brasileiro de Infraestrutura (IBI), pelo Instituto Livre Mercado e pelo Logística Brasil. No documento, os signatários sustentam que o novo superterminal de contêineres é um projeto de claro interesse estratégico para o País e advogam por uma ampla concorrência que garanta a participação isonômica de todos os operadores de mercado.

APOIO À CASA CIVIL

A iniciativa das entidades manifesta apoio direto à nota técnica do Programa de Parcerias de Investimentos, órgão vinculado à Casa Civil da Presidência da República que redesenhou as diretrizes do leilão. A Casa Civil orientou que a disputa ocorra sem barreiras para os armadores e permita a entrada de grupos que já possuem operações em Santos, desde que esses atuais operadores vendam

seus ativos locais antes de assinar o novo contrato caso vençam a disputa. Essa mudança de diretriz abre espaço para a participação de gigantes globais do setor, como a suíça MSC, a dinamarquesa Maersk e a chinesa Cosco, revertendo a tendência anterior do Governo de vetar esses grandes players.

EM DEFESA DA CELERIDADE

O posicionamento do setor produtivo surge após uma sequência de impasses regulatórios que provocou o adiamento do certame, originalmente previsto para o segundo semestre de 2025. Diante do esgotamento da capacidade do Porto de Santos, que responde por 29% de todo o comércio exterior brasileiro, as entidades alertam que a demora na expansão física do complexo gera prejuízos diários para a economia, refletidos no encarecimento do frete, na perda de empregos e na redução da competitividade nacional.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/05/2026

POLÍTICA - PL CONVIDA DIRETOR DA PF PARA EXPLICAR TROCA DE DELEGADO

Líder da bancada do Partido Liberal na Câmara protocolou convite para Andrei Rodrigues esclarecer mudança no inquérito de fraudes no INSS

Do Estadão Conteúdo



Sóstenes Cavalcante disse que “tiraram o delegado responsável logo depois do pedido de quebra de sigilo bancário do filho mais velho do presidente”

O líder da bancada do PL na Câmara, o deputado Sóstenes Cavalcante (RJ) protocolou na última sexta-feira, 15, um requerimento convidando o diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, para prestar esclarecimentos sobre a troca de delegado no inquérito sobre desvios no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

A investigação tem como alvos Fábio Luís Lula da Silva, filho mais velho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o empresário Antônio Camilo Antunes, o Careca do INSS, preso preventivamente e suspeito de liderar o esquema de desvios de aposentadorias.

Até então, o caso esta va sendo coordenado pelo delegado-chefe da Divisão de Repressão a Crimes Previdenciários da PF. Procurada, a PF afirmou que decidiu transferir a investigação para a Coordenação de Inquéritos nos Tribunais Superiores (CINQ/CGRC/ DICOR/PF). Com isso, o delegado que chefiava o caso acabou sendo substituído. A PF afirma que fez a mudança para dar maior estrutura e “potencializar recursos” para a investigação.

A mudança desagradou a oposição, que acusa o governo de “interferir na autonomia da PF”. Segundo Sóstenes, “não existe coincidência. Tiraram o delegado responsável pelo inquérito das fraudes do INSS bem no momento mais sensível da investigação, logo depois do pedido de quebra de sigilo bancário do filho mais velho do presidente”, afirmou o deputado em nota nas redes sociais.

No requerimento, Sóstenes justifica que “faz-se imprescindível que a Polícia Federal apresente esclarecimentos oficiais ao Parlamento brasileiro, garantindo transparência institucional e segurança jurídica à população”.

O documento foi protocolado na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara. Ainda não há data para que a solicitação seja apreciada pelo colegiado.



Essa troca na chefia do caso motivou uma reunião do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça com a equipe da PF na sexta-feira. O ministro pediu explicações sobre o motivo da troca e ficou incomodado porque não tinha sido informado antes da mudança.

Pessoas que estavam presentes à reunião afirmaram que o ministro alegou que o comando anterior coordenava as negociações sobre delações premiadas.

Na mesma reunião, Mendonça teria cobrado independência no trabalho dos investigadores. Teria avisado que não quer perseguições políticas nem atraso nas apurações para poupar suspeitos.

Em nota, o gabinete do ministro se limitou a informar que a reunião foi realizada para a “atualização do andamento das investigações e apresentação da nova coordenação que cuida da operação sem desconto (caso do INSS)”.

O delegado foi mantido na Divisão de Repressão a Crimes Previdenciários, mas, com a alteração, o caso do INSS foi tirado da sua condução. Com isso, outro delegado que ainda não havia atuado nesse caso é que vai coordenar o conjunto dos inquiridos do INSS. A PF diz que o restante dos delegados e da equipe que atuava no caso foram mantidos e, por isso, não haverá prejuízo ao andamento das investigações.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 19/05/2026

POLÍTICA - BOLSONAROS APOIAM GASPAR E LIRA AO SENADO

Após visitar o pai na prisão domiciliar, Carlos Bolsonaro revela definição para Alagoas

Do Estadão Conteúdo

O ex-vereador Carlos Bolsonaro (PL) informou no domingo, 17, que em sua última visita ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) na prisão domiciliar, o pai definiu que irá apoiar os nomes de Alfredo Gaspar (PL) e Arthur Lira (PP) como os candidatos ao Senado Federal por Alagoas. Eles disputarão as duas vagas abertas para o Estado nas eleições deste ano.

“Em Alagoas, o presidente Jair Bolsonaro, toda a família Bolsonaro e todo o agrupamento de direita e centro-direita já têm definidos seus nomes para o Senado: Arthur Lira e Alfredo Gaspar de Mendonça. São nomes preparados, experientes e comprometidos com os valores que defendemos para o Brasil”, disse Carlos Bolsonaro para jornalistas durante o evento “Acorda Brasil” em Maceió.

O deputado federal e ex-presidente da Câmara, Arthur Lira, já lançou sua pré-candidatura ao Senado Federal em março deste ano, em um evento com lideranças políticas em Maceió. Há uma movimentação para que ele se filie ao Partido Liberal (PL), de Jair Bolsonaro, mas atualmente ele está definido como pré-candidato pelo Partido Progressistas (PP).

Já o deputado federal Alfredo Gaspar lançou sua pré-candidatura pelas redes sociais, em abril deste ano, pela sigla de Bolsonaro. Ele se filiou ao PL em março deste ano, deixando o União Brasil. Ao ingressar no partido, ele assumiu a presidência estadual da sigla, substituindo o ex-prefeito de Maceió, JHC.

Em Alagoas, duas vagas ao Senado estarão em disputa em outubro. Os mandatos do senador Renan Calheiros (MDB) e do senador Fernando Farias (MDB) se encerram em janeiro de 2027.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 19/05/2026

POLÍTICA - LULA LANÇA PROGRAMA PARA MOTORISTAS DE APP

Iniciativa inclui taxistas e prevê R\$ 30 bi para financiamento de veículos com taxa de juros mais baixa e prazo de até 72 meses

Do Estádio Conteúdo



Pesquisa Datafolha indica que 87% dos condutores estão interessados em comprar ou trocar de carro nos próximos três anos

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), lança nesta terça-feira, 19, o programa Move Aplicativos, que busca financiar veículos para motoristas de aplicativo. O evento será realizado na Casa de Portugal, no bairro da Liberdade, em São Paulo (SP), às 15h30.

A nova linha de crédito, que prevê R\$ 30 bilhões em recursos públicos, é voltada a motoristas de aplicativo e taxistas e traz condições especiais para financiamento e manutenção de veículos, além da criação de capital de giro.

Segundo apurou o Broadcast Político (sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado), serão oferecidas taxas de juros inferiores à Selic, carência de até seis meses e prazos de financiamento de até 72 meses.

De acordo com a revista Exame, os critérios de elegibilidade seriam de ao menos 100 corridas realizadas nos últimos 12 meses, ou seja, uma média de duas a cada semana.

No lançamento do programa em São Paulo, o Planalto espera a presença de aproximadamente 500 pessoas, entre representantes do governo, motoristas de aplicativos, taxistas e demais atores relacionados ao setor automotivo e de mobilidade urbana.

Segundo estudo do Instituto Datafolha realizado em 2025 com motoristas ativos no aplicativo Uber, 87% dos condutores estão interessados em comprar ou trocar de carro nos próximos três anos, sendo que 88% pretendem financiar e apenas 12% deles possuem intenção de pagar à vista. Entre quem não pretende trocar, a principal razão apontada é que o carro atual ainda está novo.

Além disso, três em cada quatro motoristas (74%) são proprietários do veículo, sendo que pouco mais da metade deles (56%) ainda está pagando, com prazos geralmente acima de três anos. Entre aqueles que não são proprietários, mais da metade (57%) usa veículo de uma empresa e a maioria paga aluguel pelo uso (73%).

Derrota

O lançamento da linha de crédito ocorre após o governo sofrer uma derrota ao não conseguir aprovar no Congresso a regulamentação da atuação dos trabalhadores por aplicativo.

No ano passado, o ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Guilherme Boulos, criou um grupo de trabalho que reuniu lideranças do setor para criar um relatório com as reivindicações deles.

Os principais pedidos foram a elevação do piso de serviço para R\$ 10, adicional por distância de R\$ 2,50 por quilômetro rodado e pagamento integral de rotas agrupadas.

Os pedidos não foram incluídos no texto que tramita na Câmara, relatado pelo deputado Augusto Coutinho (Republicanos-PE). Além disso, o governo recebeu o indicativo de que a proposta não será votada em 2026, por falta de consenso entre as empresas e os trabalhadores e a proximidade das eleições.

POLÍTICA - PREFEITO DE SANTOS ANUNCIA QUE ESTÁ COM CÂNCER

Rogério Santos revelou doença nesta segunda-feira e disse que vai se afastar do cargo
Do LEOPOLDO FIGUEIREDO leopoldo.figueiredo@redebnews.com.br

O prefeito de Santos (SP), Rogério Santos (Republicanos-SP), acaba de anunciar publicamente que foi diagnosticado com um câncer em estágio inicial na região do pescoço. O comunicado foi feito pelo próprio chefe do Executivo santista por meio de um vídeo publicado em sua conta oficial no Instagram, às 8h30 desta segunda-feira. Na gravação, ele também confirmou que irá se afastar temporariamente do cargo para focar no tratamento de saúde.

Santos é o principal município portuário do Brasil, abrigando a maior parte das áreas do Porto de Santos, responsável por cerca de 30% das exportações e importações do país.

Na publicação, Rogério Santos destacou que a descoberta precoce da doença traz perspectivas otimistas para a sua plena recuperação. “Recentemente, recebi o diagnóstico de um câncer em estágio inicial. Graças a Deus, por estar bem no começo, permite que o tratamento aconteça com segurança, serenidade e grandes chances de cura”, afirmou.

Durante o pronunciamento, o prefeito demonstrou otimismo e ressaltou que o diagnóstico não abalou sua postura diante da vida e dos desafios públicos. Ele garantiu que enfrentará o tratamento com “equilíbrio, dignidade, coragem e confiança”. E destacou o fortalecimento de sua fé neste momento, declarando-se amparado pela medicina e pela religiosidade: “Seguirei sendo cuidado pelos médicos, por Deus e coberto pelo manto de Nossa Senhora.”

O prefeito não divulgou quando ocorrerá seu afastamento do cargo, que será ocupado pela vice-prefeita e atual secretária municipal de Educação, Audrey Kleys (PSD-SP) – que repostou o vídeo de Rogério minutos depois.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/05/2026

TRANSPORTES - PORTOS - PORTO DE IMBITUBA CRESCE 12,7% NO QUADRIMESTRE

Complexo catarinense movimentou 2,65 milhões de toneladas entre janeiro e abril, com avanço nas exportações, importações e operações de contêineres

Por CÁSSIO LYRA redacao.jornal@redebnews.com.br



Somente em abril, o complexo movimentou 681 mil toneladas, o melhor desempenho mensal de 2026, representando alta de 21,6% na comparação com abril do ano passado

O Porto de Imbituba (SC) encerrou o primeiro quadrimestre do ano com a movimentação de 2,65 milhões de toneladas, um crescimento de 12,7% em relação ao mesmo período de 2025.

Somente no mês de abril, o complexo movimentou 681 mil toneladas, o melhor desempenho mensal de 2026, representando alta de 21,6% na comparação com abril do ano passado.



O resultado também é reflexo do crescimento no número de navios atendidos. Ao longo do primeiro quadrimestre deste ano, Imbituba contabilizou 118 atracções, aumento de 11,3% em relação ao mesmo período de 2025.

No detalhamento das operações, as exportações somaram 1,06 milhão de toneladas, avanço de 13,5% em relação ao mesmo período do ano anterior, com destaque para embarques de coque calcinado, coque não calcinado e farelo de milho. .

Já as importações atingiram 1,23 milhão de toneladas, crescimento de 13,9%, impulsionadas principalmente pela movimentação de hulha betuminosa, sal, coque de petróleo e insumos industriais.

As operações por cabotagem apresentaram desempenho positivo de janeiro a abril, com 225,6 mil toneladas embarcadas e 35,6 mil toneladas desembarcadas, fortalecendo a integração costeira e a eficiência da navegação doméstica. O transbordo manteve ritmo expressivo, com 43,8 mil toneladas embarcadas e 52,8 mil toneladas desembarcadas.

“Os resultados alcançados refletem a eficiência operacional do Porto e o compromisso permanente com a modernização e a sustentabilidade. Seguimos avançando em projetos estruturantes, como dragagem, ampliação de berços e digitalização dos processos logísticos, iniciativas que fortalecem nossa competitividade e ampliam a capacidade operacional de Imbituba diante das demandas do mercado”, afirmou Christiano Lopes, diretor-presidente do Porto de Imbituba.

Segmentos

Os graneis sólidos seguem liderando a movimentação portuária, com 1,96 milhão de toneladas e participação de 74% do volu me total no acumulado do ano. Entre os produtos de maior destaque estão coque de petróleo, barrilha, canola em grãos, hulha betuminosa, sal e farelo de milho.

O segmento de contêineres também mantém trajetória de expansão acelerada, respondendo por 19,7% da movimentação total, equivalente a 522,7 mil toneladas, evidenciando a atração crescente de cargas de maior valor agregado e a diversificação das operações. A carga geral registrou participação de 5,5%, com mais de 145 mil toneladas movimentadas.

Dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços apontam que as operações de comércio exterior realizadas pelo Porto de Imbituba movimentaram mais de US\$ 648 milhões entre janeiro e abril de 2026.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/05/2026

TRANSPORTES - PORTOS - PORTO DE SÃO SEBASTIÃO RECEBE MEGA TRANSFORMADOR COM DESTINO À ARÁBIA SAUDITA

Operação logística mobilizou concessionárias, equipes técnicas e órgãos públicos para transportar carga especial de 845 toneladas entre Guarulhos e o litoral paulista

Por CÁSSIO LYRA redacao.jornal@redebnews.com.br

O Porto de São Sebastião recebeu uma operação logística inédita com a chegada de um mega transformador fabricado em Guarulhos e destinado à Arábia Saudita. A carga especial, que totaliza 845 toneladas e 138 metros de extensão, deve embarcar rumo ao Oriente Médio no próximo dia 13 de junho.

O transporte mobilizou concessionárias rodoviárias, equipes técnicas e órgãos públicos ao longo do trajeto entre Guarulhos e o Litoral Norte paulista. Inicialmente prevista para durar cerca de um mês, a operação foi concluída em apenas oito dias, com a chegada da estrutura ao porto em 14 de maio.

Durante o percurso, o comboio passou por diversos municípios paulistas, incluindo a região de Guararema, onde o deslocamento ocorreu durante a madrugada para minimizar impactos no trânsito. A carga utilizou importantes corredores logísticos do estado, como a Rodovia Ayrton Senna e a Rodovia dos Tamoios, principal ligação com o litoral norte.

Segundo o presidente da Companhia Docas de São Sebastião, Ernesto Sampaio, a operação demonstra a capacidade técnica e operacional do terminal para atender projetos industriais de grande porte. “O Porto de São Sebastião reúne condições para receber cargas de alta complexidade e oferecer soluções logísticas diferenciadas, consolidando seu papel estratégico para a infraestrutura e o desenvolvimento do Estado de São Paulo”, afirmou.

De acordo com a Companhia Docas de São Sebastião (CDSS), o transformador integra um empreendimento internacional voltado a sistemas de transmissão de energia em corrente contínua (HVDC), tecnologia utilizada em redes de longa distância e alta capacidade energética.

O equipamento possui potência de 580 MVA e tensão de 380 kV. Durante o transporte, o transformador pesava 342 toneladas, podendo ultrapassar 512 toneladas após a instalação definitiva. O projeto prevê ainda a produção de outros 13 transformadores, totalizando capacidade de até 9 GW.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 19/05/2026

TRANSPORTES – RODOVIAS - RN RECEBE QUASE R\$ 700 MILHÕES PARA OBRAS EM RODOVIAS FEDERAIS

Intervenções incluem duplicações da BR-304, travessia urbana de Macaíba e melhorias em corredores usados pelo setor salineiro e agrícola

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br



A BR-304/RN é estratégica para o desenvolvimento econômico e turístico do Rio Grande do Norte e representar a principal ligação entre a capital e importantes cidades do interior

O ministro dos Transportes, George Santoro, esteve no Rio Grande do Norte nesta segunda-feira (18) para anunciar investimentos e visitar obras que somam quase R\$ 700 milhões em recursos viabilizados pelo Governo Federal. As intervenções reforçam a infraestrutura rodoviária

em um estado estratégico para o escoamento do sal marinho e do melão, produtos que dependem de corredores seguros e eficientes para chegar aos mercados consumidores e ao exterior.

No primeiro compromisso da agenda, o chefe da pasta vistoriou a duplicação da BR-304/RN, entre Mossoró e Assu, municípios que fazem parte da rota do sal. Ao todo, serão investidos R\$ 375,5 milhões para ampliar a capacidade de 57,6 quilômetros da via, que recebe diariamente centenas de caminhoneiros responsáveis pelo transporte de um dos insumos mais consumidos do mundo, além de moradores do interior que utilizam a rodovia para se deslocar. As melhorias devem proporcionar mais segurança aos motoristas de veículos pesados e de passeio que dividem a estrada.

“Com os investimentos do Governo do Brasil, vamos concluir essa duplicação tão esperada pelo Rio Grande do Norte, fortalecendo a região e todo o Nordeste. A melhoria da infraestrutura vai intensificar a logística e impulsionar os setores produtivos, como o salineiro e o agrícola”, afirmou George Santoro.

A BR-304 possui 418 quilômetros de extensão, começa em Natal e segue até Beberibe (CE). A via é estratégica para o desenvolvimento econômico e turístico do Rio Grande do Norte, além de representar a principal ligação entre a capital e importantes cidades do interior, como Mossoró.

“Quando falamos que o estado está no rumo certo, estamos falando de um futuro que já começou. E essa obra representa muito mais do que infraestrutura, por ela passam vidas. Graças ao Governo do Brasil, por meio do Novo PAC, essa intervenção deixou de ser apenas um sonho e se tornou realidade”, destacou a governadora do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra.

Obra a caminho

Ainda no estado, o ministro dos Transportes assinou o contrato para a duplicação de 38,1 quilômetros da BR304/RN entre Macaíba e Riachuelo, com previsão de início das obras em 30 dias. As intervenções receberão R\$ 204,4 milhões para a modernização do corredor logístico e incluem adequação de capacidade, melhorias de segurança viária e eliminação de segmentos críticos.

“O nosso compromisso é garantir mais segurança para a população. Para que o cidadão tenha certeza de que seu familiar vai pegar a estrada e chegar ao destino com segurança. Com a duplicação e sinalização adequada, temos a convicção de que estamos fazendo uma obra que vai melhorar a vida das pessoas”, destacou Santoro.

Avanço da travessia urbana

O ministro também assinou a ordem de serviço para a construção da travessia urbana de Macaíba. O projeto faz parte da conclusão da duplicação da Reta Tabajara e do viaduto de acesso ao Aeroporto de São Gonçalo do Amarante, principal porta de entrada e saída para a capital do estado.



O ministro dos Transportes assinou o contrato para a duplicação de 38,1 quilômetros da BR-304/RN entre Macaíba e Riachuelo, com previsão de início das obras em 30 dias

A Reta Tabajara, segmento da BR-304 localizado entre Parnamirim e Macaíba, é um dos trechos mais movimentados do estado, com circulação superior a 50 mil veículos por dia, além de ser a principal ligação entre a Região Metropolitana de Natal e o interior potiguar.

A soma dos três serviços no estado totaliza R\$657,9 milhões em investimentos do Governo do Brasil no Rio Grande do Norte. Em 2026, os recursos destinados pelo Ministério dos Transportes ao estado somam R\$ 305 milhões, valor 218% maior que o registrado em 2022, quando foram aportados R\$ 95,8 milhões.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 19/05/2026

TRANSPORTES - AVIAÇÃO - EMISSÃO DE LICENÇAS PARA PROFISSIONAIS AVIAÇÃO CRESCEM 20% EM 2025

Brasil registrou 6,5 mil habilitações no ano passado e já soma mais de 2,2 mil novos pilotos, comissários e mecânicos entre janeiro e abril de 2026

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br

O número de licenças e habilitações emitidas para profissionais da aviação civil brasileira cresceu 20% em 2025 na comparação com o ano anterior, segundo dados compilados pelo Ministério de Portos e Aeroportos (MPor). Foram 6.562 emissões em 2025, ante 5.461 registradas em 2024.

Os dados da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) indicam que o ritmo de crescimento foi mantido em 2026. Apenas entre janeiro e abril deste ano, 2.213 profissionais receberam habilitação para atuar no setor aéreo brasileiro. Desse total, 1.288 são pilotos, 458 comissários de voo e 467 mecânicos de manutenção aeronáutica.



Dados da Anac indicam que o crescimento foi mantido em 2026. Só entre janeiro e abril deste ano, 2.213 profissionais receberam habilitação para atuar no setor aéreo brasileiro

O aumento ocorre em meio à ampliação da demanda por mão de obra especializada em diferentes segmentos da aviação civil, incluindo operações aéreas, manutenção e serviços aeroportuários. A emissão das licenças é de responsabilidade da Anac, órgão regulador do setor.

Segundo o ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, o crescimento do setor tem elevado a demanda por profissionais qualificados. “O crescimento da aviação brasileira exige profissionais cada vez mais qualificados. Estamos ampliando oportunidades de capacitação e trabalhando para tornar as carreiras da aviação mais acessíveis, inclusivas e alinhadas às necessidades do setor”, afirmou.

Para ampliar a formação técnica e a qualificação profissional, o Ministério de Portos e Aeroportos vem apoiando programas voltados ao ingresso de novos profissionais na aviação civil. Entre as iniciativas está o programa Asas para Todos, coordenado pela Anac com apoio do ministério e de outros órgãos federais.

O programa reúne ações de capacitação e inclusão voltadas ao setor aeronáutico, incluindo concessão de bolsas de estudo, formação técnica e incentivo à participação de mulheres, jovens e pessoas de baixa renda nas carreiras ligadas à aviação.

Outra ação anunciada neste ano foi a abertura de 74 bolsas gratuitas para formação de mecânicos de manutenção aeronáutica, em parceria com o Serviço Social do Transporte e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Sest/Senat). Segundo o ministério, o edital recebeu quase duas mil inscrições.

Também está em andamento um curso online gratuito de Introdução à Aviação, promovido pela Secretaria Nacional de Aviação Civil por meio do Programa de Treinamento para Profissionais de Aeroportos (Treinar).

De acordo com o ministério, o curso oferece formação básica sobre o funcionamento da indústria aeronáutica brasileira e é destinado tanto a profissionais do setor quanto a interessados em ingressar na área.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/05/2026

TRANSPORTES - AVIAÇÃO - ANAC FISCALIZA 72 AERONAVES EM NOVA ETAPA DA OPERAÇÃO VOE SEGURO

Ação realizada em aeroportos paulistas verificou documentação de pilotos, aeronaves e operadores aéreos sem aplicação de sanções administrativas

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br

A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) realizou, entre os dias 13 e 14 de maio, mais uma edição da Operação Voe Seguro, que tem o objetivo de promover a segurança do transporte aéreo de passageiros. Nessa edição, participaram 13 servidores distribuídos em seis localidades, incluindo os aeroportos de Congonhas (SBSP), Guarulhos (SBGR) e Campo de Marte (SBMT).



Ao todo, foram fiscalizadas 72 aeronaves e 95 aeronautas. Não houve aplicação de providências administrativas, e as não conformidades identificadas estavam relacionadas, principalmente, a questões documentais.

Durante as abordagens, as equipes verificaram a documentação de pilotos e aeronaves, os registros dos operadores aéreos e as listas de passageiros, com foco na regularidade das operações aéreas e na prestação de serviços de transporte aéreo de passageiros.

Além das ações de fiscalização, os servidores orientaram passageiros e tripulantes sobre as condições adequadas para o transporte aéreo e os riscos envolvidos na contratação de voos clandestinos de passageiros e cargas.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/05/2026

TRANSPORTES - FERROVIAS - OBRAS DA FICO ENTRAM EM FASE DE INSTALAÇÃO DE TRILHOS NO CENTRO-OESTE

Projeto executado pela Vale avança para etapa de montagem da superestrutura ferroviária e prevê conclusão da plataforma até o km 290 em outubro

Do Estadão Conteúdo

Com previsão de conclusão em 2028, a Fico é considerada pela ANTT estratégica para integrar o Centro-Oeste à malha ferroviária nacional e conexão com a Ferrovia Norte-Sul

As obras da Ferrovia de Integração Centro-Oeste (Fico), executadas pela Vale, entraram em uma etapa oficial do período seco, fase que marca o início da instalação de trilhos, dormentes e lastro ao longo do traçado.

O empreendimento tem 292 quilômetros de frentes simultâneas de trabalho, 71 milhões de metros cúbicos de terraplanagem executados e 32 pontes construídas ou em construção, segundo a companhia.

A meta do projeto é concluir até outubro toda a plataforma ferroviária até o quilômetro 290, etapa considerada necessária para ampliar o ritmo da estrutura. A Vale informou que já recebeu 200 quilômetros de trilhos, possui 118 quilômetros equivalentes em dormentes preparados e mantém armazenadas 34 mil toneladas de lastro ferroviário.

De acordo com a empresa, uma operação mecanizada de lançamento de trilhos tem capacidade para instalar até 1,3 quilômetro de trilhos por dia.

Com previsão de conclusão em 2028, a Fico é considerada pela Agência Nacional de Transportes Terrestre (ANTT) estratégica para integrar o Centro-Oeste à malha ferroviária nacional e conexão com a Ferrovia Norte-Sul, para elevar a capacidade de escoamento da produção agrícola e mineral.

A Infra S.A., estatal responsável pela supervisão das obras, informou que mantém negociações com comunidades indígenas Xavante para viabilizar os cerca de 80 quilômetros finais do projeto, cuja liberação depende da conclusão do Plano Básico Ambiental do Componente Indígena (PBA-CI).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/05/2026

BRASIL EXPORT - SANTOS EXPORT DISCUTIRÁ IMPACTOS DO TECON SANTOS 10

Evento nos próximos dias 28 e 29 terá painéis sobre expansão portuária, infraestrutura logística e desafios para o crescimento do maior porto da América Latina

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br



O painel “O futuro do maior complexo portuário da América Latina | Tecon 10 e expansão das operações portuárias” abrirá a programação do evento, às 9h do dia 28 de maio

A ampliação da capacidade operacional do Porto de Santos e os impactos do projeto Tecon Santos 10 estarão entre os temas centrais da próxima edição do Santos Export, fórum promovido pelo Grupo Brasil Export nos dias 28 e 29 deste mês, no Casa Grande Hotel Resort & Spa, em Guarujá. O evento reunirá autoridades, executivos, representantes do setor portuário e especialistas em infraestrutura, logística e transporte para discutir os principais desafios e projetos ligados ao maior complexo portuário da América Latina.

O painel “O futuro do maior complexo portuário da América Latina | Tecon 10 e expansão das operações portuárias” abrirá a programação do evento, às 9h do dia 28 de maio. O debate deve abordar os impactos da expansão da infraestrutura portuária de Santos diante do crescimento da movimentação de cargas, além dos desafios relacionados à capacidade operacional, acessos logísticos, competitividade e atração de investimentos para o complexo santista.

A discussão ocorre em meio ao avanço das tratativas envolvendo o Tecon Santos 10, projeto voltado à ampliação da capacidade de movimentação de contêineres no Porto de Santos. A iniciativa é considerada estratégica para atender à demanda crescente do comércio exterior brasileiro e ampliar a eficiência operacional do complexo portuário.

Ao longo dos dois dias, o Santos Export terá painéis voltados a temas como infraestrutura aeroportuária, acesso ao porto, demandas do setor produtivo, inclusão no setor de infraestrutura e desenvolvimento de negócios ligados ao Porto de Santos.

A programação do dia 28 prevê ainda o painel “O papel do Aeroporto de Guarujá na mobilidade da Baixada Santista e sua conexão com a expansão do Porto de Santos”, além de debates sobre diversidade e inclusão no setor de infraestrutura e o protagonismo do Porto de Santos no desenvolvimento econômico nacional.

Também integra a agenda uma edição do InfraJur, encontro voltado ao direito da infraestrutura de transportes, energia e mineração, que contará com a participação do ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Breno Medeiros.

No segundo dia do evento, a programação inclui o painel “Estudo Santos 10+ e a ampliação da capacidade de acesso ao complexo santista”, voltado à discussão de alternativas para melhorar a logística de acesso ao porto e acompanhar o crescimento das operações na região.

O encerramento da programação será com o painel “Demandas do setor produtivo para aprimorar as operações de carga no estado de São Paulo”, reunindo representantes ligados à cadeia logística e produtiva paulista.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 19/05/2026

BRASIL EXPORT - PROGRAMAÇÃO SANTOS EXPORT 2026

PROGRAMAÇÃO SANTOS EXPORT 2026

28 | MAIO | QUINTA-FEIRA

08h30 Credenciamento e boas-vindas
09h00 Painel 1: O futuro do maior complexo portuário da América Latina | Tecon 10 e expansão das operações portuárias
11h00 Intervalo
11h30 Painel 2: O papel do Aeroporto de Guarujá na mobilidade da Baixada Santista e sua conexão com a expansão do Porto de Santos
12h30 Almoço
14h00 Palestra especial
14h30 Painel 3: Diversidade e inclusão no setor de infraestrutura
15h15 Painel 4: Porto de Santos protagonista no desenvolvimento de negócios para o Brasil avançar
16h00 Apresentação
16h30 Intervalo

17h00 Infrajur | Encontro de Direito de Infraestrutura de Transportes, Energia e Mineração com a presença do exmo. sr. Breno Medeiros, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST)
18h00 Painel | IBL
19h00 Sessão Solene com autoridades

29 | MAIO | SEXTA-FEIRA

08h30 Credenciamento e boas-vindas
09h00 Palestra especial
09h30 Apresentação InfraESG
10h00 Painel 4: Estudo Santos 10+ e a ampliação da capacidade de acesso ao complexo santista
11h00 Intervalo
11h30 Painel 5: Demandas do setor produtivo para a aprimorar as operações de carga no estado de São Paulo
12h30 Almoço | Oferecimento: Multilog - 30 Anos

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/05/2026

PETRÓLEO E GÁS - PETROBRAS FOI A MAIS RENTÁVEL DO MUNDO NO 1º TRIMESTRE, DIZ LULA

Presidente afirma que Brasil tem um grande poder em mãos e planeja ainda mais investimento em tecnologia

Do Estadão Conteúdo



Lula também fez uma comparação sobre os preços dos combustíveis no mundo e declarou que o Brasil pode ser o que possui os menores preços

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), afirmou nesta segunda-feira, 18, que a Petrobras foi a “empresa mais rentável do planeta Terra” no primeiro trimestre deste ano.

“Imagina o poder que nós temos na mão. É uma das poucas empresas que investe em inovação. Porque muita gente fala em inovação na expectativa de que o Estado faça. A Petrobras não. Ela põe dinheiro”, disse Lula em evento em Campinas (SP).

Lula participou no período da manhã da inauguração de quatro novas linhas de luz síncrotron do acelerador de partículas Sirius. As novas linhas têm o intuito de ampliar a capacidade brasileira de pesquisa em áreas estratégicas como saúde, energia, agricultura, clima, nanotecnologia e novos materiais.

Ele disse que vai conversar com a presidente da Petrobras, Magda Chambriard, e pedir que ela aplique a tecnologia na companhia. “Ela vai ter que visitar o Sirius para ela saber o que tá perdendo em não ter uma relação muito forte com o Sirius”, afirmou.

“Se a gente depender de fazer o estudo só cavando buraco, vai demorar muito. Vamos ter que contar com a inteligência, a ciência e o conhecimento de vocês para darmos um salto de qualidade e ver se,



num curto espaço de tempo, a gente faz com que o Trump deixe de brigar com o Xi Jinping e venha se associar a nós para que a gente possa explorar”, disse Lula.

Combustível mais barato

Lula também fez uma comparação sobre os preços dos combustíveis no mundo e declarou que o Brasil pode ser o que possui as menores cifras na crise global. “Nessa crise do combustível, o Brasil é possivelmente o país que está vendendo diesel e a gasolina no menor preço. Poucos países do mundo estão juntos conosco”, declarou Lula.

O subsecretário de Política Fiscal da Secretaria de Política Econômica, Rodrigo Toneto, disse que o impacto fiscal das medidas do governo federal para mitigar os efeitos do conflito no Oriente Médio é de R\$ 6,2 bilhões ao mês.

Lula voltou a criticar a imprensa por matérias que, segundo ele, servem para impulsionar a ideia de privatização da Petrobras: “Sempre aparece um gênio, daqueles que fazem manchete no jornal. Sempre aparece, de vez em quando, alguém que governa este País e diz que a Petrobras é deficitária, que a Petrobras custa muito caro, que diz que os preços da Petrobras são muito altos. As pessoas então prometeram privatizar a Petrobras”, comentou Lula.

Assim como na quinta-feira passada, quando esteve em Camaçari (BA), Lula criticou a venda da BR Distribuidora. O petista afirma que isso foi feito porque uma venda total da Petrobras é uma medida impopular.

“O que o Brasil ganhou com a privatização da BR? A BR foi privatizada porque os sonhos que eles tinham de privatizar a Petrobras seriam altamente recusados pelo povo, e eles então resolveram ir vendendo os pedaços”, afirmou o presidente.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/05/2026

PETRÓLEO E GÁS - ESTATAL BUSCA QAV COM 5% DE RENOVÁVEIS

Segundo a presidente Magda Chambriard, empresa quer atingir essa meta até o fim do ano
Do Estadão Conteúdo

A presidente da Petrobras, Magda Chambriard, afirmou nesta segunda-feira, 18, que a estatal trabalha para produzir querosene de aviação (QAV) com até 5% de combustível sustentável de aviação (SAF, na sigla em inglês) até o fim deste ano. A mistura ao combustível fóssil tradicional faz parte da estratégia da companhia para avançar na descarbonização do setor aéreo.

“Nós estamos trabalhando para, até o fim do ano, fazer combustível de aviação com até 5% de renovável”, disse Magda. “Vamos produzir SAF e, se Deus quiser, com a ajuda dos reguladores, cumprir totalmente a legislação internacional, que vai exigir SAF de aviação.”

A declaração foi feita durante evento na Refinaria de Paulínia (Replan), ao lado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Na ocasião, Magda anunciou investimentos de R\$ 37 bilhões da Petrobras em São Paulo até 2030. Os recursos serão destinados a projetos de refino e biorrefino, logística, exploração e produção, descarbonização e geração de energia sustentável.

Do total previsto para o Estado, R\$ 17 bilhões serão direcionados ao refino. A Replan, maior refinaria da Petrobras e do Brasil, receberá R\$ 6 bilhões até 2030. Segundo Magda, a unidade responde por parcela relevante do abastecimento nacional de derivados e será central na ampliação da produção de combustíveis com menor emissão de carbono.

O ex-ministro da Fazenda e pré-candidato ao governo de São Paulo, Fernando Haddad (PT), acompanhou o evento.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/05/2026

ENERGIA - TCU NÃO VÊ MOTIVOS PARA SUSPENDER LEILÃO DE RESERVA

De acordo com o ministro Bruno Dantas, agora serão analisadas as regras do leilão, que tem sido contestado por diferentes agentes

Do Estadão Conteúdo



A assinatura dos contratos dos vencedores do certame estava prevista para esta semana

O ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Bruno Dantas, reiterou nesta segunda-feira, 18, que a Corte se prepara para examinar, “muito em breve”, as regras do Leilão de Reserva de Capacidade na forma de Potência (LRCAP), realizado em março de 2026 pelo Ministério de Minas e Energia (MME). Ao falar com jornalistas durante um evento no Rio de Janeiro, Dantas afirmou que os auditores do TCU não enxergaram elementos suficientes para suspender o leilão.

“Os auditores do TCU não enxergaram razão suficiente para suspender o leilão. Agora nós vamos analisar o mérito e avaliar se houve alguma irregularidade. Não sei se houve, mas, se tiver ocorrido, vamos saber se ela foi suficientemente grave a ponto de justificar a anulação do leilão”, disse a jornalistas durante cerimônia de posse de novos diretores do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

O leilão para contratar energia de usinas termelétricas tem sido contestado por diferentes agentes. Há poucos dias, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) entrou com uma ação civil pública na Justiça Federal de São Paulo para tentar suspender os efeitos do certame.

No mês passado, o TCU aceitou uma representação do Ministério Público junto ao TCU (MPTCU) sobre possíveis “irregularidades” no leilão. O processo tem relatoria do ministro Jorge Oliveira. A representação em questão trata de indícios de irregularidades na definição de preços-teto.

“Nós vamos avaliar as regras do leilão muito em breve. Confiamos muito na avaliação da nossa unidade técnica. O TCU desenvolveu talentos e temos tranquilidade sobre uma visão bem fundamentada e imparcial”, disse Dantas.

A avaliação do ministro é que o TCU terá de ponderar “a gravidade da irregularidade” e “a gravidade da consequência da anulação”.

“Eu não sei se houve alguma irregularidade. Ainda que haja irregularidade, o tribunal vai ter que ponderar qual é a gravidade da irregularidade e qual é a gravidade da consequência da anulação. Vamos ter que colocar as duas coisas na balança para avaliar”, afirmou.

Contratos

A assinatura dos contratos dos vencedores do certame estava prevista para esta semana. O ministro disse não ver prejuízos caso a decisão do TCU saia após a assinatura.

“O TCU pode agir preventivamente, determinando que a homologação não aconteça. Mas pode também, claro, se uma conclusão só for atingida após a homologação, expedir determinações corretivas ou anulatórias.”

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 19/05/2026

ENERGIA - NÃO HÁ PROVAS DE IRREGULARIDADES, DIZ ABRAGET

A Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas (Abraget) argumentou nesta segunda-feira, 18, que o pedido de suspensão do leilão de reserva de capacidade, feito pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), não tem “qualquer embasamento técnico”. Foi argumentado também que não há provas sobre eventuais irregularidades na realização do certame.

Na semana passada, a Federação informou ter ajuizado uma Ação Civil Pública na Justiça Federal de São Paulo para suspender os efeitos do leilão realizado em março pelo governo federal. A assinatura dos contratos, até então, está prevista para os dias 21 e 22 de maio.

“Esse tipo de iniciativa fomenta a insegurança, cria riscos de apagões e atua no sentido de retirar competitividade econômica do Brasil em um momento geopolítico crítico”, declarou a representante de Geradoras Termelétricas.

Técnicos do Ministério de Minas e Energia (MME) têm segurança sobre a modelagem e processo que levou à contratação de usinas novas e existentes. Além da judicialização, também estão em andamento as diligências com o Tribunal de Contas da União (TCU) Um dos pontos focais da análise é a alteração dos preços-teto, que sofreram “aumentos expressivos”, na avaliação da Corte de Contas, em relação aos valores inicialmente previstos.

Além disso, ainda de acordo com os argumentos técnicos do Tribunal, a fase de disputa acabou não contribuindo para a redução dos preços, com pequenos deságios, o que pode trazer “impactos relevantes para o valor das tarifas”, conforme parecer do relator, ministro Jorge de Oliveira. O caso ainda não tem data para a votação do TCU.

A Abraget ponderou que a revisão dos preços-teto ocorreu “em reconhecimento à conjuntura excepcional do mercado global de equipamentos para geração térmica”.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 19/05/2026

INDÚSTRIA - POLO INDUSTRIAL DE MANAUS CRESCE NO PRIMEIRO TRIMESTRE

Faturamento do período representa um crescimento de 2,24% se comparado com o trimestre do ano anterior

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br



No acumulado de janeiro a março, as exportações somaram US\$ 214.87 milhões, um salto 48,35% face ao registrado nos três primeiros meses do ano passado (US\$ 144.84 milhões)

O Polo Industrial de Manaus (PIM) encerrou o primeiro trimestre de 2026 com faturamento de R\$ 58,26 bilhões, o que representa um crescimento de 2,24% quando comparado ao mesmo intervalo do ano passado (R\$ 56,98 bilhões). Em dólar, o faturamento do PIM entre janeiro e março deste ano totalizou US\$ 11.02 bilhões.

Um dos destaques no primeiro trimestre foi o desempenho das indústrias do PIM no mercado internacional. No acumulado de janeiro a março, as exportações somaram US\$ 214.87 milhões, o que indica um salto 48,35% face ao registrado nos três primeiros



meses do ano passado (US\$ 144.84 milhões). Apenas no mês de março, as vendas externas superaram a marca de US\$ 87.5 milhões.

O PIM também apresentou indicadores crescentes de mão de obra. Em março, as empresas do parque incentivado de Manaus registraram 129.636 trabalhadores empregados (entre efetivos, temporários e terceirizados). Com esse resultado, a média mensal do trimestre manteve-se num patamar robusto de 129.812 empregos diretos.

Números positivos também são registrados na mão de obra, cuja média mensal do trimestre manteve-se um patamar robusto, agora com 129.812 empregos diretos. Arte: Fábio Alencar/Suframa

Segmentos

Até março, o segmento de Duas Rodas liderou a participação no faturamento do PIM com uma fatia de 21,22% do total, seguido de perto por Bens de Informática (18,95%), Eletroeletrônico (15,85%) e Químico (11,72%). Outros setores representativos incluem Metalúrgico (9,19%), Termoplástico (9,43%) e Mecânico (7,69%). Em termos de crescimento de faturamento, um dos maiores destaques foi o desempenho do setor de Bebidas, que registrou aumento de 46,64% em relação ao primeiro trimestre de 2025.

Entre os principais produtos fabricados pelo PIM, o maior destaque do primeiro trimestre foram as motocicletas, motonetas e ciclomotos, que atingiram volume de 606.447 unidades produzidas e aumento de 14,46%. A produção de telefones celulares, por sua vez, totalizou 2.790.892 unidades, com crescimento de 4,02% face a igual período de 2025.

Entre os itens que registraram maior crescimento percentual de produção no primeiro trimestre de 2026 em relação ao mesmo intervalo do ano passado, destacam-se, principalmente, home theaters, com 9.857 unidades produzidas e aumento de 21,5%; lâminas e cartuchos, com 24.154.804 unidades produzidas e aumento de 20,93%; aparelhos telefônicos (inclusive porteiros eletrônicos), com 69.008 unidades e aumento de 20,44%; e relógios de pulso e de bolso, com 2.065.783 unidades e aumento de 9,33%.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/05/2026

INDÚSTRIA - FINANCIAMENTO DE VEÍCULOS CRESCE 11,8% EM ABRIL E SUPERA 634 MIL UNIDADES

Expansão foi puxada pelos automóveis leves, especialmente modelos zero quilômetro, enquanto motocicletas mantiveram ritmo forte de crescimento

Do Estádio Conteúdo

O financiamento de veículos no Brasil registrou alta de 11,8% em abril, na comparação com o mesmo mês de 2025, ao somar 634.587 mil unidades entre novos e usados, incluindo automóveis leves, motocicletas e pesados, que foram compradas com crédito.

Segundo o levantamento da Trillia, entre os automóveis leves, o crescimento foi 13,3% na comparação anual. O destaque ficou com os modelos zero quilômetro, que tiveram alta de 21,9% nos financiamentos. Já os usados também cresceram e atingiram 10,9%.

De acordo com o levantamento, o financiamento de motocicletas teve alta 9,8% em abril, com os modelos novos puxando o resultado, com aumento de 12% nas vendas financiadas. As motos usadas avançaram 9,1%. No segmento de veículos pesados, o crescimento foi 3,9%. O desempenho foi sustentado pelos modelos novos, que avançaram 10,9%. Já os usados recuaram 4,6%.

A Região Sudeste concentrou 42,2% das operações. Em seguida aparecem a Sul, com 20,8%, a Nordeste, com 19,7%, o Centro-Oeste, com 10,7% e a Norte, com 7,3%.

Em abril, os veículos zero quilômetro apresentou alta média de 0,7% nos preços de transação. O avanço foi observado em três dos sete segmentos: picapes derivadas de automóveis, picapes médias e sedans. As picapes compactas se destacaram como o modelo que teve a maior queda de preço no período.

No mercado de usados, abril foi marcado por uma queda média de aproximadamente 1,55% nos preços de transação, com retração observada em todos os segmentos analisados. As maiores quedas foram registradas em picapes compactas, picapes médias e carros compactos.

Segundo a Trillia, o número de veículos financiados chegou a 2,5 milhões de unidades no acumulado de janeiro a abril. As motocicletas lideram o ritmo de expansão no ano, com crescimento de 16%, seguidas pelos automóveis (12,7%) e pelos veículos pesados (3,9%).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/05/2026

INOVAÇÃO E TECNOLOGIA - SIRIUS AMPLIA ESTRUTURA CIENTÍFICA COM NOVOS INVESTIMENTOS EM CAMPINAS

Ao inaugurar quatro linhas de luz síncrotron, Lula afirmou que o Brasil precisa investir mais em inovação e pesquisa avançada

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



Durante a cerimônia realizada no CNPEM, em Campinas, Lula relacionou os investimentos em infraestrutura científica à necessidade de ampliar a capacidade tecnológica brasileira

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva participou na segunda-feira (18), em Campinas (SP), da inauguração de quatro novas linhas de luz síncrotron do acelerador de partículas Sirius, considerado a maior e mais complexa infraestrutura científica já construída no Brasil. Durante a visita ao Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM), Lula defendeu a ampliação dos

investimentos em ciência, tecnologia e inovação como estratégia para reduzir a dependência tecnológica do país e ampliar a capacidade nacional de desenvolvimento industrial e científico.

As novas estruturas inauguradas receberam investimentos de R\$ 230 milhões. Três delas — Sapucaia, Quati e Sapê — fazem parte da primeira fase do projeto Sirius e somaram R\$ 200 milhões em aportes. A quarta, chamada Tatu, recebeu R\$ 30 milhões e marca o início da segunda fase de expansão do acelerador.

Ao discursar para pesquisadores e autoridades, Lula afirmou que o país precisa ampliar os investimentos em ciência e tecnologia para superar limitações históricas no desenvolvimento nacional. “Temos que começar a nos perguntar quanto custa não investir”, declarou.

O presidente também afirmou que projetos como o Sirius ajudam a inserir o Brasil em um grupo restrito de países com capacidade de desenvolver infraestrutura científica de alta complexidade.

O Sirius é uma fonte de luz síncrotron de quarta geração capaz de produzir radiação eletromagnética de alto brilho para análise de materiais em escala atômica e molecular. O equipamento funciona como um “supermicroscópio”, permitindo estudos em áreas como saúde, energia, agricultura, nanotecnologia, meio ambiente e novos materiais.



Com 68 mil metros quadrados de área construída, o acelerador integra um grupo restrito de instalações semelhantes existentes no mundo. Segundo o CNPEM, entre 85% e 90% dos componentes utilizados na construção do Sirius foram produzidos ou desenvolvidos no Brasil.

As novas linhas de luz inauguradas ampliam a capacidade de pesquisa do equipamento em diferentes frentes científicas. A linha Sapucaia será utilizada em estudos envolvendo nanopartículas, proteínas, polímeros, catalisadores, medicamentos, fluidos humanos e pesquisas realizadas em cooperação entre Brasil e China.

A linha Quati foi projetada para investigações em materiais voltados às indústrias petroquímica e farmacêutica, além de pesquisas relacionadas a terras raras e minerais críticos.

Já a linha Sapê será utilizada em pesquisas sobre materiais avançados, incluindo aplicações em energia, saúde, infraestrutura, semicondutores e supercondutores, com potencial de uso na indústria eletrônica.

A linha Tatu, primeira da segunda fase do Sirius, será a primeira em uma fonte de luz síncrotron de quarta geração a operar na faixa dos terahertz. O equipamento permitirá pesquisas em materiais quânticos, sistemas nanofotônicos e biomoléculas, além de estudos voltados a telecomunicações, computação e processamento de dados baseado em luz.

Capacidade tecnológica

Ao longo da cerimônia, Lula relacionou os investimentos em infraestrutura científica à necessidade de ampliar a capacidade tecnológica brasileira. Segundo ele, o país deixou de avançar em diferentes áreas por falta de investimentos contínuos em ciência e pesquisa ao longo das últimas décadas.

A ministra da Ciência, Tecnologia e Inovações, Luciana Santos, afirmou que o Sirius e os projetos associados ao CNPEM ampliam a presença brasileira em áreas consideradas estratégicas. Ela destacou o desenvolvimento do projeto Orion, complexo laboratorial destinado a pesquisas avançadas em patógenos, que será conectado ao Sirius.

Segundo a ministra, o Orion será a primeira estrutura do mundo conectada a uma fonte de luz síncrotron de quarta geração com laboratórios de máxima contenção biológica. O empreendimento integra os investimentos do Novo PAC em ciência e tecnologia. Durante a visita, Lula também participou do lançamento da pedra fundamental do Programa Nacional de Inovação Radical em Saúde, iniciativa voltada ao desenvolvimento de tecnologias para o Sistema Único de Saúde (SUS), incluindo biomoléculas, biossensores, diagnósticos e dispositivos médicos.

O programa terá o CNPEM como primeiro centro-âncora e prevê a integração de pesquisas em biotecnologia, genômica, inteligência artificial, biofabricação e imageamento avançado. Segundo o Ministério da Saúde, os investimentos previstos superam R\$ 600 milhões nos próximos cinco anos.

O CNPEM abriga os Laboratórios Nacionais de Luz Síncrotron, Biociências, Nanotecnologia e Biorrenováveis, além de uma unidade de tecnologia voltada ao desenvolvimento de equipamentos e soluções científicas. A instituição também é responsável pela Ilum Escola de Ciência, curso de graduação em Ciência e Tecnologia sediado em Campinas.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/05/2026

AGRONEGÓCIO - MATO GROSSO DO SUL PROJETA R\$ 84 BILHÕES NO AGRO EM 2026

Estado deve ser o sétimo maior polo agropecuário do país, com soja e bovinos respondendo por dois terços de toda a riqueza gerada no campo

Por **MARIANA NEROME** redacao.jornal@redebeneews.com.br



A soja lidera o ranking no estado de Mato Grosso do Sul com faturamento estimado em R\$ 31,016 bilhões, enquanto a pecuária bovina aparece logo atrás com R\$ 23,475 bilhões brasileira

O estado de Mato Grosso do Sul deve encerrar 2026 entre os sete estados com maior faturamento agropecuário do Brasil. A projeção do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) aponta um Valor Bruto da Produção (VBP) de R\$ 84,012 bilhões, resultado que consolida o estado como um dos principais polos do agronegócio nacional e confirma a força de uma economia rural que cresce de forma contínua há anos.

O número coloca Mato Grosso do Sul logo atrás de Mato Grosso, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Goiás e Rio Grande do Sul, que lideram o ranking nacional. Frente ao resultado de 2025, quando o VBP estadual ficou em R\$ 82,962 bilhões, a expansão projetada para este ano é de R\$ 1,051 bilhão, crescimento de 1,27% que, embora moderado, mantém a trajetória ascendente do setor.

No recorte nacional, o estado responde por 5,95% do VBP previsto para o país, estimado em R\$ 1,412 trilhão.

A estrutura produtiva de Mato Grosso do Sul segue assentada sobre dois pilares: a soja e a bovinocultura. A oleaginosa lidera o ranking estadual com faturamento estimado em R\$ 31,016 bilhões, enquanto a pecuária bovina aparece logo atrás com R\$ 23,475 bilhões. Somados, os dois segmentos devem gerar R\$ 54,491 bilhões, cerca de 65% de toda a riqueza projetada para o campo sul-mato-grossense no ano.

Porém, além destes dois produtos, outras cadeias produtivas também contribuem para equilibrar e ampliar o faturamento do setor. O milho ocupa a terceira posição no ranking estadual, com VBP estimado em R\$ 11,478 bilhões, seguido pela cana-de-açúcar, com R\$ 8,685 bilhões.

A avicultura aparece na sequência com R\$ 3,131 bilhões, e a suinocultura fecha o grupo com R\$ 2,857 bilhões. Juntos, esses quatro segmentos somam quase R\$ 30 bilhões e diversificam a base produtiva do estado, reduzindo, ao menos em parte, a dependência das oscilações que afetam soja e bovinos.

Ainda segundo o estudo do Mapa, no total, a pecuária como um todo deve responder por 64% do VBP estadual, com R\$ 53,641 bilhões, enquanto a agricultura deve gerar R\$ 30,372 bilhões, ou 36% do resultado.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**
Data: 19/05/2026

ESG - INSTITUTO RUMO ABRE INSCRIÇÕES PARA PROGRAMA DE APOIO A PROJETOS SOCIOAMBIENTAIS

Iniciativa oferece capacitações, mentorias e acesso a editais para organizações sociais, poder público e empresas

Da Redação redacao.jornal@redebenevents.com.br

O Instituto Rumo abriu inscrições para a segunda edição do Programa Incentivar, iniciativa voltada ao fortalecimento de organizações sociais, gestores públicos e empresas na elaboração de projetos socioambientais nos municípios onde a concessionária atua.

O programa busca enfrentar desafios recorrentes nos territórios atendidos, como dificuldades de organizações da sociedade civil (OSCs) na estruturação de projetos e na captação de recursos, além

de limitações técnicas do poder público na gestão de financiamentos e na transformação desses investimentos em impacto social.

A proposta inclui uma trilha de formação com cursos on-line, atividades práticas, mentorias especializadas e acesso a ferramentas de captação de recursos. Também estão previstos encontros presenciais em Cuiabá (MT) e Santos (SP).

Entre os conteúdos oferecidos às OSCs e coletivos estão capacitações para elaboração de projetos de impacto com apoio de Inteligência Artificial, formação em leis de incentivo e estratégias de captação de recursos. Já o poder público terá acesso a trilhas voltadas à gestão de fundos, conselhos e projetos financiados por incentivos fiscais. Para empresas, o programa prevê formações sobre investimento social privado e atuação estratégica em ações de impacto social.

Ao final da jornada, participantes com projetos credenciados em mecanismos como Lei Rouanet, Lei de Incentivo ao Esporte, Pronas/ Pronon, Fumcad, Fundo do Idoso e Lei da Reciclagem poderão participar de editais exclusivos do programa.

O Programa Incentivar é destinado aos 527 municípios de atuação da Rumo, com prioridade para 15 cidades. Em Mato Grosso, os municípios contemplados são Cuiabá, Dom Aquino, Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, Rondonópolis, Jaciara, Juscimeira, Campo Verde, Planalto da Serra e Primavera do Leste. Na Baixada Santista, participam Santos, São Vicente, Cubatão, Guarujá e Praia Grande.

As inscrições estão abertas até 10 de junho e podem ser realizadas pelo site www.programaincentivar.com.br.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/05/2026

FINANÇAS - DÓLAR CAI E VOLTA A FECHAR ABAIXO DE R\$ 5,00

Após operar acima desse valor na maior parte do dia, divisa recuou na reta

Do Estadão Conteúdo



Em queda de 1,37%, a moeda americana encerrou a segunda-feira cotada a R\$ 4,9985. No mês, avança 0,92%. No ano, recua 8,94%

O dólar exibiu queda firme nesta segunda-feira, 18, devolvendo parcialmente os ganhos de mais de 3% da semana passada, e voltou a fechar abaixo da marca de R\$ 5,00. Apesar das incertezas em torno dos desdobramentos do conflito entre Estados Unidos e Irã, as taxas dos Treasuries exibiram fôlego curto, o que abriu espaço para a recuperação das divisas emergentes.

O real liderou os ganhos entre as moedas mais líquidas, com investidores aparando prêmios embutidos na taxa de câmbio diante da reconfiguração das expectativas para a corrida eleitoral após o “Flávio Day 2.0”.

A perspectiva de estreitamento do espaço para novas reduções da taxa Selic, reforçada pelo Boletim Focus, torna muito custosa a manutenção de posições cambiais defensivas e desencoraja apostas mais contundentes contra a moeda brasileira.

Após operar acima de R\$ 5,00 pela maior parte do dia, o dólar acelerou o ritmo de perdas na reta final dos negócios, com a diminuição da aversão ao risco no exterior, na esteira de declarações mais amenas do presidente dos EUA, Donald Trump, em relação ao Irã.



Com mínima de R\$ 4,9960, fechou em baixa de 1,37%, a R\$ 4,9985. A moeda norte-americana avança 0,92% em relação ao real em maio, após baixa de 4,36% em abril. No ano, as perdas são de 8,94%.

As cotações do petróleo operaram em alta ao longo do dia, com o vaivém de notícias sobre a guerra no Oriente Médio. O contrato do Brent para julho fechou com avanço de 2,6%, a US\$ 112,10 o barril, mas passou a operar em ligeira queda no pregão eletrônico, abaixo do nível de US\$ 110 o barril, após aceno de Trump ao Irã.

O republicano cancelou ataques aéreos em solo iraniano programados para a terça-feira, pretextando que há “negociações sérias” em andamento com Teerã, com expectativa de que um acordo “muito aceitável” seja alcançado.

Segundo Trump, lideranças de Catar, Emirados Árabes Unidos e Arábia Saudita solicitaram aos EUA que protelassem a ofensiva militar para permitir o avanço das tratativas diplomáticas.

“Essa declaração do Trump no fim do dia fez a Bolsa reduzir as perdas e o dólar aumentar o ritmo de queda no fim do pregão. Vamos continuar com essa guerra diplomática entre Irã e Estados Unidos”, afirma o superintendente do Banco Rendimento, Jacques Zylbergeld.

Ambiente interno

Para Zylbergeld, além do ambiente externo mais benigno para divisas emergentes, investidores parecem já ter digerido os desdobramentos do “Flávio Day 2.0”. Embora as pesquisas de intenção de voto mais recentes ainda não reflitam a revelação dos laços entre Flávio Bolsonaro e o ex-banqueiro Daniel Vorcaro, do Master, a percepção é de manutenção do filho do ex-presidente Jair Bolsonaro como principal candidato da oposição, observa.

“Não há espaço para uma terceira via competitiva. O efeito dessa notícia sobre o Flávio e o Master deve se dissipar ao longo do tempo. O mercado deve flutuar mais daqui para frente de olho nas eleições, com notícias que podem surgir para um lado ou para o outro”, afirma Zylbergeld, ressaltando que, dados os juros elevados, é muito difícil “carregar posições” contra o real.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/05/2026

FINANÇAS - IBOVESPA MELHORA, MAS NÃO EVITA PERDA

Índice da B3 conseguiu limitar recuo no fim da sessão e fechou em baixa de 0,17%

Do Estadão Conteúdo

Em linha com a cautela global, a reversão do fluxo estrangeiro impôs mais um dia negativo ao Ibovespa, com os alocadores de recursos em Bolsa tendo voltado, nas últimas semanas, a mostrar preferência pelo setor de tecnologia, em índices como o Nasdaq e o S&P 500, de Nova York, que vêm de máximas históricas, e de emergentes com exposição ao segmento, como o de Seul.

Em Nova York, tanto o índice amplo (S&P 500) como o tecnológico (Nasdaq) fizeram nesta segunda-feira, 18, uma pausa, após sucessão de recordes. No fechamento desta segunda-feira, cediam 0,07% e 0,51%, pela ordem.

Por aqui, a referência da B3 conseguiu limitar perdas em direção ao fim da sessão, em baixa de 0,17%, aos 176.975,82 pontos. E distanciou-se da mínima do dia, de 175.811,33 no meio da tarde, encerrando mais perto da máxima (177.329,88), quase correspondente ao nível de abertura, de 177.280,72 pontos. O giro financeiro ficou em R\$ 24,2 bilhões nesta segunda-feira. No mês, o Ibovespa cai 5,52% nesta abertura de segunda quinzena, limitando o ganho do ano a 9,84%.

“O movimento dos mercados refletiu a continuidade da aversão a risco observada no fim da semana passada, em um cenário global marcado pela pressão sobre os juros longos, preocupações fiscais e incertezas sobre Ormuz”, diz Felipe Miranda, economista e ex-CEO da Empiricus.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/05/2026

COMUNICAÇÃO & MARKETING - AUTENTICIDADE: A CORAGEM DE SER VOCÊ MESMO COM MATURIDADE E RESPONSABILIDADE



CLARA LAFACE

Consultora de imagem corporativa e escritora

opinioao@portalbenews.com.br

Deveria ser tão natural sermos nós mesmos, não é verdade? Afinal, cada pessoa nasce com uma combinação própria de história, temperamento, gostos, medos, desejos e contradições. Não existem duas pessoas iguais, mas, na prática, muita gente passa a vida tentando caber em modelos que não foram feitos para ela. Desde cedo, aprendemos que ser aceito pode exigir alguns ajustes. Em algum momento, a tentativa de convivência pode virar tentativa de apagamento. E é aí que a autenticidade começa a virar assunto.

A palavra autenticidade vem do latim *authenticus*, que tem origem no grego *authentikós*. O conceito traz a ideia de originalidade, de algo que vem da própria fonte. Também se relaciona com a capacidade de agir por conta própria, sem viver apenas reagindo ao olhar dos outros. Essa origem ajuda a lembrar que autenticidade é conseguir reconhecer o que pertence a você e o que foi absorvido apenas para evitar rejeição. Parece simples, mas quase nunca é.

Em algum momento da vida, quase todos nós deixamos partes de nós pelo caminho. Na adolescência, isso costuma ficar muito evidente. Quem nunca ouviu uma banda, usou uma roupa, repetiu uma opinião ou mudou um comportamento para ser aceito? Às vezes, isso é apenas uma fase. Mas, em muitos casos, o processo é bem mais doloroso. Há pessoas que escondem gostos, crenças, afetos e até a própria identidade por medo de preconceito. Homofobia, machismo, racismo, intolerância religiosa e tantas outras violências ensinam muita gente a se esconder para sobreviver.

O problema é que esse tipo de anulação contínua cobra um preço. A pessoa passa a se vigiar o tempo inteiro. Ri quando não acha graça, concorda quando discorda, evita certos assuntos, esconde preferências e calcula cada gesto antes de agir. Aos poucos, já não sabe se escolheu algo porque realmente queria ou porque aprendeu que aquilo seria mais aceito. Isso gera uma sensação constante de inadequação. Como se houvesse algo errado em ser quem se é. E viver tentando provar que merece pertencer cansa mais do que parece.

Mas autenticidade também não pode ser confundida com fazer qualquer coisa. Ser autêntico não significa dizer tudo o que pensa, do jeito que quiser, na hora que quiser. A vida em sociedade exige cuidado. A dor do outro não pode ser tratada como trivialidade. Há quem use sinceridade como desculpa para falta de educação, impulsividade como prova de personalidade e dureza como sinal de força. Isso não é maturidade. É só uma forma mais aceitável de chamar descontrolado.

Por isso, a famosa síndrome de Gabriela precisa ser revista. “Eu nasci assim, eu cresci assim” pode até funcionar como música, mas não deveria servir de justificativa para não amadurecer. Ser fiel a si mesmo não significa permanecer igual para sempre. Uma pessoa pode preservar seus valores e, ao mesmo tempo, rever atitudes, abandonar preconceitos, pedir desculpas, aprender a escutar e melhorar a forma como se relaciona. Mudar não apaga quem somos. Em muitos casos, mostra que estamos prestando atenção.

Autenticidade envolve responsabilidade. Envolve conhecer pontos fortes, fragilidades, limites e incoerências. Envolve saber o que se acredita de verdade, sem viver apenas tentando atender expectativas alheias. Também exige coragem para admitir quando existe distância entre discurso e prática. Muita gente quer parecer autêntica, mas não quer fazer o trabalho básico de se conhecer. É mais fácil defender uma personalidade forte do que reconhecer inseguranças.

Nas redes sociais, essa conversa fica ainda mais complicada. Nunca se falou tanto em “ser você mesmo”, mas nunca houve tanta gente moldando a própria vida para agradar uma plateia. Uma postagem que parece espontânea muitas vezes foi pensada para gerar aprovação. Uma opinião firme pode desaparecer assim que aparece a primeira crítica. Ser autêntico, hoje, também é saber segurar uma opinião. Nem tudo precisa virar comentário, indireta ou conteúdo. E, quando algo é publicado, seria bom que tivesse alguma ligação real com aquilo que a pessoa acredita.

Na marca pessoal, isso pesa muito. Autenticidade é um pilar porque impede que a pessoa vire uma versão fabricada de si mesma. Ela aparece na conduta, nas entregas, nas relações, na linguagem, na forma de se vestir e no modo como alguém ocupa os espaços. Quando existe uma distância muito grande entre o que alguém mostra e o que alguém vive, as pessoas notam.

Muitas vezes, aquilo que alguém tenta esconder é justamente o que poderia diferenciá-lo. Uma sensibilidade maior pode virar escuta. Um humor particular pode criar vínculo. Uma trajetória fora do padrão pode trazer repertório. Uma firmeza mal interpretada pode revelar coragem. Uma preferência menos comum pode aproximar pessoas que também se sentiam deslocadas. Crescer também é aprender a usar melhor aquilo que já faz parte de nós.

O jogador de rugby neozelandês Richie McCaw foi perguntado como lidava com a vida pública e respondeu: “Bom, é fácil, porque o que você vê em público é exatamente o que eu sou na vida privada”. A frase é simples, mas diz muito. Em uma época em que tanta gente tenta parecer interessante, ser autêntico é recusar a tentação de se transformar em produto de aceitação fácil. É viver com mais honestidade, sem precisar forçar originalidade.

Clara Laface escreve para o BE News semanalmente, com seus artigos publicados sempre às terças-feiras.

MUITAS VEZES, AQUILO QUE ALGUÉM TENTA ESCONDER É JUSTAMENTE O QUE PODERIA DIFERENCIÁ-LO. (...) CRESCER TAMBÉM É APRENDER A USAR MELHOR AQUILO QUE JÁ FAZ PARTE DE NÓS.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/05/2026

JUSTIÇA - PF ALTERA PROTOCOLOS PARA PROTEGER VORCARO NA PRISÃO

Entre outras mudanças pedidas pela Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados, houve reforço na proteção antidrones

Do Estadão Conteúdo



Nesta segunda-feira, Vorcaro foi transferido para uma cela comum dentro da PF enquanto aguarda análise de delação

A Polícia Federal (PF) informou que reforçou a segurança das instalações onde o ex-dono do Banco Master, Daniel Vorcaro. Após ser cobrada pela Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados, a corporação informou que alterou os protocolos de segurança, reforçou a proteção antidrones e adaptou o local para garantir a integridade física do banqueiro enquanto estiver na Superintendência Regional da Polícia Federal no Distrito

Federal.

“Registra-se que, apesar de as instalações desta unidade policial não terem sido projetadas para a custódia de presos por longos períodos, foram realizados ajustes para melhor adequar as respectivas dependências, além da alteração de protocolos e de medidas de segurança orgânica, como o reforço dos recursos antidrones”, informou a PF em um ofício encaminhado à Câmara dos Deputados.



O informe foi uma resposta a um requerimento protocolado pelo deputado Messias Donato (União Brasil-ES), solicitando que o Ministério da Justiça e a Polícia Federal adotassem “medidas extraordinárias de segurança visando garantir a integridade física” de Vorcaro.

A PF encaminhou ofício ao gabinete do deputado esclarecendo que reforçou a segurança em cumprimento à uma decisão judicial do ministro André Mendonça, relator do processo do Banco Master no Supremo Tribunal Federal (STF).

“O Sr. Daniel Bueno Vorcaro, ex-empresário e principal gestor e controlador do Banco Master, investigado no maior escândalo financeiro da história do Brasil, preso preventivamente desde a última quarta-feira, 04 de março, no âmbito da terceira fase da Operação Compliance Zero”, lembrou o deputado no requerimento da operação da PF que investigava a possível existência de um esquema de fraudes do banco estimadas em R\$ 12 bilhões.

Nesta segunda-feira, 18, Vorcaro foi transferido para uma cela comum dentro da PF. Vorcaro foi preso preventivamente pela primeira vez em novembro de 2025, em São Paulo, quando tentava embarcar em um jatinho com destino a Dubai, nos Emirados Árabes. A PF entendeu que se tratava de uma tentativa de fuga. O banqueiro foi solto 12 dias depois.

Em março deste ano, o ministro André Mendonça, relator do caso, decidiu prender novamente Vorcaro. O ministro atendeu a um pedido da PF que o apontava como líder de uma organização criminoso voltada a vigiar e intimidar pessoas que contrariavam os interesses do Master. A defesa de Vorcaro nega todas as irregularidades, mas está negociando com o STF uma delação premiada.

O banqueiro foi transferido da Penitenciária Federal, em Brasília, para a Superintendência Regional da Polícia Federal no Distrito Federal em março. A mudança foi autorizada pelo STF para viabilizar negociações de delação premiada.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/05/2026

JUSTIÇA - PRISÃO DE FELIPE É CONVERTIDA EM PREVENTIVA

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça transformou em preventiva a prisão de Felipe Cançado Vorcaro, primo de Daniel Vorcaro. Ele é apontado pela Polícia Federal (PF) como um dos principais articuladores das operações financeiras do esquema investigado no caso do Banco Master.

Felipe havia sido preso temporariamente durante a quinta fase da Operação Compliance Zero, conduzida pela PF. A conversão ocorre quando o magistrado entende que há necessidade da medida cautelar de forma permanente, uma vez que a prisão preventiva não tem data final pré-definida e pode durar por todo o processo judicial.

Segundo as investigações, trocas de mensagens entre Daniel Vorcaro e o primo mostram como eram tratados pagamentos de propina ao senador Ciro Nogueira (PP-PI). A PF aponta que o parlamentar recebia uma mesada de ao menos R\$ 300 mil de Vorcaro.

Ao decretar sua prisão temporária, Mendonça citou também suspeitas de que Felipe participou da venda de ações avaliadas em cerca de R\$ 13 milhões por apenas R\$ 1 milhão para uma empresa administrada pelo irmão do senador.

Segundo decisão que autorizou a quinta fase da operação, o primo de Daniel Vorcaro “não ocupa posição periférica, mas integra o núcleo financeiro-operacional do grupo, com domínio relevante sobre fluxos patrimoniais, estruturas societárias e mecanismos de ocultação de recursos”.

Em uma fase anterior da operação, em janeiro deste ano, Cançado fugiu de sua casa em um carrinho de golfe em Trancoso (BA), minutos antes da chegada da PF, conforme registrado no inquérito “O

cenário encontrado - quarto aberto, ar-condicionado ligado e pertences pessoais deixados para trás - evidência abandono abrupto do imóvel”, afirmou a PF.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 19/05/2026

JUSTIÇA - DINO RELATA AMEAÇA DE MORTE

Ministro do STF diz que funcionária de empresa aérea manifestou o desejo de matá-lo antes de embarque em São Paulo

Do Estadão Conteúdo



O ministro fez um apelo às empresas para que façam campanhas de educação cívica, especialmente em um ano eleitoral

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino relatou, em publicação nas redes sociais nesta segunda-feira, 18, ter sido ameaçado por uma funcionária de uma companhia aérea. Segundo o relato, ela teria manifestado o desejo de xingar o ministro e, depois, de matá-lo.

“Recentemente, uma funcionária de uma empresa aérea, ao olhar um cartão de embarque com meu nome, manifestou a um agente de polícia judicial a vontade de me xingar. Em seguida se corrigiu: disse que seria melhor MATAR do que xingar. Como não a conheço, nem ela me conhece, é claro que tais manifestações derivam de minha atuação no STF”, escreveu Dino.

Em seguida, ele fez um apelo às empresas para que façam campanhas de educação cívica, especialmente em um ano eleitoral. “Imaginemos se isso se alastra para outros segmentos de negócios: um cliente corre o risco de, por exemplo, ser envenenado?”, questionou.

“Assim, o pedido que faço às empresas em geral, mas especialmente àquelas que lidam com o público, é que façam campanhas internas de EDUCAÇÃO CÍVICA para que todos possam conviver em PAZ, especialmente nesse ano eleitoral, em que muitos sentimentos se acirram”, acrescentou o ministro.

Após a publicação do relato nas redes sociais, o presidente do Supremo, Edson Fachin, divulgou nota de solidariedade a Dino. “A divergência de ideias, própria da democracia, jamais pode abrir espaço para o ódio, para a violência em qualquer de suas formas ou para qualquer modo de agressão pessoal”, diz a nota.

“Impõe-se reafirmar os valores da civilidade, da tolerância e da paz social. O Brasil precisa de serenidade, espírito público e compromisso democrático, para que as diferenças possam coexistir dentro dos limites do respeito mútuo e da dignidade humana”, concluiu.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 19/05/2026

JUSTIÇA - PRESIDENTE DO STJ CRITICA LOBBY EM VOTAÇÕES

“Não somos barriga de aluguel de ninguém”, afirma o ministro Herman Benjamin

Do Estadão Conteúdo

O presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Herman Benjamin, afirmou que a magistratura não pode servir como “barriga de aluguel” de grupos externos que tentam influenciar votações de enunciados debatidos e aprovados em congressos do Judiciário.

“Isso é inadmissível, porque nós não somos barriga de aluguel de ninguém. Na República e no Estado de Direito, a magistratura não é barriga de aluguel de ninguém”, afirmou nesta segunda-feira, 18, durante a abertura do 2º Congresso STJ da Segunda Instância Federal e Estadual, em Brasília.



Herman Benjamin vê uma atuação coordenada de grupos para aprovar ou derrubar entendimentos

Os enunciados funcionam como diretrizes, sintetizando o entendimento sobre questões que apresentem controvérsias ou norteando a interpretação jurídica sobre a aplicação das leis. Em congressos promovidos pelo STJ com magistrados de primeira e segunda instâncias, essas orientações são propostas, discutidas e votadas e, conforme o ministro, “exercem influência relevante sobre decisões judiciais em todo o País”.

Segundo Herman Benjamin, experiências anteriores do evento mostraram a atuação coordenada de grupos para aprovar ou derrubar entendimentos. “Fomos vendo lobbies se organizarem e virem em bloco para as jornadas e derrotarem propostas que contavam com a esmagadora aprovação dos magistrados”.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/05/2026

INTERNACIONAL - PROTESTOS AUMENTAM TENSÃO NA BOLÍVIA; HÁ 4 MORTOS

Indígenas, camponeses e sindicalistas tomam La Paz para exigir a renúncia do presidente Rodrigo Paz

Do Estadão Conteúdo



A presença das marchas levou à intervenção das forças de segurança, que utilizaram agentes químicos na forma de gás para dispersar os manifestantes

Nesta segunda-feira, chegou a La Paz, vinda do altiplano boliviano, uma marcha de milhares de ativistas sociais, indígenas e sindicalistas no âmbito da greve geral contra o presidente boliviano, Rodrigo Paz, e suas políticas, na chamada “Marcha pela Vida para Salvar a Bolívia”.

Várias colunas entraram na capital boliviana após mais de 30 dias de marcha e se dirigem à Praça Murillo, onde fica o Palácio do Governo, com a intenção declarada de forçar a renúncia do presidente Paz, apesar de a sede do poder estar blindada com o destacamento de efetivos militares e policiais.

A presença das marchas levou à intervenção das forças de segurança, que utilizaram agentes químicos na forma de gás para dispersar os manifestantes e, até o momento, foi relatado um ferido; no entanto, no total, desde o início das mobilizações, há 15 dias, o número de mortos seria de quatro, segundo o balanço oficial.

As autoridades também emitiram mandado de prisão contra Mario Argollo, secretário executivo da Central Obrera Boliviana (COB), uma das principais organizações convocadoras da mobilização e da greve que mantém La Paz e El Alto bloqueadas há duas semanas.

O procurador-geral do Estado, Róger Mariaca, confirmou a emissão do mandado de prisão contra Argollo, datado de 17 de maio, por instigação pública à prática de crime e um possível delito de



terrorismo. A execução do mandado depende agora da Polícia “para colocar essa pessoa à disposição do Ministério Público”, observou Mariaca.

A COB denunciou a “perseguição judicial” e instou à manutenção das mobilizações. “Não vão nos dobrar na luta que empreendemos. Estão tentando nos silenciar como liderança com ações populares e processos criminais”, afirmou o próprio Argollo em uma mensagem divulgada nas redes sociais.

Mortos e explosivos

O vice-ministro do Regime Interno e da Polícia, Hernán Paredes, confirmou nesta segunda-feira quatro mortes e a detenção, na noite de domingo, de um ex-candidato com “explosivos letais” em seu poder. “Ele carregava em sua mochila dinamites e pavios, ou seja, materiais que são letais para qualquer atividade humana”, afirmou.

Por enquanto, não foram divulgados mais detalhes sobre sua identidade. “Não podemos divulgar seu nome (nem) mostrar seu rosto ou sua identidade porque o Código Penal estabelece que deve ser respeitado o princípio da presunção (de inocência, embora) neste caso ele tenha sido flagrado em flagrante”, argumentou.

Paredes criticou que “enquanto o Exército e a Polícia evitam usar armas letais, há pessoas que estão nos bloqueios, nas marchas, de forma absolutamente criminosa e ilegal, usando armas letais”.

O vice-ministro afirmou, por outro lado, que estão circulando no meio dos protestos grandes somas de dinheiro provenientes de Chapare e que já estão investigando para determinar sua origem.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/05/2026

INTERNACIONAL - PRESIDENTE DE CUBA NEGA PLANO CONTRA EUA

Porém, Miguel Díaz-Canel cita direito à “legítima defesa” em caso de ofensiva americana

Do Estadão Conteúdo

O presidente de Cuba, Miguel Díaz-Canel, reafirmou nesta segunda-feira, 18, o direito à “legítima defesa” da ilha diante de uma possível “ofensiva bélica” e afirmou que “as ameaças de agressão militar contra Cuba” por parte dos Estados Unidos “são conhecidas”, palavras com as quais se referiu à postura do governo do presidente norte-americano, Donald Trump.

“A ameaça já constitui um crime internacional. Se concretizar, provocará um banho de sangue de consequências incalculáveis, além do impacto destrutivo para a paz e a estabilidade regional”, observou o mandatário, que enfatizou que Cuba “não representa uma ameaça nem tem planos ou intenções agressivas contra nenhum país”.

Nesse sentido, ele enfatizou que não possui esse tipo de planos “contra os Estados Unidos” e destacou que “nunca os teve” “Isso é bem conhecido pelo governo daquele país, especialmente por suas agências de defesa e segurança nacional”, afirmou, de acordo com uma mensagem divulgada nas redes sociais.

“Cuba, que já sofre uma agressão multidimensional dos Estados Unidos, tem o direito absoluto e legítimo de se defender de um ataque bélico; o que não pode ser invocado, nem logicamente nem honestamente, como desculpa para impor uma guerra contra o nobre povo cubano”, afirmou.

Por sua vez, o ministro das Relações Exteriores cubano, Bruno Rodríguez, enfatizou o direito à “legítima defesa” da ilha diante de “qualquer agressão externa” e declarou que “como toda nação do mundo, ela tem direito à sua legítima defesa diante de qualquer agressão externa”.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/05/2026

INTERNACIONAL - NOVAS REGRAS PARA OBTER CIDADANIA PORTUGUESA JÁ ESTÃO EM VIGOR

Cidadãos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa terão que comprovar residência em Portugal por sete anos

Do Estadão Conteúdo



As mudanças entram em vigor nesta terça-feira e afetam milhares de brasileiros que moram no país europeu

A nova Lei da Nacionalidade de Portugal, que altera as regras para obtenção da cidadania portuguesa, foi publicada no Diário da República nesta segunda-feira, 18. As mudanças entram em vigor nesta terça-feira, 19, e afetam milhares de brasileiros que moram no país europeu.

Com as novas regras, cidadãos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), que inclui o Brasil, e da União Europeia terão que comprovar residência em Portugal por sete anos para solicitar a cidadania. Antes, o prazo era de cinco anos. Já estrangeiros de outros países precisarão comprovar ao menos 10 anos de residência no país.

A mudança também afetará filhos de estrangeiros nascidos em Portugal. Agora, eles só serão considerados portugueses após viverem por cinco anos no país.

Antes, pais estrangeiros de crianças nascidas em Portugal tinham direito de solicitar a cidadania com base na filiação, mas essa possibilidade deixa de existir com a nova lei.

O processo para obtenção de cidadania por ascendência não sofreu alterações. Ou seja, brasileiros que sejam filhos ou netos de portugueses podem solicitar a nacionalidade, mesmo que nunca tenham vivido em Portugal.

O Instituto dos Registos e do Notariado (IRN), órgão subordinado ao Ministério da Justiça de Portugal, informou que as novas regras só valerão para pedidos apresentados a partir da entrada em vigor da lei. Ou seja, quem já iniciou o processo até esta segunda-feira não será afetado.

Segundo o órgão, após a aprovação das mudanças, no mês passado, as plataformas de serviços online registraram níveis elevados de acessos, com aumento significativo no número de pedidos de nacionalidade.

“Devido a essa grande quantidade de acessos, podem ocorrer dificuldades técnicas no processamento posterior ao pedido”, afirmou o IRN.

Um levantamento do Ministério das Relações Exteriores, com base em dados de 2023, aponta que 513 mil brasileiros moravam que Portugal naquele ano.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/05/2026

INTERNACIONAL - TRUMP SUSPENDE ATAQUES CONTRA O IRÃ

Segundo o presidente dos Estados Unidos, há negociações sérias em andamento agora
Do Estadão Conteúdo



Trump também ordenou que os comandantes militares estejam preparados para lançar um ataque, caso não se chegue a um acordo aceitável

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, informou nesta segunda-feira, 18, que suspendeu uma nova ofensiva militar contra o Irã, que estava prevista para começar nesta terça- -feira, a pedido da Arábia Saudita, do Catar e dos Emirados Árabes Unidos.

“Pediram-me (...) que suspendesse o ataque militar contra a República Islâmica do Irã previsto para amanhã, agora que há negociações sérias em andamento e que, na opinião de grandes líderes e aliados, se chegará a um acordo que será muito aceitável para os Estados Unidos da América e também para todos os países do Oriente Médio”, explicou Trump nas redes sociais.

O mandatário da Casa Branca menciona especificamente que lhe pediram para suspender o ataque o emir do Catar, Tamim bin Hamad al Thani; o príncipe herdeiro saudita, Mohamed bin Salman al Saud, e o presidente dos Emirados, Mohamed bin Zayed al Nahyán.

Esse acordo em gestação, explica Trump, “inclui que o Irã não possua armas nucleares”. “Pelo respeito que tenho pelos líderes mencionados, ordenei (...) que não se realize o ataque contra o Irã previsto para amanhã”, insistiu.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/05/2026



JORNAL O GLOBO – RJ

TARIFA DIFERENCIADA DE ENERGIA E DIGITALIZAÇÃO SÃO CAMINHOS PARA BRASIL ATRAIR NOVOS INVESTIMENTOS, DIZEM ESPECIALISTAS

Ideia é ampliar concorrência no setor e otimizar uso de renováveis. Mas inovações exigem tempo e podem esbarrar em travas regulatórias, afirmam



“Energia e soberania: a posição do Brasil”, feito em parceria com os jornais O GLOBO e Valor Econômico na Editora Globo — Foto: Bruno Rosa

Digitalizar o setor elétrico com a ampliação dos medidores inteligentes, avançar na abertura do mercado livre de energia e atualizar a regulação com a diferenciação do preço da eletricidade em diferentes faixas horárias são algumas das soluções apontadas por especialistas para que o Brasil se consolide como protagonista global na atração de investimentos em energias renováveis.

Esse foi um dos principais temas debatidos no painel “Autonomia energética e estratégia industrial para o século XXI”, que faz parte do evento “Energia e soberania: a posição do Brasil”, que reuniu

executivos e especialistas para discutir a estratégia industrial e o papel do país na reorganização das cadeias globais de valor. O debate faz parte do projeto Transição Energética, iniciativa do GLOBO e do Valor Econômico, com patrocínio da Vale.

Apesar de o Brasil ter uma das matrizes elétricas mais limpas do mundo, o país vem sofrendo com cortes de energia (os chamados curtailments), que vêm afetando os investimentos em energia renovável e criando uma distorção entre oferta e demanda, já que a geração solar e eólica produz mais eletricidade ao longo do dia, distante do pico de consumo, concentrado ao anoitecer.

Por isso, Sérgio Romani, CEO da Genial Energy, destacou a importância de se investir na digitalização das redes elétricas, assim como já ocorre nos países da Europa, com a abertura do mercado livre para todos os consumidores, que podem escolher o fornecedor de eletricidade.

— A transição energética no setor elétrico é feita com a descarbonização, a descentralização e a digitalização. Na Europa, por exemplo, já existem empresas que conseguem entrar na casa da pessoa e otimizar melhor o consumo de energia por meio de medidores e tomadas inteligentes. A renovação das concessões das distribuidoras já tem esse tema na pauta, de tirar esse medidor analógico, colocar um medidor digital e dar acesso a quem o cliente quiser, em um modelo conhecido como Open Energy. Não adianta trazer tecnologia e inteligência artificial para melhorar o consumo e não ter acesso ao dado do cliente — diz Romani.

Para ele, um fator determinante para destravar os atuais problemas do setor, como o curtailment, é justamente a descentralização dos dados:

— Esse tema já foi muito discutido no ano passado e retrasado. Há uma necessidade de conseguirmos avançar com a tecnologia na base de consumo e otimizar o sistema. E isso é possível. A maior dificuldade vai ser o consumidor entender que essa possibilidade existe. A gente demorou muito tempo para avançar nessa pauta.

Leonardo Euler, vice-presidente de assuntos governamentais da Vestas para a América Latina e ex-presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), lembrou que é preciso mais do que uma matriz elétrica verde para o Brasil protagonizar a nova onda de investimentos globais. Para ele, há um grande potencial de geração de valor com a digitalização do setor de energia.

— A eletricidade 4.0 está muito relacionada a uma energia mais conectada, mais inteligente e muito mais bem controlada. Dados, elétrons verdes e conectividade digital são a nova economia. É uma economia cada vez mais relacionada à digitalização e à descarbonização.

Euler destacou ainda que é preciso avançar no arcabouço regulatório no que diz respeito à criação de diferentes faixas de preços para a energia com base no horário de consumo.

— Antes a gente falava de segurança de suprimento com diversificação da matriz. Agora, a gente fala de segurança de suprimento com flexibilidade operativa. Hoje, o arcabouço regulatório falha também em termos de sinais de preço. Precisamos avançar muito nisso. Não faz sentido que o elétron custe a mesma coisa às 14h e às 17h. Pagamos a mesma tarifa de energia consumida independentemente do horário. E, ao longo do dia, você tem uma geração e uma demanda diferentes.

Euler afirma ainda que o país tem um excesso de oferta em um intervalo de tempo delimitado em função do crescimento da geração solar, que foi fortemente subsidiada nos últimos anos, levando a um forte aumento de placas solares nos telhados das casas dos consumidores.

— A gente precisa entender melhor o problema para definir o diagnóstico. O problema é estrutural. A reforma do setor elétrico é a mais importante depois da reforma tributária. Estamos em uma tempestade perfeita com taxas de juros muito altos, microgeração distribuída que entrou desbalanceando toda a gestão do sistema de energia e que gerou os curtailments. Então, hoje nós temos um problema muito grande, e essa cadeia de valor, que foi de uma maneira muito competente adensada num curto intervalo temporal, está se desmantelando.

Nivalde José de Castro, coordenador-geral do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel) da UFRJ, diz que os problemas atuais de curtailment refletem a dinâmica do crescimento das fontes renováveis nos últimos anos, gerando distorções no setor. Além de citar iniciativas como a construção de fábricas de baterias químicas, ele defende a construção de usinas hidrelétricas reversíveis como uma das soluções.

— Estamos com muita oferta em alguns segmentos, fruto, em grande parte, do excesso de subsídios. Quando eu coloco um painel solar no meu teto, estou criando mais oferta, mas não estou criando demanda. Estou cortando energia boa, barata e renovável; e, na hora em que começa a anoitecer, preciso acionar usinas termelétricas, que são poluidoras e caras. A solução será a construção de sistemas de armazenamento, como as usinas hidrelétricas reversíveis. Portugal e Espanha já têm essa solução desde os anos 1960.

Mas Castro ressalta que o tamanho do mercado brasileiro acaba gerando demora nas mudanças regulatórias. Ele cita um total de 90 milhões de domicílios ao falar da abertura do mercado livre no país para os consumidores residenciais, prevista para começar nos próximos anos de forma gradual.

— Você não pode fazer as coisas a toque de caixa, porque um probleminha pode virar um problema. A transição energética é um processo de inovações tecnológicas. E qualquer inovação tecnológica em um setor de infraestrutura tão estratégico como o elétrico exige inovação regulatória. Só que inovação regulatória não sai da bancada do engenheiro. Tem que passar pelo TCU (Tribunal de Contas da União), pela Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), pelo ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico), pela CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) pelo ministério (de Minas e Energia) e, o maior problema, pelo Congresso. Ali é que o jabuti bebe água. Por isso, é tudo muito lento.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 19/05/2026

BNDDES QUER DESTRAVAR PROJETOS EM MINERAIS CRÍTICOS, DIZ DIRETOR

Banco estuda ampliar o uso de participação societária, via BNDESPar, para apoiar investimentos no setor. Executivo participou de evento promovido pelo GLOBO e pelo Valor

Por Paula Martini



Painel do evento “Energia e soberania: a posição do Brasil”, realizado pelo Valor e pelo GLOBO — Foto: Fabiano Rocha

O BNDES estuda ampliar o uso de instrumentos de equity (participação societária) e de project finance para viabilizar projetos ligados à cadeia de minerais críticos no Brasil, afirmou o diretor de desenvolvimento produtivo, inovação e comércio exterior do banco, José Luís Gordon.

Segundo ele, parte dos R\$ 50 bilhões em projetos mapeados em uma chamada pública lançada pelo banco em parceria com a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) está sendo analisada sob a ótica de participação acionária e de estruturas conjuntas de financiamento com bancos privados e instituições internacionais.

— Uma boa parte dos R\$ 50 bilhões a gente está olhando para equity — disse Gordon durante o debate “Energia e soberania: a posição do Brasil”, realizado pelo Valor e pelo GLOBO, com patrocínio da Vale.



— O BNDES voltou a retomar a BNDESPar, fazendo alguns investimentos. Algumas das empresas são junior companies (empresas júniores), então estamos discutindo essa agenda de equity como uma forma de ajudar — completou.

O diretor afirmou ainda que o banco avalia modalidades de project finance para empreendimentos mais maduros do setor mineral, e que olha para parcerias com bancos privados e bancos de desenvolvimento estrangeiros. Segundo ele, há interesse crescente de investidores internacionais nos projetos brasileiros ligados à transição energética.

— Precisamos atrair recursos de fora. Os bancos privados têm mostrado muito interesse e apetite ao risco por esses projetos, seja como garantidor ou financiando conjuntamente

Gordon destacou que um dos gargalos enfrentados por empresas em estágio inicial é a oferta de garantias. Nesse contexto, citou a criação de um fundo garantidor previsto no projeto de lei sobre minerais críticos em discussão no Congresso.

Segundo ele, o Fundo de Garantia à Exportação (FGE) também passou a permitir apoio a projetos ligados à descarbonização após mudanças recentes na legislação.

O executivo afirmou que o banco vem estruturando uma estratégia em etapas para o setor. A primeira frente foi a criação, em parceria com a Vale, de um fundo de investimento em participações (FIP) voltado para companhias juniores de mineração, com foco em projetos em fase inicial de exploração mineral.

— Esse fundo vai começar a fazer os primeiros investimentos agora, focado em junior companies e entrando com equity pra descobrir o que vale a pena ser explorado ou não — disse.

Gordon também destacou que o setor passou a ser tratado como prioritário em linhas como o Fundo Clima e o programa Brasil Soberano. Segundo ele, o Fundo Clima contará neste ano com cerca de R\$ 27 bilhões, parte dos quais poderá apoiar iniciativas ligadas a minerais críticos.

No evento, os participantes destacaram que os recursos minerais serão cada vez mais demandados para a transição energética e que o Brasil está em uma posição geopolítica internacional estratégica. Mas ressaltaram que as oportunidades no setor dependem de um tripé que envolve políticas públicas, ambiente de negócios e instrumentos de financiamento.

Num contexto em que os Estados Unidos e a Europa têm buscado reduzir a dependência da China, o país pode sair na frente, afirmou a gerente de assuntos minerários do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), Aline Nunes.

— Os países precisam do fornecimento desses materiais e boa parte desses países não detém essas reservas em quantidade suficiente. O Brasil tem oportunidade de ser protagonista — disse.

Ela destacou que o Brasil tem diversidade mineral, cadeias desenvolvidas, infraestrutura e histórico de conhecimento da mineração, além de um arcabouço regulatório em desenvolvimento como vantagens competitivas.

Para Rafaela Guedes, CEO da RG Impact e sênior fellow do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri), uma boa regulamentação é o que garante previsibilidade ao capital estrangeiro que será necessário para fazer frente aos investimentos em pesquisa e desenvolvimento no setor.

— O grande desafio é como transformar essas oportunidades em reserva. Como transformo os minerais que estão debaixo da terra em uma cadeia da política industrial? O que mais a gente pode fazer para adensar e capilarizar nossa indústria local? — indagou.

O diretor de desenvolvimento produtivo, inovação e comércio Exterior do BNDES, José Luis Gordon, destacou que os minerais críticos estão entre as agendas estratégicas da Nova Indústria Brasil (NIB), plano industrial do governo federal.

— Não queremos ser apenas exportadores de minerais. Queremos que a transformação, o beneficiamento e a geração de empregos sejam feitos aqui. Pode ser com União Europeia, Estados Unidos ou Japão. Quem tiver interesse de agregar valor, o Brasil vai aceitar o investimento e trabalhar junto.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 19/05/2026

'ROBÔ NÃO VAI FAZER GREVE, NÃO VAI PEDIR AUMENTO, MAS ENQUANTO TIVER TRABALHADOR TEM QUE RESPEITAR', DIZ LULA SOBRE FIM DA ESCALA 6X1

Presidente firmou posição pela proposta em evento com empresários paulistas, um dia depois de Alckmin ser cobrado em São Paulo

Por Samuel Lima — São Paulo



Lula durante evento nesta terça-feira em São Paulo — Foto: Samuel Lima/O Globo

O presidente Lula (PT) firmou posição, nesta terça-feira (19), em favor da proposta que acaba com a escala 6x1, de seis dias trabalhados para um de descanso, em evento com empresários do ramo da construção civil, em São Paulo. Ele afirmou que a revisão da jornada de trabalho é uma “necessidade” e pediu “respeito” ao trabalhador enquanto ele não for um “robô”.

— Eu vi agora uma casa industrializada em que o cara fica lá só vendo o robô trabalhar. O robô não vai fazer greve, não vai pedir aumento de salário, imagina que beleza para vocês. Mas, enquanto tiver trabalhador, temos que respeitá-lo — afirmou durante a abertura do Encontro Internacional da Indústria da Construção, no centro de eventos Distrito Anhembi, em São Paulo.

Lula demonstrou incômodo com a postura de empresários que, segundo ele, fazem elogios diante das autoridades, mas “falam mal” pelas costas. Foi em meio a um afago público ao presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), Renato Correia, um “companheiro que não tem duas caras”. O novo dirigente da entidade, Eduardo Aroeira, que assume em julho, fez críticas públicas ao governo em entrevistas.

Ontem, o vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) foi cobrado publicamente por empresários paulistas do agro, da indústria e do setor de supermercados em evento na capital. Representantes das federações estaduais da Indústria (Fiesp), Agricultura (Faesp), e Comércio (Fecomércio) reclamaram do andamento da proposta no Congresso e pediram reflexões do ponto de vista econômico.

— A pauta da escala 6x1 é uma coisa necessária porque hoje o povo quer mais tempo para ficar em casa, para lazer, estudar e namorar. E a sociedade tem avançado muito, tivemos avanços tecnológicos — declarou Lula, que prometeu aplicação de acordo com as especificidades das categorias. — Ninguém vai impor, sabe, na marra. É preciso respeitar a realidade de cada categoria, profissão e setor econômico.

IBGE: Desemprego sobe em 15 estados, mas ainda está abaixo de 4% em 6 unidades da federação
Na semana passada, o governo Lula chegou a um acordo com o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos), para pautar uma proposta de emenda à Constituição (PEC) prevendo descanso

remunerado de dois dias e redução do teto da jornada de trabalho de 44 horas para 40 horas semanais. Há dúvidas, contudo, sobre a possibilidade de uma regra de transição de até cinco anos.

À tarde, o petista anuncia um programa de financiamento de veículos para motoristas de aplicativo e taxistas, na associação Casa de Portugal, região central da cidade. Prestadores de serviço de plataformas como Uber, 99 e iFood passam a contar com uma linha de crédito de até R\$ 150 mil por CPF, a juros subsidiados, desde que tenham feito ao menos 100 corridas no espaço de um ano.

A comitiva em São Paulo incluiu as ex-ministras Simone Tebet (PSB) e Marina Silva (Rede), pré-candidatas no estado, e o advogado-geral da União, Jorge Messias, que pode ser indicado novamente à vaga aberta ao Supremo Tribunal Federal (STF) mesmo depois de protagonizar uma derrota histórica ao ser rejeitado pelo Senado. Nem o presidente, nem os seus ministros concederam entrevistas.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 19/05/2026

ACORDO MERCOSUL-UE PODE AJUDAR A RESOLVER IMPASSE DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS, DIZ DIRIGENTE DA FIESP

Presidente do Conselho Superior de Comércio Exterior da entidade, Roberto Azevêdo afirma que aproximação entre os blocos criará mecanismos para lidar com disputas regulatórias

Por Ana Flávia Pilar — São Paulo



Assinatura do acordo UE-Mercosul — Foto: Luis Robayo/AFP

O acordo entre Mercosul e União Europeia pode ajudar a resolver uma série de impasses comerciais entre os dois blocos, incluindo a remoção do Brasil do rol de países autorizados a exportar carne aos membros europeus, decisão tomada com base nas novas regras de controle do uso de antibióticos na pecuária. Esta é a opinião do presidente do Conselho Superior de Comércio Exterior (Coscecx) da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Roberto Azevêdo.

Para Azevêdo, divergências regulatórias tendem a se tornar mais frequentes à medida que a integração econômica entre os blocos avança. Segundo ele, o acordo criará instrumentos institucionais capazes de endereçar uma solução para discordâncias como essa. O ex-diplomata brasileiro, que foi diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), esteve no evento Diálogo Empresarial Mercosul-União Europeia, organizado pela Fiesp nesta terça-feira.

— Não tenho a menor dúvida (de que essa proximidade pode ajudar a endereçar impasses como o envolvendo as exportações brasileiras). Essa proximidade vai levar naturalmente a duas coisas. Primeiro, haverá mais divergências e mais polêmicas com relação a regulamentos, fluxos de comércio, tratamento nas fronteiras. Isso é natural, à medida que o fluxo comercial e a integração econômica vão aumentando, você terá mais divergências.

Ele lembrou que o acordo deverá criar mecanismos para administrar essas divergências:

— E a outra coisa que vai acontecer também é você criar os instrumentos que permitam a superação dessas situações. Então normalmente você cria comitês técnicos, você cria foros de debate, de discussão, a instância política também pode se envolver para poder tentar resolver a situação e há também o mecanismo de solução de controvérsias que costuma ser muito eficaz.



Já a embaixadora da União Europeia no Brasil, Marian Schuegraf, afirmou que o acordo representa mais oportunidades, previsibilidade e integração entre duas regiões que compartilham interesses estratégicos em áreas como transição verde, transformação digital, infraestrutura, energia limpa, agronegócio sustentável e economia circular.

Segundo ela, o tratado deve ampliar o acesso das empresas brasileiras ao mercado europeu e reduzir custos, além de prever regras mais estáveis para investir. A embaixadora também destacou a relevância política do acordo diante do cenário internacional turbulento:

— Em um período de tensões geopolíticas e de incerteza econômica crescente, este acordo entre a União Europeia e o Mercosul envia uma mensagem clara. Acreditamos no comércio aberto, baseado em regras, sustentável e mutuamente benéfico. É precisamente por isso que este diálogo empresarial é tão importante.

Azevêdo, da Fiesp, disse também que a negociação das cotas entre países do Mercosul deve ser ajustada internamente. Os membros do bloco ainda não chegaram a um entendimento sobre a divisão das cotas de importação no acordo com a União Europeia.

Segundo as regras, alguns produtos terão o imposto de importação reduzido, com determinados itens tendo que obedecer a um sistema de cotas para ter alíquota mais baixa. Passado o limite, os produtos excedentes ficam sujeitos ao imposto integral.

No caso da carne bovina, por exemplo, a cota é de 99 mil toneladas anuais, com taxa de 7,5%. Essa quantidade deve ser dividida entre os quatro países do bloco:

— Acho que, como essa, haverá várias outras situações em que os países do Mercosul vão ter que entender melhor qual é o impacto sobre eles, como eles normatizam as relações entre eles e se beneficiam das oportunidades que vão se apresentar com a União Europeia. É uma questão de diálogo, de conversar, essas questões vão aparecer com mais e mais frequência.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 19/05/2026

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

‘A COSAN NÃO VAI ACABAR, ABSOLUTAMENTE’, DIZ RUBENS OMETTO

O fundador e presidente do conselho de administração do grupo diz que fala de CEO foi mal interpretada e que negócio vai continuar com ‘cara de dono’ e nas mãos da família por muitos anos

Por Cristiane Barbieri

Entrevista com

Rubens Ometto - Presidente do conselho de administração da Cosan

Durante a teleconferência de resultados do primeiro trimestre da Cosan, Marcelo Martins, CEO da holding que abriga grandes empresas como Raízen e Compass, afirmou que “era bastante razoável” dizer que a Cosan iria deixar de existir num horizonte de três a cinco anos. Entre os motivos, citou a redução da alavancagem da estrutura da holding, que sofreu com a alta dos juros e precisou receber um aporte de R\$ 10 bilhões do BTG Pactual, da gestora Perfin Investimentos e da família Ometto, fundadora da companhia, para ser socorrida.

Rubens Ometto, presidente do conselho de administração da Cosan, porém, nega que o grupo vá acabar. Para ele, a fala de Martins foi mal interpretada e o negócio continuará com “cara de dono”, nas mãos da família e por muitos anos. “Vamos descer do salto alto, fazer as coisas mais simples, com patrimônio de primeira e gente com sangue empreendedor. Para pular, é preciso antes dar uma

abaixadinha. Se ficar com a perna esticada, ninguém pula. Estamos nessa fase”, diz ele. Leia a entrevista, a seguir:

A Cosan vai acabar?

Na última conferência de resultados, o CEO da Cosan fez um comentário meio às pressas, que foi mal interpretado, de que a Cosan iria fechar. A Cosan não vai acabar, absolutamente.

O que houve?

O Brasil mudou muito nos últimos anos, com a taxa de juros indo às alturas. Isso fez com que holdings (como a Cosan) não conseguissem mais ser operacionais. É inviável que ela gere receita que concorra com esse nível de juros para remunerar os investidores. Estamos, então, simplificando. A Cosan tem um portfólio maravilhoso: controla a (empresa de gás natural) Compass, a (de logística e infraestrutura) Rumo, a (de lubrificantes) Moove, a (de gestão de terras agrícolas) Radar, que são companhias capitalizadas e rentáveis. A Cosan também teve uma atividade grande de investimentos, entre eles, a Vale. Agora temos como projeto zerar a dívida até o fim do ano porque, no Brasil, não se pode dever.

Foi anunciado que a dívida seria equacionada no fim do próximo ano. O sr. pretende antecipar esse movimento?

Vou zerar até o fim deste ano e manter uma estrutura enxuta de holding, sempre mantendo o controle (dos negócios investidos). A gente tem o controle acionário de todas as empresas, e vamos continuar assim. Será uma holding sem dívidas, que administra e recebe dividendos e a performance dessas empresas, com uma estrutura mais simples.

O pior do endividamento já passou?

Já passou. Fizemos agora o IPO (oferta pública inicial, da sigla em inglês) da Compass, e foi um sucesso. Tem outras ideias que nós estamos desenvolvendo com o objetivo de zerar o endividamento até o fim do ano. Eu não quero mais dívida, não.

Isso implica venda de mais ativos?

Existe uma gestão para isso, e temos de fazer de uma maneira que não percamos o controle da companhia. Pode ser via distribuição de dividendos, com associação ou fazendo a venda de algumas participações.

Há na mesa propostas pela Rumo?

Tem muita gente querendo a Rumo. É gostoso ser uma noiva paquerada. É um ótimo ativo, mas tem muita fofoca. De toda forma, qualquer movimento que seja feito, se for feito, acontecerá de maneira que a Cosan mantenha o controle da companhia.



'Vamos descer do salto alto, fazer as coisas mais simples, com patrimônio de primeira e gente com sangue empreendedor', diz Ometto. 'Para pular, é preciso antes dar uma abaixadinha' Foto: Felipe Rau/Estadão

Com o aporte da Shell na Raízen, a Cosan vai ter sua participação reduzida no negócio. Os srs. pretendem continuar tendo gestão ativa também na Raízen?

A gente pretende, porque a Raízen é uma empresa fantástica, muito rentável, com mais de 20% de participação de mercado, com os melhores pontos e a melhor marca, que é a Shell. São 7,5 mil postos aqui no Brasil e 850 postos na Argentina, operação muito rentável. Do lado da produção de energia, nossa produção de etanol e açúcar é hoje, de longe, duas a três vezes maior do que a do segundo colocado, com usinas de primeira qualidade.

O que deu errado?



Temos um problema de estrutura de capital, e não operacional. A gente errou na mão em relação aos juros: fizemos mais investimentos do que devíamos ter feito. Estamos fazendo um turnaround que está fluindo muito bem. Gastamos para comprar a Shell Argentina, por US\$ 1,5 bilhão. Gastamos outro US\$ 1,5 bilhão para comprar a Biosev, que era o segundo maior produtor de açúcar. Investimos em etanol de segunda geração, o mesmo valor. Ao mesmo tempo que isso nos endividou, com investimentos totais de US\$ 6 bilhões, nos tornou o que há de mais avançado em energia sustentável. Estamos envolvidos em produção de hidrogênio, etanol de segunda geração, em biogás. Além de ter uma marca maravilhosa, operacionalmente a companhia é rentável. Resolvida a questão da estrutura de capital, ela vai decolar e vai longe.

Os resultados dos investimentos já começaram a aparecer?

Sim, a Argentina está bem administrada. O etanol de segunda geração aumenta sua produção a cada dia. A Biosev chegou a 90 milhões de toneladas de capacidade de moagem de cana, o que é mais de três vezes o segundo colocado. Porém, vamos reduzir toda essa estrutura, ficar com as melhores usinas, com os lugares em que você possa criar clusters (conjuntos) mais robustos. Vamos diminuir esse portfólio para ser mais simples a administração.

O que será reduzido?

Estamos caindo fora do negócio de trading de energia elétrica, por exemplo. Estamos simplificando. Para ser honesto, a gente ficou com um pouco de salto alto nos investimentos, mas os ativos estão aí.

O objetivo de liderar a transição energética e descarbonização continua?

Continua, mas num nível menor.

Dá para competir com o etanol de milho, que é mais barato?

É preciso ter cuidado com essa afirmação. O etanol de milho é realmente mais barato, mas está exagerado porque eles não têm energia própria. A cana-de-açúcar tem bagaço que faz com que ela seja autossuficiente e venda a energia para a rede. Para produzir o etanol de milho, é preciso comprar energia, o que aumenta o custo deles. Além disso, o etanol de milho é muito subsidiado com incentivos tributários. Quando essas diferenças forem corrigidas, essa distância de rentabilidade entre os dois vai diminuir. Além disso, hoje o preço do milho está baixo, mas não necessariamente ficará assim.

A Raízen é uma empresa rentável, e os credores vão se sair todos muito bem

Como está o processo de recuperação extrajudicial da Raízen?

A Raízen é uma empresa rentável, e os credores vão se sair todos muito bem. É uma empresa que é bem administrada, com ativos fantásticos, com a perspectiva de que agora descemos do salto alto e estamos voltando a fazer o arroz e feijão mais simples, mais bem feito.

Como o cenário de guerra, inflação alta e eleições influencia a venda dos ativos?

Nosso setor é privilegiado. O etanol é um negócio que deu certo e ajuda o Brasil em relação ao abastecimento de combustíveis. O País só tem capacidade de refino para 70% das suas necessidades porque a mistura de 30 a 32% de etanol na gasolina faz com que a necessidade de importar seja mínima.

Mas o cenário mais difícil não vai atrapalhar a venda dos ativos?

Não. A Rumo, por exemplo, transporta o agronegócio brasileiro. Se não fosse a Rumo, haveria problema de logística para escoar a safra, e o Brasil vai continuar sendo o celeiro do mundo. Também não há crise no etanol.

O sr. construiu uma empresa que tem a cara de dono. O sr. sairá de conselhos, por conta de acordo com credores?

Não, eu não tenho saído dos conselhos. Eu pretendo, enquanto tiver saúde e disposição, continuar nessa posição.

Mas há uma perspectiva da sua saída em alguns anos?

Ainda não. Temos bons sócios como parceiros, com uma série de regras a serem cumpridas ao longo dos anos.

Como está o plano de sucessão?

A gente pensa muito nisso, erra, corrige. Meus netos estão chegando aí, então tenho de prepará-los. Minha ideia é que os executivos profissionais continuem em seus postos, e eu tenho de educar e treinar meus descendentes para que sejam bons conselheiros e bons acionistas e trabalhem e incentivem os profissionais, porque ninguém faz nada sozinho. Eu acredito muito na empresa de dono profissionalizada.

A Cosan não acaba daqui a cinco anos?

Não. Quero ainda fazer muitos negócios, mas de uma maneira diferente. Vou lutar e fazer o negócio sem pegar dinheiro emprestado, mas ela vai continuar com um portfólio maravilhoso e irreplicável. É impossível fazer uma Compass, uma Rumo, uma Radar, uma Moove. Vamos descer do salto alto, fazer as coisas mais simples, com patrimônio de primeira e gente com sangue empreendedor. Para pular, é preciso antes dar uma abaixadinha. Se ficar com a perna esticada, ninguém pula. Estamos nessa fase.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 19/05/2026

ÁREA TÉCNICA DO TCU INDICA SOBREPREGO EM LEILÃO DE TERMELÉTRICAS; MINISTRO PEDE EXPLICAÇÕES À ANEEL

Técnicos recomendaram suspensão da contratação das térmicas, descartada pelo relator - que deu 5 dias para a agência prestar esclarecimentos; resultado do certame abriu disputa entre gigantes do setor elétrico

Por Daniel Weterman

BRASÍLIA — A área técnica do Tribunal de Contas de União (TCU) concluiu que há indícios de sobrepreço no leilão de energia bilionário realizado pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para contratar potência de usinas termelétricas. Os técnicos recomendaram suspender a contratação das térmicas, que deveriam suprir a necessidade do sistema elétrico pelos próximos 15 anos.

O ministro Jorge Oliveira, relator do processo, decidiu não seguir a recomendação da área técnica pela suspensão. Ele determinou que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) responda, em cinco dias úteis, sobre eventuais irregularidades apontadas no leilão.

“Já adianto que, apesar de concordar substancialmente com a análise da unidade especializada, entendo que a situação atual do certame permite que se explore caminhos alternativos para a resolução do problema”, declarou Oliveira.



O leilão teve entre os vencedores a Eneva, empresa que pertence ao BTG, de André Esteves; a Âmbar Energia, dos irmãos Joesley e Wesley Batista; e a Petrobras, controlada pelo governo federal. A Casa dos Ventos, empresa de energia eólica do empresário Mário Araripe, passou a atuar para anular o leilão. As grandes indústrias também agem para suspender a contratação, temendo um aumento tarifário.

UTE Juiz de Fora - Petrobras Foto: Divulgação/Petrobras

Como o Estadão mostrou, o certame abriu uma disputa bilionária entre gigantes do setor elétrico, virou uma nova frente de pressão contra o petista em ano eleitoral e ainda pode ter um impacto de R\$ 500 a R\$ 800 bilhões na conta de luz dos consumidores de todo o País.



Com o leilão suspenso, integrantes do governo e defensores do certame dizem que o poder público terá de contratar as mesmas usinas de forma emergencial e que o custo para o consumidor poderá ficar ainda maior.

Essa não é uma compra tradicional de energia. O leilão de capacidade serve para contratar usinas que só entram em operação quando o sistema nacional mais precisa, como nos períodos de estiagem que afetam a produção das hidrelétricas ou nos horários de maior consumo de energia, entre 18h e 22h. O preço pago para as empresas, no entanto, é pela disponibilidade dos empreendimentos, independentemente do uso.

O resultado do leilão seria homologado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) nesta terça-feira, 19, que também decidiu suspender a decisão. Os primeiros contratos seriam assinados a partir de quinta-feira, 21. Em paralelo a isso, a Justiça Federal julga uma ação judicial que também pede a suspensão do leilão.

No total, o governo contratou 19 gigawatts (GW) de potência no sistema, entre termelétricas e hidrelétricas. O volume contratado supera a capacidade instalada de Itaipu e representa cerca de um quarto do consumo de energia médio diário brasileiro.

A área técnica do TCU sugeriu a suspensão apenas da contratação das térmicas movidas a gás natural e carvão mineral vencedoras do primeiro dia do leilão, que representam cerca de 15,2 GW do volume contratado.

A Unidade de Auditoria Especializada em Energia Elétrica e Nuclear (AudElétrica), setor técnico responsável pela análise do processo no TCU, identificou “risco de contratação desvantajosa e de longa duração, com repercussões expressivas para os consumidores e para a racionalidade econômica da expansão de potência no sistema elétrico nacional.”

Os técnicos concluíram que houve aumento excessivo dos preços contratados pelo governo, pouca concorrência e um deságio muito pequenos por parte dos vencedores.

“A conclusão técnica que se impõe é a de que a contratação dos produtos termelétricos do Leilão Aneel 2/2026 não se revela apenas onerosa, mas estruturada em bases que indicam possível sobrepreço significativo, fragilidade concorrencial e reduzida aderência aos princípios da economicidade e da modicidade tarifária”, diz a análise.

Ao apontar o sobrepreço, os técnicos avaliaram que a contratação de toda demanda do leilão apenas por hidrelétricas representaria uma economia potencial de R\$ 262 bilhões em 15 anos. Apesar do apontamento, especialistas, empresas e o governo concordaram que é impossível não contratar potência das usinas termelétricas para garantir o fornecimento de energia em períodos de seca e horários de pico — a divergência se dá no volume da contratação e nos preços.

Os preços-teto, que representam o valor máximo que o governo pagaria pela contratação, foram publicados inicialmente no dia 10 de fevereiro de 2026 e revisados no dia 13. Em 72 horas, o governo dobrou o preço para usinas existentes, elevando o valor de R\$ 1,12 milhão para R\$ 2,25 milhão por MW/ano, e aumentou o valor em 81% para novas usinas, passando de R\$ 1,6 milhão para R\$ 2,9 milhões por MW/ano.

O Ministério de Minas e Energia justificou que a revisão foi necessária pois, caso contrário, o leilão seria fracassado. As empresas dizem que os custos globais das usinas, principalmente o preço das turbinas e dos demais insumos, aumentaram em 70% após o aumento da demanda para alimentar datacenters. A Petrobras, que conseguiu recontratar nove usinas térmicas que estavam ficando sem contrato, foi uma das companhias que pediu a revisão.

O deságio médio entre o preço-teto e o valor vendido foi de 5,5%. Para os técnicos do TCU, os resultados “sugerem ambiente de competição limitada e reforçam a percepção de que os preços

ofertados estão muito além do razoável.” Um dos argumentos que é a diferença entre os investimentos declarados pelos vencedores nas usinas termelétricas alimentadas a gás natural e os investimentos considerados pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) no cálculo dos preços-teto para os mesmos empreendimentos foi de R\$ 54,9 bilhões.

O ministro Jorge Oliveira, do TCU, ao analisar o relatório da área técnica, optou por um caminho alternativo, descartando a suspensão da contratação. “Já adianto que, apesar de concordar substancialmente com a análise da unidade especializada, entendo que a situação atual do certame permite que se explore caminhos alternativos para a resolução do problema”, afirmou.

Termelétricas defendem leilão e dizem que, sem contratação, custo iria a R\$ 970 bi

Em meio ao impasse, a Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas lançou um manifesto com um grupo de especialistas defendendo o leilão. Com base na necessidade apontada pelo Operador Nacional do Sistema Elétrica (ONS), o setor aponta que, sem o leilão, o consumidor pagaria muito mais, aumentando os custos para R\$ 970 bilhões em 15 anos, sendo 210 bilhões devido ao risco de blecautes e R\$ 760 bilhões devido a racionamentos.

O grupo argumenta que a contratação das usinas garante “confiabilidade 24 horas por dia, sete dias por semana” para o sistema e que os custos globais dos empreendimentos justifica os preços praticados.

O armazenamento de energia por baterias, como quer o setor de renováveis, não seria suficiente, segundo o manifesto das termelétricas. “O tempo de descarga de uma bateria é de quatro horas. Como atender a um critério que demanda 24 horas por dia? Multiplicando as baterias?.”/Colaboraram Renan Monteiro e João Caires

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 19/05/2026

RELATOR DA PEC DA ESCALA 6X1 DISCUTE COM MOTTA E GOVERNO TRANSIÇÃO ENTRE 2 E 5 ANOS

Governo quer adoção imediata da escala 5x2, mas admite transição de até três anos para a redução da jornada de 40 a 44 horas; acordo pode ser definido nesta terça-feira

Por Victor Ohana (Broadcast)

BRASÍLIA - Há uma proposta de estabelecer um período de transição de dois a cinco anos nas articulações em torno do fim da escala 6x1 entre o governo federal, o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), e o relator da PEC na comissão especial, deputado Leo Prates (Republicanos-BA), apurou o Estadão/Broadcast com pessoas que acompanham as negociações.

Segundo relatos, o governo quer adoção imediata da escala 5x2, mas admite uma transição de até três anos para a redução da jornada de trabalho de 40 a 44 horas. Porém, conversas do governo com a Câmara chegam a uma transição de até cinco anos para a redução da jornada de trabalho. O acordo pode ser definido nesta terça-feira, 19, e deve se dar entre o governo e o presidente da Câmara, dizem essas pessoas.



O relator da PEC da 6x1 na comissão especial, deputado Leo Prates (Republicanos-BA) Foto: Mário Agra/Câmara dos Deputados

Prates pretende apresentar o seu parecer sobre a PEC à comissão especial na quarta-feira, 20. Segundo relatos de pessoas próximas às articulações, a tendência é de que o texto preveja dois dias de descanso semanais, mas não consecutivos, com preservação dos domingos.

Embora a PEC deva resguardar dois dias de descanso, há uma cautela na Câmara para não tratar diretamente de escala no texto, com o objetivo de assegurar o papel de convenções coletivas. O governo e a Câmara também negociam a tramitação de um projeto de lei com a definição de especificidades para setores econômicos com necessidades particulares.

Há uma reunião prevista para esta terça entre o relator e o presidente da Câmara, mas o horário ainda não foi marcado. O encontro ocorreria na noite da segunda-feira, 18, mas foi adiado. Na data, Prates esteve com o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho.

Na segunda, a comissão realizou uma audiência pública para ouvir representantes de empresários de setores como a indústria, comércio, serviços e agronegócio. Entidades desses setores chegam a pedir um período de transição de dez anos para a adoção das novas regras.

À imprensa, o presidente da comissão especial, Alencar Santana (PT-SP), disse que não tratar do fim da escala 6x1 seria um “retrocesso” e que é favorável a um período de “implementação” de até 90 dias. O ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Guilherme Boulos, declarou na semana passada que é contra qualquer tipo de transição.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 19/05/2026



VALOR ECONÔMICO (SP)

NÃO TEMOS ACORDO COM PETROBRAS PARA PERMITIR LEILÃO DE GÁS DA UNIÃO, DIZ DIRETOR DA PPSA

A estatal gestora dos contratos de partilha do pré-sal e a União não chegaram a um acordo até o momento, disse o diretor de administração, finanças e comercialização da PPSA

Por Fábio Couto, Valor — Rio



A Pré-Sal Petróleo (PPSA) espera chegar a um acordo com a Petrobras para a realização do primeiro leilão de gás natural da União, disse nesta terça-feira (19) Samir Awad, diretor de administração, finanças e comercialização da PPSA. A estatal gestora dos contratos de partilha do pré-sal e a União não chegaram a um acordo até o momento, disse o executivo.

— *Foto: André Ribeiro/Agência Petrobras*

O preço de utilização da infraestrutura de gás da Petrobras é o ponto central do impasse, afirmou o executivo em entrevista a jornalistas após participar do Argus Rio Crude Conference. A PPSA pretendia realizar o primeiro certame até o fim deste ano.

“A gente não chegou ainda ao final da negociação com a Petrobras. Na verdade, a gente ‘empacou’ e não tem acordo no momento”, disse Awad.

Atualmente, a PPSA vende a parcela de gás da União à Petrobras em contratos firmados a cada ano. Segundo Awad, a PPSA quer “perseguir” um acordo que permita realizar o leilão, mesmo que a Petrobras seja um agente comercializador da gestora de contratos.

Outros pontos em discussão entre PPSA e Petrobras incluem penalidades por produção acima e abaixo da capacidade de infraestrutura contratada. Além disso, o leilão de gás depende também de uma regulamentação que deve ser estabelecida pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), com base em estudos que estão em andamento na Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

A questão dos preços do uso da infraestrutura de gás pela Petrobras é central porque um dos objetivos do governo é baratear o gás natural produzido no país. Por ser controlador da estatal, o governo quer que a Petrobras reduza os preços para tratar o gás em unidades de processamento (UPGNs) e escoar em dutos de transporte até a costa.

Porém, a Petrobras precifica o uso das instalações com base em cálculos próprios, que consideram remuneração, margens e custos da companhia. Nas atuais condições, o plano do governo de reduzir os custos do gás não seria cumprido.

“Com os preços que temos hoje para a infraestrutura, o meu gás, da PPSA, não chegaria em terra em preços que não poderia chamá-los de reduzidos”, disse Awad.

Contratos de partilha

No contrato de partilha de produção, o Estado brasileiro é proprietário do petróleo e gás natural produzidos em áreas do pré-sal, de modo que as petroleiras atuam como operadoras. A PPSA é a responsável pela gestão de contratos no regime de partilha. Nesse modelo também há uma licitação de áreas, mas a empresa vencedora tem direito a apenas uma parte da produção, suficiente para recuperar os custos.

Outra parte da produção, denominada excedente em óleo ou óleo-lucro, é partilhada entre a União e a empresa (daí o nome do regime ser de partilha).

Nos leilões passados e na chamada oferta permanente de partilha (OPP), as petroleiras disputam áreas no pré-sal e o critério para vitória é da oferta à União do excedente em óleo. Excedente em óleo é a parcela da produção de petróleo e/ou gás natural a ser repartida entre a União e a empresa vencedora, segundo critérios definidos no contrato e o percentual ofertado na rodada.

Na prática, parte do óleo e do gás é destinado à União, que revende as cargas ao mercado em leilões específicos.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 19/05/2026

PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NÃO É APENAS OBRA: É POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO

O interior produtivo de São Paulo gera riqueza acima da infraestrutura que recebe. Tratar pavimentação como política de desenvolvimento, e não como obra avulsa, deixou de ser pauta de engenheiro para virar pauta de competitividade, segundo Fauze Youssef Skaff, presidente da Skaff Construtora.

Por Pulse Brand — São Paulo



Divulgação — Foto: Divulgação

Quem produz no interior de São Paulo aprende cedo que a conta de um negócio não termina no portão da fazenda ou da indústria. Ela continua na estrada. O frete que pesa mais do que deveria, o trecho que atrasa a colheita, o acesso precário que inviabiliza um galpão logístico antes mesmo de a planilha ser aberta. Na macrorregião de Ribeirão Preto, esse cálculo é parte da rotina de qualquer empresário do agronegócio, da logística ou da



construção. A infraestrutura, ou a falta dela, está embutida em cada decisão de investimento.

Esse é um custo que raramente aparece com nome próprio. Ele se dilui no preço da saca, no valor do frete, na margem que encolhe. Mas é real, mensurável e, sobretudo, evitável. A pesquisa mais recente da Confederação Nacional do Transporte mostra que a má qualidade do pavimento eleva, em média, 31,2% os custos operacionais do transporte rodoviário no país. Para uma região que escoar boa parte de sua produção por rodovia, esse percentual não é estatístico distante: é dinheiro que sai do caixa das empresas locais todos os meses.

O problema não nasceu por acaso, nem é fruto de um único governo. É o resultado acumulado de décadas de subinvestimento. O Brasil aplica hoje cerca de 2,2% do seu PIB em infraestrutura, segundo a Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base. O número, embora seja o melhor patamar da série histórica iniciada em 2010, está longe do necessário. A própria entidade estima que o país precisaria investir algo em torno de 4,3% do PIB para modernizar sua infraestrutura e cobrir o hiato deixado por anos de aportes insuficientes. Em outras palavras, o investimento atual é cerca de metade do que seria preciso, e essa diferença se acumula a cada ano que passa.

A defasagem fica ainda mais evidente quando se olha o mapa. Do total da malha rodoviária brasileira, cerca de 78% sequer é pavimentada, segundo levantamentos do sistema rodoviário nacional. O país construiu sua economia sobre o transporte rodoviário, responsável pela maior parte da carga que circula internamente, mas não pavimentou o chão sobre o qual essa economia se move. E, dentro dessa equação, o interior produtivo quase sempre foi o lado mais penalizado. As grandes obras seguiram a lógica dos eixos metropolitanos e portuários, enquanto as regiões que sustentam a balança comercial do agronegócio receberam atenção desproporcional ao que entregam.

A macrorregião de Ribeirão Preto é o retrato dessa assimetria. Polo que reúne dezenas de municípios e uma população da ordem de 1,7 milhão de habitantes na sua área metropolitana, segundo o IBGE, a região registrou, como Região Administrativa, um PIB de R\$ 83,4 bilhões em 2022, valor superior ao de oito estados brasileiros, de acordo com dados da Fundação Seade. A economia do agronegócio paulista, da qual a região é um dos centros, cresceu 15,7% entre 2012 e 2022, mais que o dobro da média do estado no período. É uma das áreas mais produtivas do Brasil. Não é, porém, uma das mais bem servidas de infraestrutura viária na proporção da riqueza que movimenta.

É um equívoco enxergar pavimentação apenas como asfalto. O que se constrói quando se constrói uma estrada vai muito além da camada de revestimento. Infraestrutura viária é vetor de valorização de terras e ativos: um acesso melhor transforma o preço de uma gleba ou de um terreno industrial da noite para o dia. É fator de atração de investimentos logísticos, porque nenhum operador instala um centro de distribuição onde o caminhão não chega com previsibilidade. É condição de competitividade do agronegócio, já que cada ponto percentual de custo de frete reduzido se traduz em margem para competir no mercado interno e externo.

E é, talvez sobretudo, motor de emprego formal no interior. Obras de pavimentação e manutenção mobilizam mão de obra local, fornecedores regionais e cadeias inteiras de serviços que permanecem na economia da região. A relação é direta, e o próprio estado de São Paulo vem demonstrando: o maior programa de infraestrutura viária já conduzido por São Paulo prevê investimentos da ordem de R\$ 30 bilhões e a modernização de mais de 22 mil quilômetros de estradas, com estimativa de geração de cerca de 252 mil empregos diretos e indiretos. As intervenções não se limitam às grandes rodovias: alcançam estradas vicinais, justamente as vias que conectam a produção rural ao mercado. Cada obra dessas é, ao mesmo tempo, logística e geração de renda.

Quando uma rodovia regional sai do estado regular ou ruim e passa para boa, o ganho não é estético. É econômico e social. Significa menos diesel queimado, menos veículo parado para manutenção, menos carga perdida, menos acidente. A CNT estima que a baixa qualidade do pavimento gera, somente em consumo adicional de combustível, um desperdício anual da ordem de bilhões de reais. Cada quilômetro recuperado devolve parte desse valor à economia produtiva. E em uma região de vocação agrícola, em que a janela de colheita e escoamento não admite atraso, previsibilidade de tráfego é tão estratégica quanto clima ou preço de commodity.

Empresas que atuam há décadas em terraplanagem e infraestrutura no interior paulista conhecem de perto o que cada quilômetro representa para uma comunidade. Não se trata de uma percepção abstrata. É a diferença entre uma cidade que recebe um novo investimento e outra que o vê passar adiante, entre uma safra que chega ao mercado no tempo certo e outra que perde competitividade no trajeto. Quem constrói esse tipo de obra no dia a dia entende que infraestrutura é, antes de tudo, uma decisão sobre o futuro de uma região.

Segundo Fauze Youssef Skaff, presidente da Skaff Construtora, "cada estrada que a gente pavimenta muda a vida de quem está ali. Não é só o caminhão que passa mais rápido. É o investimento que decide ficar, o emprego que aparece, a cidade que entra no mapa. Quem trabalha com isso há mais de vinte anos no interior aprende a enxergar o quilômetro como o que ele realmente é: desenvolvimento."

O ponto de virada não está apenas no orçamento. Está na forma como o país, e cada região, decide tratar o tema. Enquanto infraestrutura for vista como obra, sujeita ao calendário e à conveniência de cada gestão, o interior produtivo seguirá gerando riqueza acima do que recebe de volta. Quando passar a ser tratada como política de desenvolvimento, com planejamento de longo prazo e participação coordenada de setor privado, poder público e sociedade civil, o cálculo muda.

A macrorregião de Ribeirão Preto tem economia, vocação produtiva e capacidade técnica de sobra. Falta tratar a infraestrutura com a mesma seriedade com que se trata uma safra ou um plano de negócios. Pavimentar não é gastar. É decidir, de forma deliberada, que tipo de desenvolvimento a região quer construir, e em quanto tempo. O custo de cada quilômetro que falta é invisível na planilha, mas é a conta mais cara que o interior paga.

"Infraestrutura não é obra que se inaugura. É política de desenvolvimento que se sustenta. O interior já provou que produz. Agora precisa de chão à altura do que ele entrega", complementa Fauze Youssef Skaff.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 19/05/2026

CHINA QUER REDUZIR DEPENDÊNCIA DE IMPORTAÇÃO E TRAZ RISCOS AO AGRO BRASILEIRO

Consultoria que o Brasil pode deixar de exportar bilhões de dólares em produtos do setor para o mercado chinês

Por Raphael Salomão — São Paulo



Plano Quinquenal da China prevê incentivo ao desenvolvimento interno e redução da dependência de importações, o que pode mudar a demanda por produtos do agro brasileiro — Foto: Divulgação

A China planeja reduzir a dependência de importações para garantir a sua segurança alimentar. É o que indica o 15º Plano Quinquenal do país (2026-2030). A posição traz riscos ao agronegócio do Brasil, que pode deixar de faturar bilhões de dólares em exportações.

"Estamos falando de mais ou menos entre US\$ 50 e US\$ 60 bilhões por ano em exportações do agro para a China", afirma Patrícia Ellen, sócia-presidente da Systemiq na América Latina e ex-secretária de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo. "Não é uma perda imediata. Pode ser gradual, deve ter ajustes de mercado, mas a ordem de grandeza do impacto é essa", diz.

O 15º Plano Quinquenal, aprovado em março, menciona a segurança alimentar e a autossuficiência como prioridades para o governo chinês. A intenção é garantir a capacidade produtiva, basear o fornecimento no mercado interno, moderar importações, e diversificar a oferta de produtos à população.

“A consideração crítica é se a China vai continuar a impulsionar o crescimento da demanda global”, aponta a Systemiq, no relatório China’s Food Future, que produziu com a Gordon and Betty Moore Foundation.

O estudo destaca que, nos últimos 40 anos, a China foi um “motor” da demanda agrícola global. “Remodelou” cadeias de suprimentos quando conciliou suas prioridades à sua capacidade industrial.

A situação, agora, é diferente. A relação com os mercados agrícolas vai depender da forma como o país pretende garantir seu próprio abastecimento.

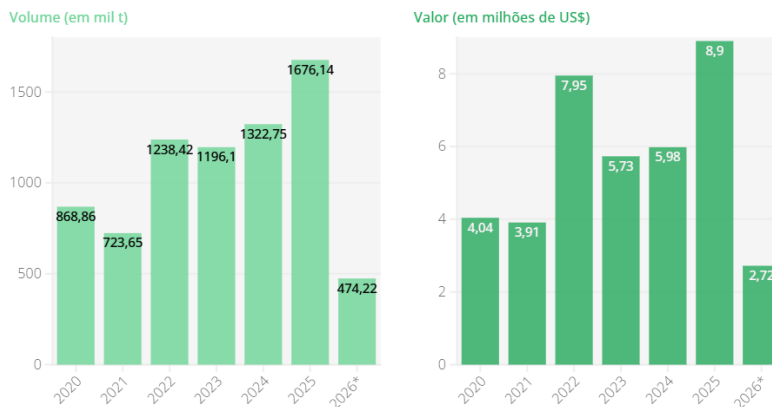
“Não é um choque pontual. É uma mudança estrutural. A pergunta não é ‘se’ e ‘como’ [será o impacto da política chinesa], mas ‘quando’ e ‘com qual intensidade’. E mais importante: como o agro brasileiro pode se reorganizar?”

— Patrícia Ellen, sócia-presidente da Systemiq na América Latina

Exportações de soja e carne bovina estão entre as que mais podem ficar expostas a riscos de queda na demanda chinesa. Na carne, o país impôs uma salvaguarda e estabeleceu uma cota de embarque com tarifa mais baixa.

O volume do Brasil com benefício tarifário é de 1,1 milhão de toneladas, quase 600 mil a menos do que o embarcado em 2025. Dados do governo chinês apontam que 50% se cumpriram. A indústria ainda aposta na força do país asiáticos, mas a avaliação é de que a cota veio para ficar.

Exportações de carne bovina para a China



Fonte: Agrostat e Abiec •
*(janeiro a Abril)

Na soja, além da substituição de parte das importações por produção local, o Brasil tende a enfrentar maior concorrência com países como Estados Unidos e Argentina.

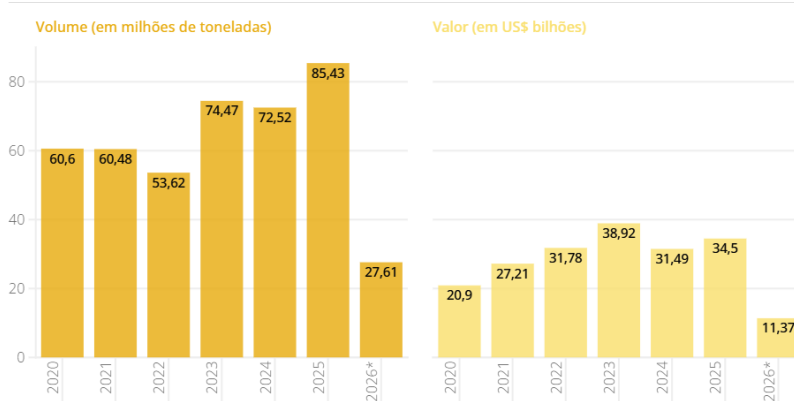
Na semana passada, os presidentes Donald Trump e Xi Jinping se reuniram, na tentativa de destravar tensões políticas e comerciais. Os dois presidentes falaram em resultados positivos, mas não detalharam eventuais acordos.

Posteriormente, o governo dos Estados Unidos anunciou que os chineses comprarão produtos agrícolas americanos. E recebeu do governo chinês a informação de que 77 frigoríficos exportadores de carne bovina foram habilitados para o comércio bilateral.

O Departamento de Agricultura americano (USDA) estima, para a safra 2025/26, uma produção de 20,90 milhões de toneladas do grão pela China e importações de 112 milhões. Para 2026/27, projeta uma colheita de 21 milhões de toneladas e importações de 114 milhões.

Exportação de soja do Brasil para a China

Volumes e valores anuais



Fonte: Agrostat (Ministério da Agricultura) •
*(janeiro a abril)

Em seu relatório, a Systemiq lembra que os chineses compram, em média, 71% da soja brasileira e 54% da americana. Na carne bovina, responde por mais da metade do que o Brasil exporta. Na Argentina, a proporção chega a 75%.

A empresa calcula que o cumprimento do Plano Quinquenal pode significar uma redução de 23,5 milhões de toneladas nas importações chinesas de soja, 25% em comparação com os níveis atuais.

“Reduções significativas nas importações de carne bovina, carne suína, laticínios e ovos também são projetadas, enquanto a demanda por milho aumenta modestamente com o ajuste nas reformulações de alimentos”, pontua o relatório.

A Systemiq destaca ainda que o plano do governo chinês inclui o desenvolvimento de proteínas alternativas e o fortalecimento de uma indústria de base biológica. E que os próximos 12 a 18 meses serão decisivos para acompanhar o cumprimento dessa agenda.

Patrícia Ellen avalia que, embora os resultados para a economia chinesa possam vir mais a longo prazo, o agro brasileiro deve se mobilizar de imediato para evitar seus efeitos.

Ela pontua que, dos principais produtos que o Brasil exporta para a China – soja, milho, carne bovina e carne de frango – o país é o principal comprador de quase todos.

Em um cenário conservador, explica Patrícia, o Brasil deixaria de exportar de 10 milhões a 20 milhões de toneladas de soja para a China até 2030. Seria algo como US\$ 5 bilhões a US\$ 20 bilhões por ano, a depender da reorganização do mercado.

“Não é só o volume. A redução da demanda chinesa tende a pressionar os preços internacionais e aumentar a concorrência, reduzindo margens ao longo da cadeia”, diz. “E atinge valor de terra, decisões de investimento, demanda por insumos, infraestrutura. Tem um efeito dominó”, acrescenta.

O agro brasileiro precisará se reorganizar, afirma Patrícia. É uma estratégia de defesa, mas também uma agenda de oportunidades: vender uma variedade cada vez maior de produtos e chegar a mercados que, embora não comprem nos mesmos volumes que os chineses, paguem valores mais elevados.

A executiva avalia que acordos comerciais, como Mercosul-União Europeia, Mercosul-EFTA (Suíça, Noruega, Islândia e Liechtenstein), Mercosul-Cingapura tendem a trazer resultados positivos. Não substituem a China, mas ajudam a diluir riscos e a reduzir a exposição a movimentos da política chinesa.

Agregar valor às cadeias produtivas, posicionar-se como fornecedor de insumos para novos ramos de produção – como proteínas alternativas – e aumentar a aposta na bioeconomia, agropecuária de baixo carbono e biocombustíveis devem integrar essa estratégia de diversificação de mercados.

O agro também precisa ficar atento à China como fornecedor. O país está entre as principais origens de fertilizantes para o mercado brasileiro e, recentemente, decidiu restringir suas vendas externas do insumo.

A situação, junto com as guerras no Leste Europeu e no Oriente Médio, coloca ainda mais urgência à execução de uma política que reduza a dependência do Brasil de fertilizante importado.

“Não é um choque pontual. É uma mudança estrutural. A pergunta não é ‘se’ e ‘como’ [será o impacto da política chinesa], mas ‘quando’ e ‘com qual intensidade’. É mais importante: como o agro brasileiro pode se reorganizar?”, questiona Patrícia.

Fonte: *Valor Econômico - SP*

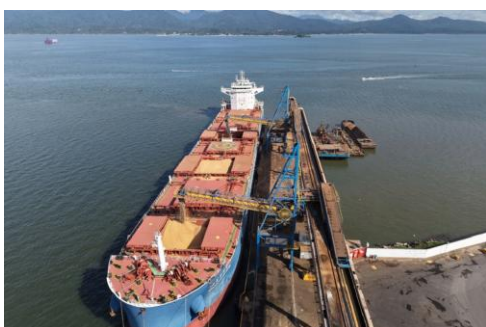
Data: 19/05/2026

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

SOJA EXPORTADA POR SÃO FRANCISCO DO SUL AUMENTA 44% EM ABRIL

Da Redação *Portos e Logística* 19/05/2026 - 17:31



A movimentação de cargas no Porto de São Francisco do Sul, em Santa Catarina, totalizou 1,5 milhão de toneladas em abril de 2026, com aumento de 1,5% em relação ao mesmo mês de 2025, quando foram movimentadas 1,48 milhão de toneladas. As exportações somaram 843 mil toneladas, correspondendo a 56% do total no mês.

De acordo com a administração portuária, os destaques foram os embarques de soja com destino à China, que chegaram a 789 mil toneladas. O volume representou crescimento de 44% na comparação com abril do ano passado, quando foram embarcadas 548 mil toneladas do grão.

Já as cargas recebidas pelo porto em abril de 2026 chegaram a 655 mil toneladas, o equivalente a 44% da movimentação mensal. Os produtos siderúrgicos lideraram entre os produtos desembarcados, com 416 mil toneladas, seguidos pelos fertilizantes, com 216 mil toneladas.

Fonte: *Portal Portos e Navios - RJ*

Data: 19/05/2026

COSCO ATUALIZA SEUS SERVIÇOS TRANSPACÍFICOS PARA EUA

Da Redação *Navegação* 19/05/2026 - 17:28



A Cosco Shipping Lines anunciou que fará a atualização completa de 14 rotas transpacíficas que opera com destino aos Estados Unidos. O objetivo, de acordo com a empresa chinesa, é otimizar seus trajetos transpacíficos e ampliar a cobertura de serviços, a eficiência operacional e a estabilidade das ligações entre o Extremo Oriente e a Costa Oeste dos EUA.

Segundo a companhia de navegação, o planejamento de rotas prevê a integração das duas marcas em operações internas com a Orient Overseas Container Lines (OOCL). Além disso,

serão ampliadas as escalas diretas em vários portos e oferecidos serviços de logística transfronteiriça entre a China e os Estados Unidos mais ágeis, flexíveis e confiáveis.

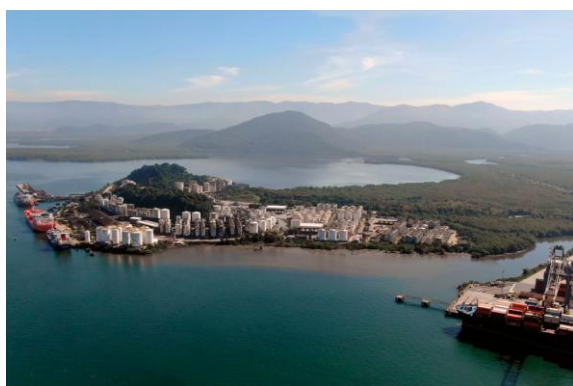
Entre as 14 rotas diretas incluídas na atualização, dez atendem ao mercado do Extremo Oriente ao sudoeste dos Estados Unidos e quatro conectam a China à região noroeste americana. Segundo a Cosco, as principais vantagens do serviço incluem o uso do Porto de Yantian como ponto de partidas, rotas expressas exclusivas para comércio eletrônico com tempo de trânsito de 12 a 14 dias e a adoção de modelo de operação independente com duas marcas.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 19/05/2026

TECON 10: GRUPO DE ASSOCIAÇÕES COBRA URGÊNCIA NA REALIZAÇÃO DO LEILÃO

Da Redação Portos e logística 19/05/2026 - 19:46



Um grupo de 16 associações que se apresentam como representante do setor produtivo do Brasil, entre as quais a Associação Brasileira de Terminais Portuários (ABTP), a Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja), a Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) e a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), divulgou nesta terça-feira (19) comunicado conjunto para cobrar urgência na realização do leilão para concessão do Tecon Santos 10. De acordo com as entidades, o futuro terminal de contêineres de Santos não é apenas um projeto de infraestrutura portuária, mas “um projeto estratégico para a competitividade da economia

brasileira”.

No documento, elas afirmam que a ampliação da capacidade portuária em Santos beneficiará toda a nação, de produtores rurais a consumidores finais, passando pelos setores industrial e comercial. “Trata-se do maior e mais estratégico gateway comercial da América Latina, que está à beira da saturação”, diz o comunicado.

Segundo o texto, cada dia de atraso representa custos crescentes para importadores e exportadores brasileiros, perda de competitividade do comércio internacional, pressões sobre o emprego em setores dependentes da eficiência portuária, redução de arrecadação fiscal, além do risco de que investimentos privados sejam direcionados para outros países.

O documento cita ainda que após muito debate desde 2021, por ocasião do chamado STS-10, e há meses cumpridas todas as etapas formais do processo do Tecon Santos 10, conduzido pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e pelo Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), desde 20 de fevereiro de 2025 “não se pode permitir que novas burocracias e/ou opinativos criem insegurança jurídica e retardem projeto tão vital para a economia e soberania nacional”.

De acordo com signatários, no decorrer do processo do Tecon Santos 10, o governo federal e o Tribunal de Contas da União (TCU) já demonstraram seu compromisso com a competitividade e a eficiência logística brasileira e que chegou a hora de avançar. “A voz unificada do setor produtivo confia na condução da Antaq e do MPor e manifesta seu apoio à publicação do edital e a realização do leilão do Tecon Santos10, o quanto antes, para que todos se beneficiem do cenário de maior concorrência em Santos”, defendem no documento.

As entidades ressaltaram que estarão ao lado do governo federal para apoiar um processo “sem sobressaltos, com cronograma claro, resistindo a pressões corporativas e interferências que buscam apenas tumultuar e atrasar um projeto tão urgente e debatido”.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 19/05/2026

EXPORTADORES DE CARNE BOVINA TEMEM QUE TARIFAS CHINESAS FREIEM CRESCIMENTO DO PRODUTO BRASILEIRO

Da Redação *Portos e logística* 19/05/2026 - 17:36



A Associação Brasileira de Frigoríficos (Abrafrigo) manifestou, nesta terça-feira (19), preocupação de que a imposição de cotas de exportação pela China possa reduzir a alta de vendas do produto brasileiro para o mercado externo. Segundo a entidade, os embarques de carne e derivados de bovinos geraram em abril a maior receita mensal de 2026, de 1,743 bilhão de dólares e crescimento de 28% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Em volume, foram embarcadas 319,23 mil toneladas, com crescimento de 4% no mesmo período comparativo.

No acumulado do primeiro quadrimestre, as exportações alcançaram 6,083 bilhões de dólares, 31% a mais que no mesmo período do ano anterior, enquanto o volume chegou a 1,146 milhão de toneladas, com alta de 9%. O maior aumento percentual da receita em relação ao do volume embarcado foi determinado pela elevação dos preços internacionais, refletindo movimentos de valorização da arroba do boi gordo, além da valorização cambial

No quadrimestre, a China se manteve como principal destino das exportações brasileiras, com 461.185 toneladas embarcadas, 19,4% acima do mesmo período de 2025, e receita de 2,693 bilhões de dólares, o que significou aumento de 42,9%. O país asiático respondeu por 44,3% de toda a receita das exportações brasileiras do setor, frente a 40,6% em 2025.

Segundo a Abrafrigo, nas vendas de carne bovina in natura, a participação da China subiu para 48,5% de janeiro a abril de 2026, ante 45,85% do mesmo período do ano anterior. A entidade estima que até abril de 2026, o Brasil tenha comercializado o equivalente a aproximadamente 70% da cota de 1,106 milhão de toneladas imposta pelos chineses para suas importações do produto brasileiro sem tarifa adicional de 55%.

Pelos cálculos da Abrafrigo, restariam em torno de 330 mil toneladas que poderão ser exportadas sem a taxação, volume correspondente a pouco mais de dois meses de vendas brasileiras para a China, considerando a média registrada em meses recentes. De acordo com a entidade, a imposição da tarifa de 55% tem gerado dúvidas e preocupações a exportadores da carne bovina brasileira, que temem perda de vendas e de receitas.

Ainda segundo Abrafrigo, as exportações de carne bovina in natura, que representam 91% das vendas externas totais do setor, totalizaram 5,552 bilhões de dólares de janeiro a abril de 2026, resultado 35% superior ao do mesmo período de 2025. No quadrimestre, o volume embarcado foi de 952,74 mil toneladas, com aumento de 15,43% em relação ao mesmo intervalo no ano passado.

Os Estados Unidos foram o segundo maior mercado de exportação da carne bovina brasileira in natura no quadrimestre, com alta de 14,7% na receita, chegando a 814,57 milhões de dólares, e de 14,24% no volume, com 135,64 mil toneladas. Somada toda a cadeia de produtos de derivados bovinos vendidos para compradores americanos, as receitas alcançaram 1,007 bilhão de dólares no primeiro quadrimestre de 2026, com alta de 16,7% em relação ao mesmo período de 2025.

O Chile apareceu como terceiro maior importador da carne brasileira, com compras de 286,1 milhões de dólares, 35% a mais que nos primeiros quatro meses de 2025. Para a Rússia, o quarto principal destino do produto, houve crescimento de 46,9% nos embarques, que chegaram a 40.24 toneladas, e de 61,7% na receita, com 178,4 milhões de dólares. Em quinto lugar ficaram os Países Baixos, com 28.883 toneladas e 148,3 milhões de dólares, altas de 319,7% e 123,5% respectivamente.

Já as vendas para o Egito cresceram 53% em valor, para 130,4 milhões de dólares, e para os Emirados Árabes em 53,5%, atingindo 92 milhões de dólares. No Sudeste Asiático, destacou-se a Indonésia, com alta de 788,9% em volume, de 1.687 toneladas para 15 mil toneladas, e de 412,5% na receita, chegando a 41 milhões de dólares.

A Abrafrigo informou que registrou no primeiro quadrimestre de 2026 redução de vendas para a Argélia com queda de 59,4% na receita, para 54 milhões de dólares, e também para a Arábia Saudita, o Reino Unido, Singapura e Espanha.

Na divisão por regiões, o Extremo Oriente manteve a liderança como principal destino da carne bovina brasileira, com 2,86 bilhões de dólares e alta de 43%, impulsionadas sobretudo pela China, enquanto as vendas para o Sudeste Asiático cresceram 33% e para a Europa Ocidental, 42% em receitas. Segundo a Abrafrigo, no quadrimestre, 112 países aumentaram e 52 reduziram suas compras do produto brasileiro.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 19/05/2026

ALIENAÇÃO DO 'LOG-IN PANTANAL' OCORRE EM MOMENTO FAVORÁVEL, AVALIA PASCOAL

Por Danilo Oliveira Navegação 19/05/2026 - 17:45



VP financeiro e de RI disse que operação de venda do porta-contêineres para subsidiária da MSC faz parte da estratégia de gestão de caixa e da frota da Log-In. Embarcação continuará operando para empresa, afretada com custos fixos

O vice-presidente financeiro e de relações com investidores (RI) da Log-In, Pascoal Gomes, afirmou, na última semana, que a operação de alienação do porta-contêineres Log-In Pantanal faz parte da estratégia de gestão de caixa e da frota da companhia, aproveitando um momento favorável em termos de valores de

navios como essas características, que está em alta no mercado externo. A transação já concluída, no valor de US\$ 17,5 milhões, envolveu a venda da embarcação pela subsidiária Log-In International GmbH para a Evolene Oceanway Limited, subsidiária da MSC.

A Mediterranean Shipping Company (MSC) controla a SAS Shipping Agencies Services Sàrl que, por sua vez, é acionista controladora direta da Log-In. A operação garante a continuidade da posse e do uso operacional da embarcação pela Log-In, afretada por intermédio de sua subsidiária. De acordo com um comunicado divulgado pela companhia no final de abril, o pagamento foi feito à vista e prevê o pagamento mensal de taxa diária (hire). Segundo a Log-In, a negociação comercial foi realizada de forma independente entre os administradores da companhia e os administradores da Evolene.

A decisão da diretoria e do conselho de administração da Log-In considerou o cenário financeiro de caixa da companhia e também olhou para a oportunidade do preço do ativo no mercado internacional. Gomes acrescentou que, no momento, é um risco para o caixa das empresas tomar dívida com financiamento porque o mercado de crédito no Brasil está 'enxuto e caro'.

“O bom nessa operação é que temos flexibilidade de devolver esse navio no momento em que for interessante para a gente. Olhando para nosso plano de renovação de ativos de frota de navios para o futuro fez sentido. Não houve motivação comercial ou operacional para essa mudança. O plano da companhia segue sem alteração”, enfatizou Gomes, durante teleconferência sobre os resultados da Log-In no primeiro trimestre.

O VP financeiro e de RI da empresa explicou que, a partir da alienação, haverá um reconhecimento da despesa de afretamento associada a essa embarcação, mas sem impacto na continuidade dos serviços ou das atuais rotinas operacionais. “A operação foi aprovada seguindo governança, a valores

de mercado, baseada em laudos e aprovada pelo comitê financeiro da diretoria de forma transparente”, resumiu Gomes.

Guerra no Oriente Médio

A Log-In avalia que o perfil operacional e a frota com embarcações próprias contribui para mitigar os efeitos do cenário externo diante da Guerra no Oriente Médio. O presidente da Log-In, Marcus Voloch, disse que o mais imediato para a empresa é a questão do aumento do preço de combustíveis, que vem sendo repassado através da EFA (Emergency Fuel Adjustment), sobretaxa aplicada para cobrir a alta volatilidade dos custos com bunker e diesel para a logística da empresa. Segundo Voloch, a taxa varia de forma rápida, refletindo a flutuação internacional e gera uma espécie de hedge, proteção financeira, em cima disso.

Voloch destacou que, com exceção do Log-In Pantanal, a frota da empresa é 100% própria. Além disso, mesmo operando com uma quantidade relevante de contêineres da MSC, a avaliação é que uma eventual falta de equipamentos no transporte marítimo global não impacta a operação na América do Sul, que possui essa frota de navios dedicada. Ele frisou que a embarcação vendida continua operando para a Log-In, com custos fixos.

Para a Log-In, a logística brasileira seria atingida mais significativamente somente em caso de recessão no mundo, o que poderia afetar as importações do Brasil e provocar a queda em nossas exportações, o que impactaria, conseqüentemente, os serviços feeder. “Não estamos vendo isso acontecer. Precisa o preço do combustível ficar alto por muito tempo para que haja recessão em âmbito mundial e que afete o movimento de carga no mundo. Tenho acompanhado de perto o volume ao redor do mundo e, por enquanto, não tem havido retração — pelo contrário. Tirando a questão do

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 19/05/2026

WINGD FORNECERÁ MOTORES A ETANOL PARA VLOCS AFRETADOS PELA VALE

Da Redação Indústria naval 19/05/2026 - 19:24



A empresa suíça de energia WinGD anunciou que fornecerá motores a etanol para equipar dois navios graneleiros de grande porte (VLOCs), de 325.000 dwt, que serão construídos no estaleiro chinês Beihai Shipbuilding para a Shandong Shipping Corporation e afretados pela brasileira Vale por 25 anos. As embarcações serão entregues no início de 2029, e o contrato prevê o fornecimento de outros motores do tipo, caso sejam encomendados mais navios com as mesmas características.

De acordo com a WinGD, os motores serão os primeiros projetados para funcionar principalmente com etanol para instalação em navios de longo curso. São modelos '6X82DF-M/E' de seis cilindros e 820 milímetros (mm) de diâmetro, que permitirão flexibilidade no uso de combustível, podendo operar com etanol, metanol ou gasóleo marítimo.

A empresa suíça explicou que oferece flexibilidade de combustível em toda a sua linha de motores de dois tempos de ciclo Diesel, incluindo as plataformas X-DF-A, movidas a amônia, e X-DF-HP, a gás natural liquefeito (GNL) de alta pressão. O diretor executivo de vendas da WinGD, Volkmar Galke, disse que o desenvolvimento de motores a etanol é resultado de mais de uma década de pesquisas sobre combustíveis alcoólicos, incluindo também o metanol.

Ele classificou a encomenda pela Vale, que definiu como afretador e operador de navios de primeira linha, como a validação das pesquisas. “É um sinal claro de que a tecnologia de bordo e a infraestrutura de combustível para o etanol estão prontas, dando confiança a outros que consideram o produto como opção para a descarbonização marítima”, afirmou.

O diretor de transporte marítimo da Vale, Rodrigo Bermelho, afirmou que a opção pelo etanol como combustível alternativo faz parte da estratégia da empresa de combinar flexibilidade e eficiência nos navios que transportam minério e de buscar colocar a companhia em posição de destaque para a transição energética no transporte marítimo e impulsionar iniciativas semelhantes. “Temos o prazer de firmar parceria com a Shandong e a WinGD no primeiro pedido mundial de construção naval de navios oceânicos movidos a etanol”, explicou.

A avaliação da mineradora é de que o etanol como combustível está se tornando mais disponível e competitivo em termos de custo em mercados como o Brasil. A expectativa é de que os graneleiros reduzam as emissões de gases de efeito estufa (GEE) em até 90% em comparação com o óleo combustível pesado.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 19/05/2026

ITAJAÍ RECEBE NOVA ESCALA PARA DESEMBARQUE DE VEÍCULOS

Da Redação Portos e logística 18/05/2026 - 18:13



O Porto de Itajaí (SC) recebeu, nesta segunda-feira (18), uma nova escala do navio Dover Highway, com 739 veículos destinados ao terminal. A autoridade portuária informou que a embarcação atracou às 00h30, e a operação de descarga teve início às 7h da manhã, reforçando a movimentação portuária e a diversificação das operações realizadas no porto público. A administração destacou que a operação ocorreu com o canal de acesso plenamente praticável, garantindo segurança à navegação, regularidade operacional e previsibilidade às atividades portuárias.

Com a escala desta segunda-feira, o Porto de Itajaí contabiliza, em 2026, cinco operações de navios do tipo roll-on/roll-off, totalizando 2.928 veículos movimentados. O histórico do ano inclui as escalas do Victoria Highway, com 628 veículos; do Dover Highway, com 457 veículos; do Good Wood, com 430 unidades; do Victoria Highway, com 674 veículos; e, agora, do Dover Highway, com 739 veículos.

A movimentação reforça a retomada desse tipo de operação no Porto de Itajaí e demonstra a confiança do mercado no terminal, que vem ampliando seu portfólio de cargas e consolidando-se como alternativa logística eficiente e estratégica no cenário nacional. Para o superintendente do Porto de Itajaí, Artur Antunes Pereira, a nova escala confirma o avanço da recuperação operacional do porto público.

“A retomada das atividades, com canal praticável, regularidade e eficiência, tem devolvido ao terminal a competitividade necessária para atrair novas cargas e ampliar oportunidades. É um resultado que fortalece o porto público, movimenta a economia e reafirma a importância estratégica de Itajaí no cenário logístico nacional”, destacou Pereira.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 18/05/2026

ATUALIZAÇÃO DE GARANTIAS FINANCEIRAS PARA DESCOMISSIONAMENTO ENTRARÁ EM CONSULTA

Da Redação Indústria naval 18/05/2026 - 17:47

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis aprovou, na última semana, o relatório de Análise de Impacto Regulatório relativo à alteração da periodicidade de atualização das garantias de descomissionamento (desativação) de instalações de produção em campos de petróleo e gás natural. Em reunião na última sexta-feira (15), a diretoria colegiada da ANP também autorizou a realização de consulta pública, por 45 dias, e audiência pública, sobre o tema.



A minuta de resolução propõe a alteração de anual para trienal da periodicidade de apresentação de garantias financeiras e termo que assegurem os recursos financeiros para o descomissionamento das instalações, estabelecidas na resolução 854/2021 da ANP. De acordo com a agência, os principais objetivos da revisão são reduzir o esforço operacional dos agentes e da ANP na atualização das garantias, sem comprometer a efetividade dos instrumentos e do valor a ser garantido. O tema faz parte da agenda regulatória da ANP para o biênio 2025-2026.

O descomissionamento requer que os contratados realizem gastos, exatamente em um momento em que o campo já não apresenta retorno financeiro. O seguro garantia é uma das formas para atender ao determinado nos contratos de exploração e produção de petróleo e gás natural que determinam, além da própria obrigação de conduzir o abandono e a desativação das instalações, a obrigação de apresentar garantias financeiras para assegurar os recursos necessários para este fim.

A ANP ressalta que o descomissionamento é uma obrigação contratual realizada ao final da vida produtiva do campo, quando a produção já não é suficiente para sustentar os custos de operação. A etapa abrange um conjunto de atividades associadas à interrupção definitiva da operação das instalações, ao abandono permanente e arrasamento de poços, à remoção de instalações, à destinação adequada de materiais, resíduos e rejeitos, à recuperação ambiental da área e à preservação das condições de segurança de navegação local.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 18/05/2026

DRAGAGEM DE MANUTENÇÃO DO CANAL DE PARANAGUÁ VAI ATÉ FINAL DE JUNHO

Da Redação Portos e logística 18/05/2026 - 16:55



A Portos do Paraná espera que a dragagem de manutenção de 2026 do canal de Paranaguá seja concluída até o final de junho. A campanha foi iniciada no fim de abril, e está sendo realizada pela draga Vox Amália, da empresa holandesa Van Oord. O objetivo é garantir a navegabilidade e a segurança operacional no acesso aquaviário ao porto.

A coordenadora de engenharia marítima da Portos do Paraná, Julia Teresa Bruch, disse que a autoridade portuária precisa manter o calado operacional do Porto de Paranaguá com 13,3 metros, a fim de garantir uma profundidade segura para a navegação. A manutenção garante as condições adequadas para a navegação do canal, já que ocorre um acúmulo de sedimentos ao longo do tempo no fundo do canal, reduzindo a profundidade disponível para a passagem das embarcações.

Em 2025, 2.892 navios acessaram os portos paranaenses por meio do canal de acesso, que possui mais de 40 quilômetros de extensão. Segundo a Portos do Paraná, a eficiência operacional do canal permitiu que a empresa pública atingisse a movimentação histórica de mais de 73,5 milhões de toneladas de cargas.

A draga opera 24 horas por dia, e todos os ciclos são realizados em conformidade com as normas ambientais. Durante a operação, são removidos os sedimentos acumulados no trecho que se estende desde a entrada do Canal de Paranaguá até a bacia de evolução de Antonina. A Vox Amália é uma draga de bandeira holandesa do tipo Hopper, com capacidade para dragar até 18 mil metros cúbicos. A campanha é executada pelo Consórcio Itiberê Dragagem, mantido pela Portos do Paraná, e segue as exigências previstas na janela ambiental.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 18/05/2026

ARTIGO - NR-1 IMPÕE NOVO MAPA DE RISCOS PARA EMPRESAS QUE OPERAM EM CADEIAS GLOBAIS

Por Mariana Félix Opinião 18/05/2026 - 16:26



Existe uma mudança silenciosa em curso nas empresas que sustentam alguns dos setores mais estratégicos da economia brasileira. Portos, transportadoras, operadores logísticos, mineradoras, indústrias de base, empresas de infraestrutura, óleo e gás, agronegócio e energia renovável passam a lidar com uma nova camada de responsabilidade: a gestão formal dos riscos psicossociais dentro das operações.

Com a atualização da Norma Regulamentadora nº 1, promovida pela Portaria MTE nº 1.419/2024, fatores como sobrecarga de trabalho, pressão excessiva, metas incompatíveis, jornadas prolongadas, assédio moral, insegurança psicológica e ambientes de alta tensão deixam de ser tratados apenas como temas de recursos humanos. Passam a integrar oficialmente o Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) das empresas.

Na prática, a saúde mental deixa de ocupar um espaço periférico nas organizações e entra definitivamente na agenda de governança, compliance e continuidade operacional. O prazo de adequação termina em 26 de maio de 2026. A partir dessa data, empresas precisarão demonstrar que identificam, avaliam e gerenciam também os riscos capazes de afetar a saúde psicológica dos trabalhadores. E isso ganha peso ainda maior em setores nos quais falhas humanas podem provocar impactos financeiros, jurídicos, ambientais, regulatórios e reputacionais de grande escala.

O mercado ainda subestima o alcance dessa mudança. Muitas organizações seguem tratando saúde mental como pauta de employer branding ou benefício corporativo, quando a NR-1 desloca o tema para um campo muito mais sensível: o da gestão de risco empresarial.

Quando saúde mental passa a impactar a operação

Em operações críticas, a pressão humana não é apenas um problema interno. Ela pode comprometer produtividade, segurança, tomada de decisão e estabilidade operacional. Um motorista submetido a jornadas excessivas, uma equipe portuária operando sob fadiga, profissionais pressionados por metas incompatíveis ou times expostos continuamente a ambientes de tensão representam vulnerabilidades reais para o negócio.

A nova NR-1 exige que as empresas passem a enxergar esse cenário com método, documentação e capacidade de resposta. O PGR deixa de se limitar aos riscos físicos, químicos, biológicos e ergonômicos para incorporar também fatores humanos capazes de afetar a operação. Essa mudança aproxima o Brasil de uma tendência global em que saúde mental deixa de ser apenas uma preocupação social e passa a integrar métricas de governança, ESG e gestão corporativa. Empresas inseridas em cadeias internacionais já convivem com auditorias, due diligences e exigências cada vez mais rigorosas de clientes, investidores, seguradoras e parceiros estrangeiros.

Nesse contexto, a conformidade com a NR-1 tende a ultrapassar a esfera trabalhista. Ela passa a compor o repertório de credibilidade empresarial. Organizações que não conseguem demonstrar como monitoram e mitigam riscos psicossociais podem enfrentar impactos que vão além de autuações administrativas, incluindo perda de competitividade, dificuldades em homologações, aumento do passivo trabalhista e desgaste reputacional.

O desafio agora é governança

O risco jurídico também cresce. A ausência de mapeamento adequado no PGR pode ser utilizada como elemento probatório em ações relacionadas a afastamentos por transtornos mentais, assédio, sobrecarga ou acidentes associados à fadiga operacional. Em mercados altamente regulados e

auditáveis, a falta de registros consistentes pode se tornar tão problemática quanto a própria ocorrência.

Mas talvez o principal desafio esteja na cultura das lideranças. Não bastará incluir o termo “risco psicossocial” em documentos formais. As empresas precisarão estruturar mecanismos reais de prevenção, escuta, monitoramento e resposta. Isso envolve revisão de jornadas, análise de metas, treinamento de gestores, canais seguros de denúncia e integração entre áreas como jurídico, compliance, saúde ocupacional, recursos humanos e operação.

A complexidade aumenta porque muitos desses setores operam sob pressão permanente, e a NR-1 não elimina essa realidade. O que a norma exige é que ela seja administrada com responsabilidade, rastreabilidade e governança.

A questão central já não é apenas cumprir formalmente a regra. O mercado começa a exigir que as empresas sejam capazes de provar que conhecem os riscos humanos da própria operação e adotam medidas proporcionais para reduzi-los.

Essa é uma mudança relevante para o ambiente corporativo brasileiro. A gestão de riscos psicossociais deixa de ser uma pauta secundária e passa a dialogar diretamente com eficiência operacional, segurança jurídica, reputação e competitividade global.

Empresas que tratem a NR-1 apenas como burocracia provavelmente reagirão tarde. As que compreenderem a mudança como parte da gestão estratégica terão mais capacidade de fortalecer governança, proteger operações e preservar confiança em cadeias produtivas cada vez mais exigentes.



Mariana Félix é advogada e sócia da área Trabalhista do Rabb Carvalho Advocacia.

Nota da Redação: O artigo é assinado por Mariana Félix, e não por Larry Carvalho, como informado anteriormente pela assessoria.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 18/05/2026

PRESSÃO SOBRE FRETES E ALTAS VARIAÇÕES NO CUSTO DO BUNKER DESAFIAM MERCADO DE CABOTAGEM

Por Danilo Oliveira Navegação 18/05/2026 - 16:27

Diretor de navegação destacou que Log-In adotará plano agressivo de recomposição de margem e novos projetos de soluções logísticas. Entre medidas já adotadas está taxa emergencial para compensar alta dos custos com combustíveis



O diretor executivo de navegação da Log-In, Felipe Gurgel, avalia que o mercado de cabotagem vivencia um momento desafiador, com forte pressão nos níveis de frete, em função da relação entre oferta e demanda, em meio a um cenário de custos bastante pressionado pela alta ocupação dos terminais portuários e pelas recentes variações no custo dos combustíveis. A empresa verifica que o diesel variou mais de 20%, enquanto o bunker chegou a picos de mais de 100%, desde o início dos conflitos no Oriente Médio.

A estratégia da Log-In é a execução de um plano agressivo de recomposição de margem, com forte atuação no repasse de preços e no desenvolvimento de novos projetos de soluções logísticas, de onde a empresa espera aumentar a margem, além de uma forte atuação em cima dos custos fixos e



variáveis. "Esses itens foram e estão sendo mitigados, por meio de implementação da taxa adicional sobre o frete", afirmou Gurgel, na última semana, durante teleconferência sobre o resultado trimestral da companhia.

A Log-In percebeu o impacto no bunker a partir do final de fevereiro deste ano. O preço, que era da ordem de US\$ 500, entre o final de março e o início de abril, alcançou a marca de US\$ 1.100. O efeito acendeu um alerta para empresas do segmento e fez com que a Log-In implementasse uma taxa adicional de emergência — EFA (Emergency Fuel Adjustment), para compor os custos adicionais com o insumo.

A empresa também observou que o aumento do diesel, decorrente do aumento do petróleo, fez com que houvesse a revisão da tabela da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), mecanismo da agência reguladora para a autuar empresas fora da tabela mínima. Por um lado, o reforço da fiscalização adotada pela ANTT afeta as pontas rodoviárias da Log-In, cujas logísticas utilizam o diesel como principal insumo.

Por outro, faz com que cargas de retorno do Nordeste tenham impacto positivo para cabotagem porque, nessas condições, a empresa consegue oferecer fretes mais vantajosos para clientes no modal marítimo do que para modal rodoviário. "Estamos fazendo repasse relacionado ao bunker e ao diesel. Por outro lado, esperamos captar oportunidades de crescimento de volume decorrentes dos ajustes da tabela ANTT. Esperamos que gere efeito positivo para a gente", comentou Gurgel, na teleconferência.

O segmento de navegação da Log-In apresentou retração de 4,8% nos volumes e de 5,9% na receita durante o primeiro trimestre de 2026, resultando em Ebitda cerca de 40% menor quando comparado aos três primeiros meses de 2025. A empresa avalia que a redução é explicada, basicamente, pela redução dos serviços feeder, já que os volumes adicionais de cabotagem e do trade Mercosul compensaram, parcialmente, a queda de margem decorrente da redução de preços e aumento de custos.

O diretor executivo de navegação explicou que a queda forte de volume no feeder foi puxada pelo encerramento do serviço de Navegantes em abril 2025 e também pela redução do trade de Vitória (ES), onde a empresa possui dois serviços feeder dedicados. "Por conta da tarifação adotada pelos Estados Unidos, tivemos queda representativa. Já começamos a ver algum ponto de melhora no segundo trimestre", contou Gurgel, na teleconferência.

Ele ressaltou que, apesar do trimestre bastante desafiador, o mercado de cabotagem e o trade Mercosul alcançaram crescimento da ordem de 30% em relação ao mesmo período do ano passado e muito acima do mercado — que cresceu na ordem de 9% nos três primeiros meses de 2026. "Conseguimos avanço representativo no nosso market share de forma robusta e que se manteve. Estamos na mesma ordem de grandeza do final de 2025", destacou Gurgel.

Durante o primeiro trimestre de 2026, a empresa realizou a docagem obrigatória do navio Log-In Resiliente. Segundo Gurgel, o serviço não gerou impactos operacionais e ocorreu dentro do cronograma, com a embarcação já integrada novamente à frota da companhia com sua capacidade máxima. No segundo trimestre, será docada outra embarcação da frota. A empresa, no entanto, optou por não repor o navio que saiu para docagem, rodando com um navio a menos nesse intervalo, comprando o espaço necessário com parceiros.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 18/05/2026

ANP abre consulta para relatório de AIR sobre conteúdo local Da Redação Indústria naval 18/05/2026 - 15:11

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) vai realizar consulta prévia de 60 dias sobre o relatório de Análise de Impacto Regulatório (AIR) que visa regulamentar a igualdade de oportunidade e o direito de preferência a fornecedores brasileiros na aquisição de bens e serviços



nos contratos de exploração e produção (E&P) de petróleo e gás natural, dentro da política de conteúdo local. A medida foi aprovada na última sexta-feira (15) pela diretoria colegiada da agência reguladora.

Os contratos de exploração e produção (E&P) preveem a obrigação de que as operadoras assegurem igualdade de condições de participação a fornecedores brasileiros e os contratem, preferencialmente, quando suas propostas forem equivalentes ou mais vantajosas — em preço, prazo e qualidade — às de fornecedores estrangeiros.

O objetivo da AIR é estabelecer uma regulamentação para essa preferência, conforme determinado pela resolução 11/2023 do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), incluindo aspectos como: os procedimentos que as operadoras devem adotar para garantir a igualdade de oportunidades a fornecedores brasileiros em seus processos de compra; e as penalidades aplicáveis em caso de descumprimento.

Além de aspectos que tratam dos critérios para configurar a aplicabilidade da cláusula de preferência, incluindo margens diferenciadas para fornecimentos desenvolvidos sob a cláusula de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I). Outros pontos tratam da divulgação periódica dos cronogramas de aquisição de bens e serviços pelas operadoras e dos procedimentos de fiscalização da ANP, inclusive os critérios para admissão de reclamações de fornecedores.

Após o período de consulta prévia, será elaborada nova versão do relatório de AIR, abrangendo as contribuições recebidas e apresentando as justificativas técnicas para eventual acolhimento das sugestões. Em seguida, a matéria será submetida novamente à diretoria colegiada da ANP para deliberação sobre a proposta regulatória e os próximos passos do processo normativo. O relatório completo, bem como os procedimentos de participação, será disponibilizado no site da ANP após a publicação do aviso da consulta prévia no Diário Oficial da União (DOU).

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 18/05/2026

WILSON SONS INVESTIRÁ R\$ 1,1 BILHÃO NA EXPANSÃO DO TECON RIO GRANDE **Da Redação Portos e logística 18/05/2026 - 15:10**

Operadora do terminal de contêineres informou que aporte ocorrerá até 2030, ampliando cais para atender navios maiores e mercado do Cone Sul



A Wilson Sons prevê investimento da ordem de R\$ 1,1 bilhão em infraestrutura portuária até 2030 para expansão do Tecon Rio Grande (RS). De acordo com o grupo, o aporte tem objetivo de ampliar a capacidade operacional do terminal e atender à crescente demanda de logística do Rio Grande do Sul e do Cone Sul. A empresa observa um movimento já em curso, impulsionado pelo crescimento da produção dos exportadores e pelo aumento do transbordo de contêineres provenientes de países como Uruguai, Argentina e Paraguai.

O projeto prevê a ampliação do cais, que passará dos atuais 900 metros para 1.200 metros. A expansão permitirá a operação simultânea de até três navios de grande porte, especialmente da classe New Panamax, com 366 metros de comprimento e predominantes nas rotas internacionais.

A avaliação é que as melhorias são essenciais para evitar gargalos logísticos e garantir a continuidade da alta performance operacional do terminal e atendimento a navios cada vez maiores. O objetivo é

assegurar a manutenção do porto como hub de cargas na região do Cone Sul (Argentina, Uruguai e Paraguai), operando os navios de maior porte que atualmente atracam na costa brasileira.

O diretor-presidente do Tecon Rio Grande, Paulo Bertinetti, avalia que a ampliação responde diretamente à necessidade de garantir o escoamento da produção de exportadores gaúchos e do Cone Sul, além de atender a importadores, que dependem da eficiência do porto para manter a competitividade do Rio Grande do Sul no mercado nacional e internacional. “Se esses investimentos fossem postergados, haveria risco de restrições operacionais relevantes, como filas de navios, omissões de escala e desvio de cargas para outros portos, com impacto direto sobre o custo logístico do estado”, afirmou Bertinetti.

O projeto inclui ainda a ampliação da retroárea, a pavimentação de mais de 180 mil metros quadrados e a aquisição de novos equipamentos, como três guindastes de cais (STS), 14 guindastes de pátio (RTGs) e 26 tratores (terminal tractors). De acordo com a Wilson Sons, todos esses equipamentos são elétricos, com automação embarcada e operação remota, além de sistemas de telemetria de última geração para monitoramento dos ativos.

A previsão é que o investimento gere aproximadamente 220 empregos diretos, além de 500 durante as obras e mais de 5 mil postos indiretos ao longo da cadeia logística. Para a Wilson Sons, a obra representa uma expansão física e a garantia de que o Rio Grande do Sul continuará conectado diretamente aos principais mercados globais, evitando custos extras de transbordo em outros portos, considerando o cenário de crescimento contínuo da produção regional e a demanda crescente por infraestrutura logística adequada.

Entre as cargas de origem brasileira que atualmente chegam ao Tecon Rio Grande, destaque para as exportações, frango congelado, carne suína, tabaco, arroz, resinas, celulose e móveis. Nas importações, partes e peças, máquinas, produtos químicos e artigos de aço. Já no fluxo proveniente dos países vizinhos, o terminal agrega cargas em transbordo que incluem carne bovina, partes e peças, madeira, produtos químicos, máquinas, resinas, equipamentos eletrônicos e sementes.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 19/05/2026

BRASKEM INCORPORA 2 NAVIOS-TANQUE E PREVÊ OUTROS 2 NO INÍCIO DE 2027

Da Redação Navegação 18/05/2026 - 15:09

Petroquímica afirma que novas embarcações, que vão transportar nafta entre EUA e Brasil, devem reduzir em 30% emissões de CO₂ em comparação à média da frota atual da subsidiária Braskem Trading & Shipping



A Braskem incorporou os navios-tanque (NTs) Beautiful Future e Blooming Future à frota da subsidiária BT&S (Braskem Trading & Shipping), que farão o transporte de nafta entre a costa do Golfo dos Estados Unidos (Golfo do México) e o Brasil, utilizando motores de última geração e design de casco otimizado para atingir mais eficiência. As duas embarcações são do tipo LR1 (Long Range 1) e foram projetadas com tecnologia que reduz em cerca de 30% as emissões de CO₂, em comparação à média da frota atual da companhia — o que representa uma redução estimada de 6.500 toneladas de emissões por ano.

O grupo petroquímico global informou que os navios foram oficialmente apresentados em uma cerimônia realizada na China, no último dia 8 de maio, e representam um novo passo da Braskem em direção a operações logísticas mais eficientes. Para a Braskem, a incorporação das duas embarcações à frota contribui para avançar na estratégia de modernização logística e descarbonização das operações marítimas.



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 081/2026
Página 78 de 78
Data: 19/05/2026
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

As novas embarcações operam em velocidade otimizada, o que contribui para a redução do consumo de combustível e de emissões associadas ao transporte marítimo. Em uma viagem típica, os navios percorrem mais de 5.500 milhas náuticas entre os Estados Unidos e o Brasil, transportando nafta para abastecer operações industriais da Braskem. O nafta é matéria-prima essencial para a produção de itens do cotidiano, como embalagens, suprimentos médicos e produtos domésticos, em rotas de longa distância entre a costa do golfo e o Brasil.

A Braskem destacou que os novos navios foram projetados com tecnologias avançadas de eficiência energética e controle de emissões. Segundo a empresa, esses NTs contam com motores de última geração, design de casco otimizado para redução do consumo de combustível e sistemas que superam os requisitos regulatórios atuais da indústria marítima.

O Beautiful Future e o Blooming Future são os primeiros LR1 entregues à Braskem Trading & Shipping, em 2026. Outros dois navios estão em construção e devem integrar a frota da companhia até o início de 2027. O diretor da BT&S, Hardi Schuck, disse que a empresa vem ampliando a frota com embarcações mais modernas e eficientes, alinhadas ao compromisso de operações cada vez mais sustentáveis e competitivas.

“Esses navios representam um avanço importante na evolução logística da companhia e reforçam nossa visão de longo prazo para um transporte marítimo mais eficiente”, afirmou Schuck. “A iniciativa acompanha um movimento global da indústria marítima voltado à modernização de frotas e à redução das emissões de CO₂ do setor, sendo impulsionado por novas metas internacionais de eficiência energética e descarbonização do transporte marítimo”, acrescentou a diretora de logística da Braskem, Sílvia Migueles.

Em 2024, a Braskem obteve junto à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) outorga para atuar como empresa brasileira de navegação (EBN). Em outubro daquele ano, a empresa iniciou operações próprias de cabotagem na costa brasileira.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 18/05/2026



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 19/05/2026